

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - SCHLA**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - DECISO**

**ROSELI BREGANTIN BARBOSA**

**“NEM-NEM” – UMA SUBCATEGORIA DE JUVENTUDE OU UMA FICÇÃO?**

**CURITIBA**

**2017**

**ROSELI BREGANTIN BARBOSA**

**“NEM-NEM” – UMA SUBCATEGORIA DE JUVENTUDE OU UMA FICÇÃO?**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, no Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Tarcisa Silva Bega.

**CURITIBA**

**2017**

Catálogo na publicação  
Mariluci Zanela – CRB 9/1233  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Barbosa, Roseli Bregantin  
“Nem-nem”: uma subcategoria de juventude ou uma ficção? /  
Roseli Bregantin Barbosa – Curitiba, 2017.  
166 f.; 29 cm.

Orientadora: Maria Tarcisa Silva Bega  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências  
Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Juventude - Condições sociais. 2. Exclusão social (Menores).  
3. Juventude - Emprego. 4. Educação. I. Título.

CDD 248.83



## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós Graduação em SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ROSELI BREGANTIN BARBOSA** intitulada **Nem nem Uma subcategoria de juventude ou uma ficção?** após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho. São de parecer pela sua aprovação

Curitiba 07 de Março de 2017

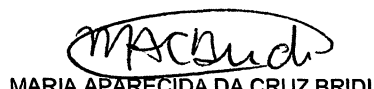


MARIA TARCISA SILVA BEGGS

Presidente da Banca Examinadora (UFPR)



VALÉRIA FLORIANO MACHADO  
Avaliador Externo (UFPR)



MARIA APARECIDA DA CRUZ BRIDI  
Avaliador Interno (UFPR)

Dedico esse trabalho às minhas filhas  
Natália e Carolina. Desejo a elas um país  
melhor para ser jovem e mulher.

## AGRADECIMENTOS

Escrever agradecimentos pesquisando juventude na perspectiva das políticas públicas, no momento pelo qual passa o Brasil é uma tarefa árdua. O primeiro impulso é o de protestar, esbravejar, desabafar ao invés de agradecer. Lembrar de todo o percurso do mestrado, de todas as dificuldades, todos os acontecimentos, todos os retrocessos nas políticas sociais, não desperta nenhum sentimento de gratidão. A impressão que se tem é a de estar em meio a um pesadelo. Tempos muito difíceis esses!

Mas, exatamente por isso, merecem os meus muito especiais agradecimentos as pessoas que estiveram ao meu lado nesse período e que de alguma forma contribuíram para que esse trabalho chegasse ao seu final, sem elas eu jamais teria conseguido.

Agradeço primeiramente à minha orientadora Maria Tarcisa Silva Bega pelas aulas, debates, dedicação, paciência, ombro amigo e mão segura nos momentos mais difíceis, mas sobretudo pela sua sensatez, experiência, bom humor e generosidade na transmissão do seu vasto conhecimento.

Agradeço ao professor Ricardo Costa de Oliveira pela recepção e apoio como aluna ouvinte, pelas importantes aulas que me ajudaram a desenvolver o olhar sobre a estrutura da sociedade brasileira, e por todas as lutas e todos os risos, sempre um grande prazer fazer parte de sua turma.

Agradeço à professora Ana Luisa Fayet Sallas pela liberdade de poder mudar e reformular o projeto infinitas vezes até emergir lapidado esse objeto de pesquisa, bem como pelo seu trabalho como coordenadora da pós-graduação, sempre muito acessível a todos e todas.

Agradeço à professora Maria Aparecida da Cruz Bridi pela delicadeza na supervisão do estágio de docência, pelas aulas sobre trabalho juvenil e desigualdades sociais, essenciais ao desenvolvimento dessa dissertação, e por ser essa pessoa linda, que constrói conhecimento com seus alunos, sempre aberta a ouvir o que cada um têm a dizer.

Agradecimentos muito especiais ao secretário da pós-graduação, Katiano, sem a sua inestimável colaboração nada seria possível.

Agradeço a todos os professores do programa de pós-graduação Alexandre Trindade, Márcio de Oliveira, Marlene Tamanini, José Miguel Rasia, que de alguma forma ajudaram a construir a análise que é apresentada nessa dissertação, também apresento meus especiais agradecimentos ao professor visitante, do Colégio do México, Minor Mora Salas, cujas aulas

e discussões sobre desigualdades sociais em muito contribuíram para problematização do tema.

Meus agradecimentos aos membros das bancas de qualificação e defesa que em muito contribuíram para a finalização desse trabalho, em especial às professoras Maria Carla Corrochano que enriqueceu o trabalho com seus apontamentos e Valéria Floriano Machado que dedicou total atenção a cada parágrafo desse texto e possibilitou notórios avanços.

Agradeço à ex vice-prefeita Mirian Gonçalves e sua assessora Kelen Vazin pelo apoio na pesquisa, e também à coordenação do Programa Portal do Futuro pelo apoio na liberação do campo para a pesquisa. Agradecimentos especiais à Simone Cristina Lubel pela agilização do processo de autorização da pesquisa junto ao Conselho de Ética na Pesquisa/SMELJ.

E por fim agradeço às minhas filhas, que me dão motivação para crescer e melhorar sempre, por compreenderem a distância e as ausências necessárias para que se possa realizar um sonho. Que o meu investimento sirva de exemplo para elas, que elas saibam que ser mãe não deve ser uma limitação para realização dos seus desejos.

Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério.  
O jovem no Brasil nunca é levado à sério.  
(Charle Brown Jr. e Negra Li, 2000)



## RESUMO

“Nem-nem”, no senso comum é um jovem que nem estuda nem trabalha, já no senso douro representa uma subcategoria de análise da juventude. Mas, será que esse jovem, de fato, não estuda e não trabalha? A pesquisa investiga o que o “nem-nem” faz com o seu tempo e como ocupa o espaço destinado aos jovens nas unidades Boqueirão e Cajuru do Portal do Futuro, em Curitiba/PR. O objetivo é desconstruir o estigma de “jovem vadio” imposto por tal subcategoria de juventude e saber se, e de que forma, esse Programa de Política Pública inclui o “nem-nem”. A metodologia de pesquisa utilizada é a quantiquantitativa, com realização de estudo de caso, aplicação de questionários, entrevistas individuais e reunião de Grupo Focal, além de observação participante. A matriz analítica, adota a perspectiva das políticas públicas sociais e está apoiada na legislação de políticas de educação, trabalho e juventude. As análises apontam que a subcategoria de juventude “nem-nem” é fictícia, uma maquiagem sobre outras formas de exclusão social juvenil. Os resultados mostram que os jovens apontados nas estatísticas de trabalho e educação como “nem-nem” pertencem à subcategoria de juventude em situação de vulnerabilidade ou risco social. E eles não estão inativos, estudaram o ensino obrigatório e se ocupam com afazeres que não são quantificados devido ao conceito de trabalho adotado ou a equívocos na matriz analítica utilizada nas pesquisas realizadas sobre o tema até o presente momento.

**Palavras-chaves:** Educação; Exclusão social; Juventude; Trabalho; Vulnerabilidade social.

## RÉSUMÉ

«Ni-ni» dans bon sens est un jeune homme qui ne étudie ni travail, déjà dans le sens scientifique est une sous-catégorie d'analyse de la jeunesse. Mais est ce jeune homme, en fait, n'étudie pas et ne fonctionne pas? La recherche étudie le «ni-ni» faire avec votre temps et comment occuper l'espace pour les jeunes dans les unités Boqueirão et Portal Cajuru de l'avenir, à Curitiba / PR. Le but est de déconstruire le stigmat de «vagabond jeune» imposée par une telle sous-catégorie de la jeunesse et de savoir si, et comment, le Programme des politiques publiques comprend «ni-ni». La méthodologie utilisée est le Quantitative de mener l'étude de cas, des questionnaires, des entretiens individuels et réunions de groupe de discussion, et de l'observation participante. La matrice d'analyse, adopte le point de vue de la politique publique sociale et est soutenu à la loi de la politique de l'éducation, du travail et de la jeunesse. Les analyses montrent que la sous-catégorie de la jeunesse «ni-ni» est fictive, un maquillage sur d'autres formes d'exclusion sociale des jeunes. Les résultats montrent que les jeunes ont souligné dans les statistiques et l'éducation du travail comme «ni-ni» appartiennent à la sous-catégorie des jeunes en situation de vulnérabilité ou de risque social. Et ils ne sont pas inactifs, a étudié l'enseignement obligatoire et le traitement des tâches qui ne sont pas quantifiés en raison de la notion de travail adopté ou des erreurs dans le cadre d'analyse utilisé dans la recherche sur le sujet à ce jour.

**Mots-clés:** Éducation; L'exclusion sociale; Jeunesse; Travailler; La vulnérabilité sociale.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Grafite realizado nas dependências do prédio da unidade Boqueirão...	96
Figura 02 - Falas de Pedro Henrique, subgrupo de 15-17 anos idade.....	104
Figura 03 - Falas do entrevistado Klevisson, subgrupo de 15-17 anos de idade....	105
Figura 04 - Falas do entrevistado Lucas, subgrupo de 15-17 anos de idade.....	105
Figura 05 - Falas do entrevistado José Pedro, subgrupo faixa etária 15-17 anos, sem trabalho e sem escola.....	110

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Taxa de frequência a estabelecimento de ensino da população residente (%) por grupo de idade e nível de escolarização - Brasil-2004/2014.....	57
Gráfico 02- Proporção de pessoas de 20 a 22 anos de idade com Ensino Médio completo ou superior, por sexo, cor da pele - Brasil- 2004/2014.....	58
Gráfico 03 - Proporção dos estudantes de 18 a 24 anos que frequentam o Ensino Superior, por grandes regiões, sexo e cor da pele - Brasil - 2004/2104.....	59
Gráfico 04 - Distribuição percentual de estudantes no Ensino Superior nas redes pública e privada, por quintos de rendimento mensal domiciliar per capita Brasil - 2004/2014.....	60
Gráfico 05 - Matrículas em cursos de bacharelado nas instituições privadas com financiamento estudantil – Brasil- 2009-2013 / (%).....	61
Gráfico 06 - Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade na América do Sul - 2012.....	61
Gráfico 07 - Taxa de ocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, por sexo e grupos de idade - Brasil - 2004/2014.....	64
Gráfico 08 – Jovens que não trabalham, nem estudam na faixa etária de 15 a 17 anos, por sexo, PNAD 1992-2011.....	68
Gráfico 09 - Jovens que não trabalham nem estudam na faixa etária de 18 a 24 anos, por sexo, PNAD 1992-2011.....	70
Gráfico 10 - Jovens que não trabalham nem estudam na faixa etária de 25 a 29 anos, por sexo, PNAD 1992-2011.....	71
Gráfico 11 - Proporção de jovens que não trabalham nem estudam, na faixa etária de 15 a 29 anos, sexo feminino, com e sem filhos, PNAD 1992-2011.....	72

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Atividades realizadas em algumas das unidades do Portal do Futuro em novembro de 2016.....	88
QUADRO 02 - Entrevista com jovem Ronaldo.....	108
QUADRO 03 - Entrevista com jovem Gabriela.....	116
QUADRO 04 - Entrevista com André Jackson (André Sanches).....	117
QUADRO 05 - Entrevista com Anderson.....	119
QUADRO 06 - Entrevista com Mário.....	120
QUADRO 07 - Entrevista com Mário.....	120
QUADRO 08 - Entrevista com Jailson.....	121
QUADRO 09 - Entrevista com Beto.....	121

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - População residente entre 15 e 29 anos de idade que nem trabalha nem estuda, por sexo e nível de escolaridade PNAD 2002/2012.....	75
Tabela 02 - Atividade de jovens do sexo feminino entre 15 e 29 anos.....	76
Tabela 03 - Atividade de jovens de 15 a 29 anos no Brasil - em ( % ) por grupo de faixa etária.....	76
Tabela 04 - Rendimento médio no trabalho principal dos empregados de 16 anos ou mais, por sexo e grandes regiões.....	78
Tabela 05 - Proporção da população residente com 16 anos ou mais de idade, ocupadas em atividades informais, segundo os grupos de idade, 2004/2013.....	79
Tabela 06 - Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente, Grandes regiões, Paraná e Região Metropolitana de Curitiba/2013.....	85
Tabela 07 - População jovem por regional, faixa etária e gênero.....	93
Tabela 08 - Inscritos no Portal do Futuro desde o início das atividades/ 2013.....	94
Tabela 09 - As atividades para faixa etária de 15 a 29 anos no Portal do Futuro..	95
Tabela 10 - Situação sociofamiliar dos jovens usuários da unidade boqueirão do Portal do Futuro/ faixa etária 15-17 anos.....	101
Tabela 11 - Situação sociofamiliar dos jovens usuários da unidade Boqueirão do Portal do Futuro/ faixa etária 18-29 anos.....	102

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CEP - Conselho de Ética na Pesquisa

DRU - Desvinculação de Receita da União

EC- Emenda Constitucional

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FUNDEB – Fundo da Educação Básica

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES - Instituições de Ensino Superior

MB - Megabite

MEC - Ministério de Educação

OECD - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PASE - Programa de Atendimento Socioesportivo

PEA - população economicamente ativa

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PR - Paraná

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar

PROUNI - Programa Universidade Para Todos

PUC - Pontifícia Universidade Católica

RPG - *Role-playing game*

SMEL - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

SMELJ - Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude.

TECLE - Termo de livre consentimento

UFPR - Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2 CAMINHOS E METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	25
2.1 CAMINHOS DA PESQUISA.....	25
2.2 APONTAMENTOS E DESAPONTAMENTOS QUANTO À METODOLOGIA DA PESQUISA.....	27
<b>2.2.1 A construção do Objeto de pesquisa</b> .....	27
<b>2.2.2 O tema de pesquisa, aproximações e problematização</b> .....	28
<b>2.2.3 Metodologia</b> .....	30
2.3 DA ANÁLISE METODOLÓGICA.....	34
<b>2.3.1 Análises metodológicas</b> .....	34
<b>3 GERAÇÃO NEM-NEM, O QUE SABEMOS SOBRE ELA?</b> .....	41
3.1 A JUVENTUDE ENQUANTO PROBLEMA SOCIAL E SOCIOLÓGICO.....	42
3.2 “NEM-NEM” UMA CATEGORIA DE EXCLUSÃO?.....	45
3.3 JUVENTUDE: TRANSIÇÃO OU INSTABILIDADE?.....	51
<b>3.3.1 Educação e trabalho dos jovens brasileiros no último decênio</b> .....	54
3.3.1.1 A situação educacional dos jovens brasileiro.....	56
3.3.1.2 As condições de (não) trabalho dos jovens brasileiros.....	63
3.4 JOVENS “NEM-NEM” E A TRANSIÇÃO DESCONTINUADA.....	65
3.5 “NEM-NEM” NO BRASIL: QUESTÃO DE DESIGUALDADE SOCIAL, DE GÊNERO OU DESEMPREGO JUVENIL?.....	74
<b>4 OS JOVENS E OS “NEM-NEM” NO PORTAL DO FUTURO</b> .....	86
4.1 “NEM-NEM” NAS UNIDADES DO PORTAL DO FUTURO BOQUEIRÃO E CAJURU.....	106
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	132
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	137
<b>ANEXO A - FOTOGRAFIAS DAS UNIDADES BOQUEIRÃO E CAJURU/PORTAL DO FUTURO/CURITIBA/PR/2016</b> .....	142
<b>ANEXO B - INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS</b> .....	152
<b>ANEXO C - AUTORIZAÇÕES</b> .....	164



## 1 INTRODUÇÃO

“Nem-nem”, no Brasil, significa “jovem que nem trabalha, nem estuda” é um termo que vem da Europa, mais especificamente da Espanha. Neste país, em 2008, iniciaram-se manifestações de rua promovidas por jovens de classe média contra a precarização da oferta de educação e trabalho, e estes ficaram conhecidos como os “ni ni”, nem trabalho, nem estudo. Essa importação não se trata de transferência de um modelo ou método da Europa para o Brasil, mas tão somente de uma associação sonora de palavras com tradução direta, “ni-ni” e “nem-nem”, muito provavelmente através das redes sociais de internet. A TV entrou na onda e lançou uma novela com o nome de “Geração Brasil” (Rede Globo de Televisão, 2014), onde o termo “nem-nem” era frequentemente utilizado e associado a jovens de periferia que não trabalhavam, nem estudavam. Porém, apesar da importação do termo, a situação dos jovens aqui é bem diferente, não se trata de movimento político, tampouco de fenômeno social recente, e sim de uma condição de exclusão social juvenil, que nada tem a ver com uma crítica da juventude à qualidade de ensino ou de emprego. As agendas de políticas públicas para juventude brasileira contemplam essa parcela da população na condição de juventude vulnerável ou em risco social.

As primeiras aproximações do tema mostram que a situação no Brasil é antiga e estrutural, reflete a condição de permanente desigualdade social a que o jovem brasileiro está sujeito, e que forjar uma subcategoria transformando vulnerabilidade em inatividade (“nem-nem”) impõe a esses jovens um estigma que pode piorar sua condição social - faz parecer que o jovem não quer trabalhar, nem estudar, “não quer nada com nada”. Além do estigma de vadio ou irresponsável com seu futuro educacional e profissional, essa subcategoria importada impõe ao jovem vulnerável o atendimento a um modelo de sociedade e de uma classe (classe média europeia) a qual ele não pertence.

Da análise do estudo desenvolvido por Adalberto Cardoso (2013) nasce pesquisa, cujo objeto é o jovem “nem-nem” sua ocupação, suas expectativas de futuro e sua inclusão no Programa Portal do Futuro, em Curitiba/PR – as razões da escolha desse Programa serão debatidas no capítulo metodológico. Tem como objetivo geral: dissecar o que é a subcategoria “nem-nem”, dizer se essa subcategoria de juventude de fato existe, e se o jovem sem escola e

sem trabalho é contemplado pelo Programa Portal do Futuro, em Curitiba/PR – com possibilidade de desconstruir o estigma de “jovem vadio” imposto pela subcategoria “nem-nem”. Entre seus objetivos específicos pretende: a) verificar de que forma, e se, o Programa Portal do Futuro inclui socialmente o jovem que não trabalha e não estuda; b) entender como funciona a política para juventude no Portal do Futuro e como isso reflete na sua capacidade de inclusão do “nem-nem”; c) compreender as estruturas com as quais os demais jovens usuários do Portal do Futuro contam e das quais o jovem “nem-nem” carece; d) saber como o jovem “nem-nem” ocupa seu tempo e o que espera do futuro. Em síntese, a pesquisa quer saber se o jovem “nem-nem”, realmente, encontra-se inerte (não estuda e não trabalha), o que ele faz com o seu tempo e como e ele ocupa o espaço destinado aos jovens nas unidades do Portal do Futuro Boqueirão e Cajuru.

A pesquisa trabalha com as seguintes hipóteses: a) jovens “nem-nem” atendidos no Portal do Futuro são do sexo feminino, de cor não-branca; b) o Portal do Futuro inclui os jovens “nem-nem” através de ações educativas ou profissionalizantes; c) a estrutura que leva um jovem à condição “nem-nem” está relacionada à condição de renda da família e à ao modelo familiar monoparental; d) os jovens “nem-nem” não estão inativos (sem trabalho e escola), estão ocupados com afazeres que não aparecem nas estatísticas devido ao conceito de trabalho adotado na seleção das variáveis da pesquisa ou a matriz analítica utilizada e já concluíram o ensino obrigatório.

O estudo se justifica, em primeira ordem, pela necessidade de combater uma subcategoria de juventude que impõe um estigma ao jovem em situação de vulnerabilidade social ou risco. Em segundo lugar, a pesquisa é necessária em razão da confusão que se faz ao relacionar jovens “nem-nem” à movimentos políticos e manifestações do tipo que foram iniciadas na Espanha e ficaram conhecidas como os “ni ni”, e nos Estados Unidos como “*Occupy Wall Street*”. Inegável é que a existência de jovens sem acesso ao Ensino Superior e sem trabalho remunerado no Brasil inspiram aqueles que estudam e pretendem entrar no mercado de trabalho a defender seu futuro em manifestações e ocupações de escolas, praças e ruas do mundo, mas, no Brasil, um grupo nada tem a ver com o outro. Por último, e não menos relevante, é o momento político pelo que passam as políticas públicas sociais no Brasil, com claro prognóstico de desmonte e retrocesso, o que torna urgente a coleta de informações acerca das políticas públicas em execução, em especial as de juventude.

Ante a perspectiva das políticas públicas adotada para a análise do tema, faz-se necessária a (des) construção da subcategoria de juventude “nem-nem”. Para tanto a matriz analítica trabalha com os marcos legais de políticas públicas de educação, trabalho e juventude - proibição do trabalho para menor de 16 anos de idade, universalização do Ensino Médio e o Estatuto Nacional de Juventude, além do novo conceito de trabalho, adotado pela Organização Internacional do Trabalho/OIT.

Através da análise sob essa perspectiva e delimitada pela matriz analítica pertinente ao tema, pode-se chegar à definição de que o denominado “nem-nem”, caso exista, é um jovem de baixa renda, com idade entre 16 e 29 anos, que não está inserto no mercado formal de trabalho, não frequenta estabelecimento de ensino regular, não concluiu o Ensino Fundamental (ou o Ensino Médio, onde houver oferta), e não exerce nenhuma atividade conceituada como trabalho. A seleção da variável “renda” é feita com base em indicadores de estudos semelhantes que apontam uma concentração de jovens “nem-nem” nos estratos de renda mais baixos do país.

Aparentemente o propósito de se dar nova roupagem para uma antiga subcategoria de exclusão juvenil tem interesse em aproveitar a “onda” política dos “ni-ni” para atrair os olhos da sociedade para os jovens vulneráveis e despertar o interesse das agendas de políticas públicas em contemplar, com maior força, essa parcela da juventude - trata-se de uma manobra política. O que não significa que de fato esses jovens são “desocupados”, é muito provável que estejam ocupados com afazeres que não aparecem nas estatísticas devido ao conceito de trabalho adotado na análise. O que é contabilizado como desocupação juvenil pode ser, na realidade, ocupação em modalidades de trabalhos informais, mal remunerados, não remunerados ou atividade em confronto com a lei. A veracidade de tal hipótese será verificada na pesquisa de campo.

Apesar do Estatuto da Juventude prever uma série de direitos que devem ser garantidos aos jovens, na prática, seu atendimento é quase que exclusivamente de assistência social e educação para o trabalho - principalmente através de programas de transferências de renda e ensino técnico.

A pesquisa realiza um estudo de caso em unidades do Programa de Políticas Públicas em Curitiba/PR, Portal do Futuro, no que diz respeito à inclusão do jovem “nem-nem”. Investiga se o jovem “nem-nem”, de fato, não estuda e não trabalha, o que ele faz com o seu

tempo e como ele ocupa o espaço destinado aos jovens nas unidades do Portal do Futuro pesquisadas.

A metodologia de pesquisa utilizada é a quantiqualitativa, com a aplicação de questionários e realização de estudo de caso, entrevistas individuais e reunião de Grupo Focal, além de observação participante. Os caminhos percorridos pela pesquisa, os apontamentos e desapontamentos metodológicos, o passo-a-passo desde as primeiras incursões até a conclusão dos estudos é detalhado e sintetizado no segundo capítulo.

No terceiro capítulo faz-se o levantamento da problemática de pesquisa, onde os principais estudos acerca do tema são analisados, de modo a identificar as análises centrais, suas convergências e divergências. O conceito de geração, essencial para o tema, é discutido nesse capítulo, em razão da alcunha de geração “nem-nem” que é impelida a esses jovens, e leva a crer que o país tem toda uma geração de pessoas que não trabalham, nem estudam. Para discutir esse tópico a pesquisa conta com as análises de Karl Mannheim (1964) que alerta sobre a concepção do conceito de “geração” como um dado biológico pode e que pode, por exemplo, tomar a juventude como impetuosa e a velhice como conservadora. Para confrontar as contribuições de Mannheim o estudo conta com as percepções de Zygmunt Bauman que afirma que “[...] fronteiras que separam as gerações não são claramente definidas, não podem deixar de ser ambíguas e atravessadas e, definitivamente não podem ser ignoradas” (BAUMAN, 2007, p. 373). Ainda, para aprofundar a discussão introduz a conceituação de Feixa e Leccardi (2010) que afirmam: “Ao contrário da geração 68, a geração atual é definida por fatores cosmopolitas. Isso é ilustrado com base em três “constelações geracionais”: 1. a geração migratória [...] 2. a geração aprendiz [...] e 3. a geração colcha de retalhos [...]” (FEIXA, LECCARDI, 2010, p.199).

Não menos importante que o conceito de geração é o conceito de juventude, tanto como problema sociológico, quanto como problema social. Para tanto a pesquisa conta com a contribuição de Porto (2015) lembra que o problema sociológico é uma pergunta que o pesquisador ou teórico faz sobre processos, interações e organizações de sistemas sociais e seus resultados (PORTO, 2015, p 01), faz-se o contraponto dessa análise com as interpretações de Rodriguez, Castro, et. al. (2004) e de Camarano e Mello (2006).

O estudo finaliza o tópico conceitual, com a análise do conceito fundamental do tema, o de exclusão social, intimamente ligado ao termo “nem-nem”. Para debater de que esse

conceito e entender de que exclusão se está falando, o estudo conta com as contribuições de Martins, (2012), Dumont (1970). Sposati (1996), Xiberras (1993), Dupas (2000), Demo (1998) e Klisksberg (2001).

Entendido que o tema trata de situação de não-estudo e de não-trabalho e que estudar e trabalhar pode ser considerado uma forma de transição da juventude para a vida adulta, faz-se necessária a discussão acerca de uma transição negada, instável ou descontinuada - ante a perspectiva das políticas públicas de juventude e do recorte de seu objeto, as discussões de outras transições para a vida adulta ficam como pano de fundo nessa análise. A situação educacional e de (não) trabalho do jovem brasileiro é analisada com base em autores que trabalham dados estatísticos produzidos pelo IBGE - Cardoso (2013) / Costa e Ulysses (2014) - e para contrapor essas análises o estudo conta com as pesquisas de Camarano e Kanso (2006) e Pais (2012). Isso por que a afirmação de que a subcategoria “nem-nem” é uma construção política que tem base no argumento de que são as formas de produção dos dados e as interpretações conceituais que forjam e elevam as taxas “nem-nem”. Para que se possa verificar a veracidade dessa proposição é necessário trabalhar com autores que façam interpretações da mesma fonte de dados, e outros que trabalham com formas de produção de dados diversa. Entendido que um dado nunca é neutro, pois pode ser produzido de forma a gerar resultados em conformidade com um determinado perfil ideológico, através da manipulação de variáveis e da adoção de conceitos vaiados. Como no caso das pesquisas realizadas pelo IBGE que adota como conceito de trabalho (até 2013) somente o trabalho remunerado e não analisa a obrigatoriedade de ensino do país. Antes de afirmar “não trabalha” é preciso perguntar “deveria estar trabalhando? ” Antes de afirmar “não-estuda” é necessário analisar “existe obrigatoriedade de oferta de ensino? ”

Camarano, kanso et. al. (2006) afirmam que “nem-nem” é uma condição momentânea na vida desses jovens, um istmo que separa a conclusão do Ensino Médio da entrada no mercado de trabalho. José Machado Pais (2012) aponta que o prolongamento da transição escola-trabalho não é um fenômeno que se limita aos países europeus e que não se trata apenas de falta de qualificação dos jovens para o mercado de trabalho. Costa e Ulysses (2014) em estudo realizado com base na PNAD desde o ano de 1992 até 2011 (sobre não trabalho e não estudo) chega a resultados muito próximos aos do estudo de Cardoso (2013)

com base nos censos IBGE 2000/2010, e igualmente não discutem o conceito de trabalho adotado, tampouco a obrigatoriedade de ensino.

É possível que a sociedade brasileira tenha naturalizado as desigualdades sociais, enquanto que a exclusão ainda cause comoção ou espanto. E isso pode levar a uma maquiagem que transforma desigualdade de gênero em taxa “nem-nem” de exclusão social. A inclusão de mulheres mães e/ou donas de casas na taxa “nem-nem” pode ter o objetivo de atrair para elas políticas de diminuição de desigualdades nos papéis de gênero. Bem como, no caso de jovens desempregados, mudar a tarja de desemprego juvenil para exclusão social, tem mais impacto do que falar em desemprego e desigualdade social. Essas manipulações de subcategorias de juventude que transforma jovem em situação de vulnerabilidade em taxa “nem-nem” de exclusão social podem até ter propósitos políticos de interesses dos jovens, mas a resposta dada pela sociedade não tem sido a esperada. Ao contrário de benefícios, essa manipulação tem resultado em imposição de um estigma para esses indivíduos, o de irresponsável e desinteressado em seu futuro educacional e profissional. Para explicar a criação e vivência de um estigma o estudo conta com as análises de Goffman (2004).

As variáveis que mais influenciam na suposta condição “nem-nem” são discutidas em tópico destinado à debater desigualdade social, desigualdade de gênero e desemprego juvenil. Neste ponto é ressaltada a interpretação alarmista dos dados do IBGE quanto a essa subcategoria de juventude, com posicionamentos claramente políticos. Inicialmente são analisados os números e em seguida são feitas considerações metodológicas e políticas acerca desses resultados, com o objetivo de demonstrar que a situação não é animadora, mas que esses dados não são fidedignos com a real situação ocupacional do jovem brasileiro, e estão comprometidos metodologicamente. Eles são produzidos com vista a um modelo de sociedade da qual esse jovem está excluído ou na qual está precariamente incluído. O que pode ser analisado à luz da teoria da violência simbólica (BOURDIEU, 1994): a escolarização como uma obrigação, direito do subalterno a apreender práticas e costumes que não são seus, que não constam do seu meio social, para ser inserido no mercado de trabalho sob a promessa de melhores empregos. No entanto, a vinculação entre educação e bom emprego encontra-se em declínio, possuir títulos acadêmicos não é mais uma garantia absoluta de bom emprego, são apenas pré-requisitos, mas não são suficientes para garantir uma boa colocação no mercado de trabalho (BECK, 2001).

Adalberto Cardoso aponta que a condição “nem-nem” no Brasil é uma condição de desigualdade social antiga do país, que não nascemos em iguais condições, o próprio lugar de nascimento já é um fator de desigualdade (CARDOSO, 2013).

No quarto capítulo faz-se uma introdução acerca do programa curitibano de políticas públicas Portal do Futuro e acerca da apropriação dos jovens do espaço destinado a eles nas unidades Boqueirão e Cajuru. O Portal do Futuro se pretende um programa de políticas públicas de juventude, que conta com 7 unidades nas regiões mais populosas de Curitiba/PR, além de uma unidade na região central e duas novas unidades em fase de construção nos bairros Santa Felicidade e Boa Vista. O Programa se propõe a atender jovens dos 10 aos 29 anos, com atividades esportivas, de lazer, profissionalizantes e artísticas, no entanto seu maior fluxo de atendimento é esportivo e de outras faixas etárias. A gestão das unidades é realizada pelos jovens usuários do Programa, reunidos no Comitê Gestor de cada unidade. Curiosamente, a mesma maquiagem que acontece com a subcategoria “nem-nem” também acontece com a política de juventude do Portal do Futuro, como será demonstrado no referido capítulo.

Um olhar menos atento deduziria que o Programa Portal do Futuro se determina por agendas de políticas de juventude impostas internacionalmente, com base no fomento à cultura, esporte e lazer. No entanto, quando se aproxima a análise nota-se que a política de esporte e lazer nesses espaços é anterior à política de juventude, que entra a partir de 2013, mais como forma de gestão desses investimentos que como agenda de juventude.

Para conhecer os jovens usuários do Programa e a sua forma de ocupação desse espaço são realizadas incursões no campo através de observação participante, questionários, entrevistas e realização de grupo focal. Com base nos dados produzidos pela pesquisa realizada nas unidades Boqueirão e Cajuru, o perfil do jovem frequentador do Portal do Futuro Boqueirão é delineado: Ele é homem, tem entre 15-20 anos, brasileiro, natural de Curitiba, de cor branca, heterossexual, solteiro, mora com os pais, renda familiar entre 2 e 3 salários mínimos, pratica esportes (principalmente futebol), estuda próximo ao seu local de residência e não trabalha. Acredita na educação como forma de mobilidade social, não acredita que a participação política possa melhorar suas condições de vida e entende que seu futuro depende apenas do seu esforço pessoal e da família. O perfil do jovem usuário da

unidade Cajuru não foi possível desenhar em razão da unidade ter sido incluída na pesquisa no final das atividades anuais daquela unidade.

Os resultados da pesquisa aplicada através de questionários confirmam as falas dos jovens no grupo focal e nas entrevistas durante a contagem manual, realizadas com jovens de 15 a 17 anos, em razão dos objetivos da pesquisa que tem seu foco principal nesse subgrupo. Nessa faixa etária somadas todas as técnicas são ouvidos na pesquisa 87 indivíduos. Em que pese a quantidade pequena de jovens que responderam ao questionário (10% do total) é possível ver nos dados obtidos (situação de trabalho, escolaridade, cor da pele, condições de moradia etc.) a estrutura socioeconômica e familiar com a qual esses jovens contam ou não no seu dia-a-dia. A representatividade dos dados obtidos por esta técnica em termos percentuais pode não ser expressiva, em termos quantitativos, porém quantificados ajudam a identificar as condições dos jovens e orientam a pesquisa qualitativa.

Após ser desenhado o espaço social do Programa e conhecida a estrutura socioeconômica na qual os jovens usuários da unidade Boqueirão estão inseridos, passa-se a analisar, se há, e em que condições o jovem que não trabalha e não estuda se insere nesse Programa. É mais importante que a sua inserção no Programa é saber o que o jovem que esse jovem faz com o seu tempo, quais os seus interesses e expectativas de futuro. O perfil do jovem “nem-nem” dessas unidades é estudado em tópico especialmente destinado a eles, ao final do quarto capítulo.

As questões que se destacam na pesquisa são relacionadas ao bolsa-família, à educação, à segurança pública, ao trabalho e à falta de escuta dos jovens vulnerável na determinação das atividades no Programa. Tanto nas falas dos funcionários quanto nas dos jovens, a distância entre as necessidades dos jovens e as ofertas de serviços dessas unidades são bastante pontuadas. O modelo de inclusão do Programa Portal do Futuro atende, na melhor das hipóteses, os jovens de classe média.



## 2 CAMINHOS E METODOLOGIA DA PESQUISA

### 2.1 CAMINHOS DA PESQUISA

Tão importante quanto os resultados da pesquisa são os caminhos pelos quais ela percorre, desde a sua proposição até as conclusões. Caminhos estes que não desenham uma linha reta e segura quanto aos métodos, técnicas, hipóteses e análises como a simples aplicação de uma fórmula sobre um objeto de pesquisa. Muitas questões podem alterar ou influenciar o artesanato intelectual no qual consiste o ato de pesquisar, desde a interação pesquisador/sujeito ao lugar de fala de cada um deles. Nas palavras de Mills (2009) no artesanato intelectual “[...] há uma combinação de experiência pessoal e atividades profissionais [...] você, como artesão, tentará reunir o que está fazendo intelectualmente e o que está experimentando como pessoa” (MILLS, 2009, p. 22). Por esta razão, a posição do pesquisador no campo e suas experiências relativas ao objeto de pesquisa precisam estar explícitas, e o seu lugar de fala bem identificado.

A autora da pesquisa é advogada trabalhista e atuou como professora na EJA/Educação de Jovens e Adultos (junto à Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul), trabalhou na área de saúde com jovens em situação de vulnerabilidade/risco social (Prefeitura de Blumenau, SC), também tem um pé nas artes como desenhista/estilista e decoradora. A preocupação com a juventude a acompanha desde as primeiras experiências de trabalho junto às Pastorais da Saúde e da Juventude mantidas pela Igreja Católica, onde atuou como alfabetizadora. Suas experiências pessoais construíram seu olhar para a juventude enquanto indivíduos que necessitam da tutela da família e do Estado, porém com o exercício progressivo do protagonismo em direção à emancipação. O conhecimento na área do Direito lhe útil na relação com as Políticas Públicas (todas instituídas por normas legislativas), enquanto que suas habilidades como desenhista lhe facilitam a comunicação com os jovens e a atividade de observação sensível da realidade - desenvolvem a percepção e a perspicácia. Seu contato e envolvimento com problemas sociais da juventude, quer na área de saúde, educação ou Direito - além da militância política de esquerda que exerce desde a adolescência - podem lhe dar uma tendência a militar nesse sentido, no que a pesquisadora procura se policiar.

A pesquisa sobre os “nem-nem” nasce a partir do interesse da autora na proposição de agenda realizada por Adalberto Cardoso, em estudo sobre o tema publicado em 2013 - estudo objeto de análise em disciplina na linha de trabalho cursada pela pesquisadora no ano de 2015, no programa de mestrado em Sociologia, na Universidade Federal do Paraná.

A proposta desde o início do curso (março de 2015) é estudar as políticas públicas para juventude, mas tal recorte é muito amplo e incompatível com o espaço de uma dissertação. Razão pela qual se opta então por reduzir o estudo dessas políticas ao público mais vulnerável dentro das diversas juventudes, os jovens de baixa renda, sem trabalho e sem escola, sob a perspectiva do Trabalho Decente. Porém, esse recorte ainda se mostra muito amplo, pois estudos anteriores indicam que cerca de 20% dos jovens em Curitiba se encontram nessa situação. Em 2 anos de trabalho (tempo delimitado para a conclusão da dissertação) não seria possível desenvolver uma pesquisa de tamanha abrangência. Por isso, um novo recorte é traçado, com base na agenda de pesquisa proposta por Cardoso acerca dos jovens “nem-nem”, e limitado à política de juventude implantada pela prefeitura de Curitiba em 2013, o Programa “Portal do Futuro”.

O interesse pelo Programa Portal do Futuro surge quando a pesquisadora realiza observação participante na 3ª Conferência Municipal de Juventude de Curitiba, no ano de 2015, e tem contato com jovens usuários e com a coordenação desse Programa. Inicialmente, pretende estudar a participação dos jovens usuários dessa política nas Conferências, porém na pesquisa de campo não são identificados na unidade pesquisada jovens que participam de Conferências de Juventude. Razão pela qual, a participação desses jovens em Conferências se torna objeto de um estudo à parte, com finalidade de produção de artigo apresentado ao VII Seminário de Sociologia e Política realizado pela UFPR em 2016.

Em junho de 2016, inicia observação participante na unidade Boqueirão do Portal do Futuro, onde faz uma incursão por semana participando de atividades como dança, coreografias e atividades de quadra. A escolha dessa unidade se dá em razão do histórico de apropriação desse espaço pela comunidade, antes da implantação do Programa e por ser a unidade regional a qual a pesquisadora estava relacionada, por comprovar residência no bairro. Nesse momento a pesquisadora participa das atividades juntamente com sua filha de 15 anos, mas não se apresenta como pesquisadora para os jovens e funcionários da unidade. Por isso, participar de atividades da unidade de seu bairro lhe garante maior discrição nessa

fase. A abordagem aos jovens é feita de maneira informal, através de conversas iniciadas pela pesquisadora relativas ao seu tema de pesquisa, outras vezes iniciadas por sua filha, sob a orientação da pesquisadora. A presença da adolescente nas atividades funciona como um facilitador de aproximação dos jovens.

Durante o período de observação os jovens frequentadores da unidade são abordados, através de alguma das técnicas (observação, entrevista, questionário, grupo focal). As questões que constam nos questionários são levantadas nas conversas com os jovens durante a observação participante, e, após adaptações, utilizadas na elaboração dos tópicos guias para a realização do grupo focal.

Inicialmente o projeto prevê a realização de pesquisa em todas as unidades do Programa, porém em agosto de 2016, quando a pesquisadora intenta autorização da Coordenação do Programa Portal do Futuro para adentrar oficialmente ao campo, é exigida a submissão do projeto de pesquisa ao CEP/SMELJ - Conselho de Ética na Pesquisa da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude. O procedimento leva cerca de um mês e o projeto é aprovado, porém com ressalvas, para que a realização da pesquisa de campo se inicie a partir de novembro de 2016. A pesquisa de campo é suspensa e retomada no mês de novembro de 2016, já com a pesquisadora identificada e autorizada para a aplicação do questionário e realização do grupo focal.

O atraso no cronograma da pesquisa obriga a realização de um novo recorte, com o abandono da agenda do Trabalho Decente e a concentração na unidade Boqueirão, complementada por uma incursão na unidade Cajuru.

Em 20 de dezembro de 2016 a pesquisa é analisada e aceita pela banca de qualificação de mestrado, que sugere correções e alterações ao texto a ser defendido em banca de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, em março de 2017.

## 2.2 APONTAMENTOS E DESAPONTAMENTOS QUANTO À METODOLOGIA DA PESQUISA

### 2.2.1 A construção do Objeto de pesquisa

O objeto da pesquisa - o jovem “nem-nem” e sua inclusão na política de juventude do Programa Portal do Futuro, em Curitiba - é construído a partir das categorias e políticas de juventude no Brasil, delimitadas pelas Emendas Constitucionais de nº 20/98, nº 59/2009 e pelo Estatuto de Juventude, e do conceito de trabalho adotado pela Organização Internacional do Trabalho.

### 2.2.2 O tema de pesquisa, aproximações e problematização

A aproximação do tema mostrou que no senso comum os jovens brasileiros que não estudam nem trabalham estão nas mesmas condições dos jovens que promoveram manifestações e protestos na Europa e Estados Unidos da América, a partir de 2008. E ainda, que estes são responsáveis pelas manifestações de rua havidas no Brasil em 2013. Enquanto que no senso douto os “nem-nem” surgem como uma nova subcategoria de juventude<sup>1</sup> e uma nova forma de exclusão social, sem ter o cuidado com o estigma que ela impõe aos jovens em situação de exclusão ou inclusão precária na escola e no mercado de trabalho. As primeiras incursões mostram que a situação no Brasil é antiga e estrutural, reflete a condição de permanente desigualdade social a que o jovem brasileiro está sujeito, e ainda, que uma subcategoria como a “nem-nem” induz um estigma e traz prejuízos ao jovem em situação de vulnerabilidade - faz parecer que esse jovem não quer trabalhar, nem estudar, “não quer nada com nada”. Para a (des)construção da subcategoria de juventude “nem-nem” são considerados marcos legais de políticas públicas de educação<sup>2</sup>, trabalho<sup>3</sup> e juventude<sup>4</sup>, que leva à definição

---

<sup>1</sup> Refere-se a essa parcela da população juvenil que supostamente não estuda e não trabalha como uma subcategoria de juventude por que a pesquisa traz uma discussão geracional, onde a categoria principal é a de juventude.

<sup>2</sup> EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009 - [...] VI. As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional: Art. 1º Os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, passam a vigorar com as seguintes alterações: "Art. 208[...] **I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;** (NR) VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde." (NR). Art. 6º O disposto no inciso I do art. 208 da Constituição Federal deverá ser implementado progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União. Art. 7º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação. Brasília, em 11 de novembro de 2009.

de que o denominado “nem-nem”, se ele existe, é um jovem de baixa renda, com idade entre 16 e 29 anos, que não está inserto no mercado formal de trabalho, não frequenta estabelecimento de ensino regular e não concluiu o Ensino Fundamental ou Médio. O critério baixa renda se deve a resultados de estudos anteriores que apontam a concentração desses jovens nos estratos de renda mais baixos do país.

A partir da perspectiva das políticas públicas, “nem-nem” não é uma nova subcategoria de juventude ou de exclusão social, é apenas uma nova roupagem para antigas categorias de exclusão como a de juventude vulnerável ou em situação de risco social. Se essa subcategoria não estivesse contida na subcategoria “juventude vulnerável” seria mais acertado denominá-la como “juventude sem escola e sem emprego”, por que esses jovens não estão nessa condição por vontade própria, mas por conta da estrutura na qual estão insertos, a qual não lhes oferece oportunidades viáveis de inclusão.

O estudo anota que, na maioria das vezes, o que é contabilizado como desocupação juvenil são modalidades de trabalhos informais, mal remunerados, não remunerados ou atividade em confronto com a lei.

As pesquisas realizadas sobre essa pretensa subcategoria de juventude são na maioria quantitativas e levam em consideração somente o conceito que a lei brasileira e a Organização Internacional do Trabalho adotavam sobre trabalho até o ano de 2013, quando esse conceito foi alterado. Esse tipo de pesquisa não alcança o que de fato acontece na vida desses jovens excluídos ou precariamente incluídos no mercado de trabalho e na escola.

É possível afirmar que um adolescente que ajuda a cuidar das tarefas domésticas e dos irmãos no recinto doméstico está desocupado? Pode-se assegurar que um jovem que lê e/ou escreve na internet, assiste vídeos, ouve músicas, participa de debates políticos, alimenta

---

<sup>3</sup> EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998 – Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional: Art. 1º - A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações: **XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos [...]** Art. 16 - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação. Art. 17 - Revoga-se o inciso II do § 2º do art. 153 da Constituição Federal. Brasília, 15 de dezembro de 1998.

<sup>4</sup> LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE (BRASIL,2009, **Grifo nosso**).

sua rede social, aprende a operar novas tecnologias de comunicação, discute sobre as preocupações de sua faixa etária e de seu tempo, entre outras atividades, não está aprendendo ou se preparando para um mercado de trabalho cada vez mais interativo? Como afirmar que um jovem “nem trabalha, nem estuda” está em situação de anormalidade? Tal afirmação é feita com base na expectativa de atendimento a um modelo de trajetória que a sociedade cobra desse jovem, porém, não lhe oferece oportunidades de se inserir.

Nas agendas brasileiras de políticas públicas para juventude essa subcategoria aparece qualificada como juventude vulnerável ou em risco social. E apesar do Estatuto da Juventude prever uma série de direitos que devem ser garantidos aos jovens - na prática trata-se de normas principiológicas ou programáticas, não são autoaplicáveis/dependem de leis as que regulamentem - seu atendimento é quase que exclusivamente de assistência social e educação para o trabalho, principalmente através de programas de transferências de renda e ensino técnico. Os programas de cotas nas universidades não alcançam a subcategoria de juventude sem escola e sem trabalho, vez que é condição *sine qua non* do modelo de análise que o jovem não tenha concluído o Ensino Médio para fazer parte dela - por isso em que pese a cor e origem social serem variáveis determinantes na condição de exclusão social de um “nem-nem”, a pesquisa não se aprofunda na questão das cotas raciais, por questão metodológica, considera que o jovem que tem Ensino Médio e pode se beneficiar do sistema de cotas, concluiu o ensino obrigatório.

O programa o bolsa-família, beneficia essa subcategoria de juventude (entre 15 e 17), de forma indireta, pois vincula pagamento de benefício financeiro à família à frequência dos filhos à escola. Porém não é uma política de juventude, por isso a pesquisa menciona, mas não se aprofunda nesse programa.

### **2.2.3 Metodologia**

Objetivo geral: a pesquisa pretende dizer o que é a subcategoria “nem-nem”, se essa subcategoria de juventude de fato existe, e se o jovem sem escola e sem trabalho é contemplado pelo Programa Portal do Futuro, em Curitiba/PR.

Objetivos específicos: a) verificar de que forma, e se, o Programa Portal do Futuro inclui socialmente o jovem que não trabalha e não estuda - entende-se por inclusão social

nesse contexto não apenas a inserção do jovem em políticas públicas que possa compensar a ausência à escola ou a preparação para o mercado de trabalho, mas em qualquer das políticas previstas no Estatuto de Juventude; b) entender como funciona a política para juventude no Portal do Futuro e como isso reflete na sua capacidade de inclusão do “nem-nem”; c) compreender as estruturas com as quais os demais jovens contam e das quais o jovem “nem-nem” carece; d) saber como o jovem “nem-nem<sup>5</sup>” ocupa seu tempo e o que espera do futuro; A pesquisa analisa situações juvenis (não de trajetórias) de não-estudo e não-trabalho, trata-se de um estudo de caso em unidades de um Programa de Políticas Públicas. Por isso é importante ressaltar que as políticas de educação e trabalho, de forma geral, não são objetos de investigação nesse estudo, mas tão somente a execução de políticas constantes no Estatuto Nacional de Juventude e presentes nas unidades pesquisadas - no que diz respeito à inclusão do jovem “nem-nem”.

Em síntese, a pesquisa investiga se o jovem “nem-nem”, de fato, não estuda e não trabalha, o que ele faz com o seu tempo e como e ele ocupa o espaço destinado aos jovens nas unidades do Portal do Futuro pesquisadas - com o objetivo geral de desconstruir o estigma de “jovem vadio” imposto pela subcategoria de juventude “nem-nem”.

Perguntas norteadoras: Quem é o “nem-nem” e o que ele faz com o seu tempo. O Portal do Futuro inclui o jovem “nem-nem”.

As hipóteses levantadas a partir de indicadores de estudos anteriores sobre o tema supõem que: os jovens “nem-nem” atendidos no Portal do Futuro são do sexo feminino, de cor não-branca; o Portal do Futuro inclui os jovens “nem-nem” através de ações educativas ou profissionalizantes; a estrutura que leva um jovem à condição “nem-nem” está relacionada à condição de renda da família e à ao modelo familiar monoparental. Além dessas, a pesquisa levanta a hipótese de que os jovens “nem-nem” não estão inativos, estão ocupados com afazeres que não aparecem nas estatísticas devido ao conceito de trabalho adotado na seleção das variáveis da pesquisa, ou à matriz analítica utilizada.

---

<sup>5</sup> A expressão “nem-nem” em todo o texto aparece entre aspas, por que a análise teórica considera que ela faz menção a uma subcategoria de juventude fictícia, as aspas têm a intenção de colocar em dúvida a veracidade do termo

A pesquisa se justifica ante ao estereótipo criado, tanto no senso comum quanto no meio acadêmico, relativamente às condições sociais dos jovens denominados “nem-nem”. Desmitificar essa situação é um dever da comunidade acadêmica que ao forjar uma subcategoria de juventude, influenciada pelos movimentos internacionais de juventude de 2008, e pelo senso comum brasileiro, impôs a esses jovens o estigma de “vadios”. Mais recentemente essa parcela da população jovem é confundida com o movimento estudantil de ocupação de escolas, que se inspira nas manifestações iniciadas na Espanha com os “ni ni” e se espalham pela Europa, e Estados Unidos da América, onde ficam conhecidas como “*Occupy Wall Street*”, ocupando a Praça Zucotti próxima de *Wall Street*, em *Nova Iorque*. No entanto, no Brasil, os “nem-nem” nada tem a ver com os “ni-ni”, e esse fato requer estudo sociológico. Não se nega a existência de jovens que gostariam de estudar mais e de ter um bom emprego, e que em certa medida, isso impele estudantes a defender melhores condições de educação e trabalho. Porém é preciso saber se de fato esse jovem chamado “nem-nem” não estuda e não trabalha, e se são essas as variáveis que os distingue enquanto grupo juvenil, antes de denominá-los dessa forma. A alcunha de “nem-nem” impõe a essa subcategoria de juventude um estigma que pode ser evitado, e a pesquisa sociológica pode tem a capacidade e o dever de esclarecer situações que levam a entendimentos equivocados e prejudiciais à sociedade. É possível que com o aprofundamento da atual crise econômica no Brasil ocorra um aumento na proporção de jovens sem escola e sem emprego nos estratos mais baixos de renda do Brasil, e que essa alteração possa ser percebida pela pesquisa realizada no Portal do Futuro. Além disso, o momento político brasileiro atual apresenta franco ataque às políticas sociais, e essa potencialidade deletéria urge estudos das políticas existentes - enquanto estão em execução há que se fazer o registro para que esses dados não se percam e possam estar disponíveis para futuras análises.

A metodologia de pesquisa utilizada é a quantiqualitativa, com a aplicação de questionários e realização de estudo de caso, entrevistas individuais e reunião de Grupo Focal, além de observação participante. Também são realizadas entrevistas via Facebook com jovens identificados no perfil do Portal do Futuro Boqueirão nessa rede social, esses também responderam ao questionário da pesquisa e estão inclusos no total de jovens frequentadores computados naquela unidade.



Antes de desenvolver os tópicos guias e as perguntas do questionário é realizado entrevistas informais e um pré-teste com jovens da unidade Boqueirão, momento em que se opta por um questionário extenso composto por questões fechadas e abertas - e uma entrevista ao final, com a possibilidade do entrevistado escolher a que perguntas quer responder - e a partir dele são desenvolvidos os tópicos guias que serão utilizados no grupo focal. Aliadas a essas técnicas está a observação participante realizada no decorrer de toda a pesquisa de campo, de junho a setembro como participante total (como usuária), e em novembro autorizada oficialmente pela coordenação.

As razões para a utilização de várias técnicas distintas e complementares é o número relativamente pequeno de sujeitos investigados - além da necessidade de evitar a exaustão dos mesmos com perguntas e respostas. Também a composição com várias técnicas proporciona uma melhor aferição e organização dos dados, além do interesse pessoal da pesquisadora na prática dessas técnicas para utilização em futuros trabalhos.

As amostras trabalhadas nos questionários na unidade do Portal do Futuro Boqueirão são representativas de mais de 10% do total de jovens que frequentam o local (191 jovens) e de 28% dos funcionários e gestores que atuam nessa unidade (17 funcionários e 2 gestores) - selecionadas pelos critérios função (na pesquisa com funcionários e gestores) e de faixa etária e renda na pesquisa com usuários. Ressalta-se que essa amostra diz respeito aos sujeitos pesquisados através de questionários somente e apenas na unidade Boqueirão. Os demais jovens dessa unidade não estão inclusos nesta amostra, porém não ficam de fora da pesquisa aparecem como objeto de investigação em grupo focal, entrevistas ou observação participante.

A pesquisadora teve auxílio de sua filha, uma adolescente de 15 anos de idade, que também frequentou a unidade Boqueirão do Portal do Futuro em atividades livres durante o período de pesquisa - entre junho e novembro de 2016. O posicionamento da pesquisadora nessas primeiras abordagens foi como participante total, sem revelar o objetivo da sua presença e de sua filha no local, nem seu interesse.

Na unidade Cajuru do Portal do Futuro a amostra foi selecionada de forma aleatória com abordagem direta realizada através de entrevista com 2 funcionários, 5 jovens que estavam realizando aula de grafite no dia da incursão e 4 jovens que estavam reunidos em frente ao prédio. Não foi possível coletar dados da quantidade de jovens inscritos em atividades de rotina em razão de problemas no sistema de computação da unidade Cajuru. A

pesquisadora recebeu orientação de moradores do bairro de que, para a sua segurança pessoal, não deve portar objetos de valor econômico no local, em razão da falta de segurança pública no local. Sem poder contar com equipamentos eletrônicos como celular, máquina fotográfica e gravador, as entrevistas são registradas em papel, e fotos realizadas com um celular emprestado de um dos jovens entrevistados.

## 2.3 DA ANÁLISE METODOLÓGICA

### 2.3.1 Análises metodológicas

A pesquisa é iniciada com apoio de método qualitativo, porém no decorrer dos trabalhos e com a aplicação dos instrumentos escolhidos surge uma face quantitativa que não pode ser desprezada, pois dá ao pesquisador uma visão mais clara e organizada dos resultados da pesquisa qualitativa sem, contudo, transformá-la em quantitativa ou pretender contar opiniões.

Como apontam Bauer e Gaskell (2003) os instrumentos escolhidos para coleta dados, por si só, não têm o condão de alterar a natureza do método:

Muita confusão metodológica e muitas afirmações falsas surgem da compreensão equivocada ao fazer a distinção entre qualitativo/quantitativo na coleta e análise de dados [...]. É muito possível conceber um delineamento experimental, empregando entrevistas em profundidade para conseguir os dados. Do mesmo modo, um delineamento de estudo de caso pode incorporar um questionário de pesquisa para levantamento, junto com técnicas observacionais[...] (BAUER, GASKELL, 2003, p 18).

A amostra trabalhada na unidade Boqueirão, aparentemente reduzida, por ser referente a um universo composto por 191 jovens, 17 funcionários e 2 gestores, corresponde a cerca de 100% dos jovens que frequentam o local, na semana de referência da pesquisa e a 28% dos trabalhadores dessa unidade - uma das maiores do Programa que conta com 7 unidades. Nota-se pelos números fornecidos pela Coordenação Geral do Programa (capítulo 4, tabela 08) que a unidade Boqueirão responde por cerca de 25% dos atendimentos realizados no Programa em todo o município de Curitiba, o que é uma amostra considerável da população total atendida e alcançada pela pesquisa através do estudo de caso na unidade

Boqueirão. Além dos usuários da unidade Boqueirão, também são ouvidos funcionários, cinco jovens usuários inscritos e quatro jovens “nem-nem” usuários não-inscritos na unidade Cajuru do Portal do Futuro. O que eleva a amostra total da pesquisa para um total de 211 indivíduos abordados.

A combinação de dados quantitativos e qualitativos tem o interesse de confirmar percepções levantadas na observação participante e nas entrevistas, e também de tê-las organizadas de forma objetiva para facilitar a análise e a interpretação. A quantitativo tem foco em organizar dados acerca dos jovens usuários e identificar entre eles os de baixa renda que não estudam, não trabalham e não concluíram o Ensino Médio. Sobre a questão do método qualitativo Gaskell (2003) aponta:

A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão. Em um meio social específico, digamos, na profissão médica, o que nós estamos interessados em descobrir é a variedade de pontos de vista no assunto em questão, por exemplo, a homeopatia, e especificamente o que fundamenta e justifica estes diferentes pontos de vistas (GASKELL, 2003, p. 68).

A partir da definição da pergunta de partida da pesquisa e do método, os trabalhos se concentram na definição da problemática, uma decisão quanto à abordagem do fenômeno (QUIVY, CHAMPENHOUDT, 1988) e uma ruptura com o senso comum e o senso douto (SANTOS, 2000). Momento em que o primeiro contato com o campo e a leitura da literatura relacionada às perguntas de partida da pesquisa, essas questões operam de forma a delimitar de forma mais precisa o objeto de pesquisa.

Nesse sentido a problematização do tema rompe com o senso comum de que o jovem “nem-nem” é um ator juvenil nos moldes dos “ni-ni” europeus e das ocupações nos Estados Unidos da América. Aponta que, em que pese o movimento de ocupações de escolas no Brasil tenha se inspirado nos movimentos dos “ni-ni” estrangeiros, ele nada tem a ver com os “nem-nem” que está excluído do universo estudantil (ele é um sem escola) - o jovem se torna invisível para a sociedade enquanto está fora da escola e do mercado de trabalho. Lembra que essa não é uma condição juvenil permanente e sim uma situação transitória e instável - ora está sem trabalho, ora trabalha, ora estuda, ora não estuda.

Por outro lado, a análise também desconstrói o senso comum de que um jovem com idade entre 15 a 29 anos (ou de 15 a 25 para alguns) está em uma situação anômala pelo fato de não estar inscrito em estabelecimento de ensino e/ou não se encontrar ocupado no mercado de trabalho tomando por base um modelo ideal de sociedade que não condiz com a realidade brasileira, aquela em que o jovem tem acesso ao mercado de trabalho e ao ensino superior ao encerrar o ciclo do ensino médio. Um jovem de 15 anos que não trabalha e não estuda é um caso de evasão escolar, por que a lei proíbe o trabalho para menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, condição esta que exige a frequência à escola. Portanto, inadequada a classificação desse jovem como “nem-nem”. O Jovem maior de 17 anos que concluiu o Ensino Médio e não adentrou nem ao mercado de trabalho, nem ao Ensino Superior, não pode ser classificado senão como um desempregado, vez que o Estado não oferece a ele a oportunidade de ingresso ao Ensino Superior, não pode ser classificado como “nem-nem”. O jovem entre 16 e 17 anos que não concluiu o Ensino Médio e não adentrou ao mercado de trabalho, não é um “nem-nem”, por que essa situação pode não ser voluntária e no mínimo tarefas domésticas ele realiza - OIT reconhece a realização de tarefas domésticas como trabalho. Ele, de fato, pode não realizar trabalho remunerado e não estudar, mas, esse jovem pertence aos mais baixos extratos de renda do país, e está impedido de frequentar a escola e adentrar no mercado de trabalho por falta de políticas públicas que o alcance. Esse jovem não se encontra nessa condição por desinteresse ou irresponsabilidade com o seu futuro educacional e profissional, ele é vitimado pelas condições sociais que o rodeia. Aprofundando a questão se nota que nem mesmo o Ensino Médio é de oferta obrigatória, na semana de realização da maioria das pesquisas sobre o tema, pois o Ensino Médio esteve em fase de implantação até o final de 2016, logo. Logo, de oferta obrigatória, mesmo, até final de 2016 é somente o Ensino Fundamental. Dessa forma, é inadequado classificar um jovem que concluiu o Ensino Fundamental e realiza tarefas domésticas - ou outra forma de trabalho não remunerada, como “nem-nem”. Muito importante ressaltar na problematização a questão do estigma imposto ao jovem ao se forjar uma subcategoria de juventude que implica em uma alcunha pejorativa, que aprofunda sua situação de exclusão social.

Nesse tópico ressalta-se a razão da escolha de autores que trabalham dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em detrimento de outras fontes. A afirmação de que a subcategoria “nem-nem” é uma construção política tem base no

argumento de que são as interpretações dos dados (desconsiderando as variáveis e os conceitos implicados na produção desses dados) que levam às altas taxas “nem-nem”. Para que se possa verificar a veracidade dessa proposição é necessário trabalhar com autores com interpretações diversas dos mesmos dados - dados da mesma fonte, com a mesma metodologia de pesquisa. A questão é saber do que o IBGE está falando quando afirma “não trabalha e/ou não estuda” e como isso deve ser interpretado sob a perspectiva das políticas públicas.

Definidas a forma e os limites dentro dos quais o objeto de estudo e o campo são abordados e interpretados, passa-se à primeira aproximação do campo com a incursão da pesquisadora, sob a identidade de usuária, na unidade Boqueirão. A pesquisadora adentra o campo a título de visita, informa-se sobre o funcionamento, atividades e rotinas, mostra-se interessada pelas atividades livres, como grafite e jogos de quadra, e é convidada por uma das usuárias a se inscrever na natação. Através de conversas informais com usuários e profissionais realiza o mapeamento do local - atividades ofertadas, público alvo, horários, perfil etário e socioeconômico dos frequentadores.

A partir desse levantamento é desenvolvido uma lista de tópicos guias e dois questionários (um para usuários e um para funcionários) para a realização do pré-teste. Este realizado através da aplicação de questionários e entrevistas para mensurar quais as vantagens de um e de outro instrumento, o que levou à manutenção de ambos, por se mostrarem complementares. Nesse momento é identificada a dificuldade dos jovens na faixa entre 15 e 17 anos se expressarem na entrevista, porém respondendo muito bem às questões objetivas do questionário, decidindo-se manter as questões abertas do questionário e explorá-las com a introdução de mais uma técnica, a de grupo focal. Ao que os sujeitos da pesquisa responderam muito positivamente, expressando-se melhor em grupo que individualmente. A combinação dessas técnicas foi possível em razão da realização das entrevistas no primeiro momento da pesquisa, estas deram o caminho a ser seguido. Conforme aponta Gaskell (2003):

Além dos objetivos amplos da descrição, do desenvolvimento conceptual e do teste de conceitos, a entrevista qualitativa pode desempenhar um papel vital na combinação com outros métodos. Por exemplo, intuições providas da entrevista qualitativa podem melhorar a qualidade do delineamento de um levantamento e de sua interpretação. A fim de construir questões adequadas, é necessário avaliar tanto os interesses quanto a linguagem do grupo em foco (GASKELL, 2003, p. 65).

As entrevistas realizadas no primeiro momento da pesquisa revelaram o perfil de interação pesquisador e sujeitos e as dificuldades dessa relação, a primeira delas a diferença de idade entre um e outro. A resistência em falar sobre si com uma pessoa de outra geração, que poderia ser sua mãe é evidente nesse primeiro contato.

Percebida essa dificuldade a pesquisadora pede o auxílio de sua filha adolescente (15 anos) que passa a fazer uma ponte nessa relação, quer para aproximação, quer para iniciar conversas e debates. O que dá resultados positivos atraindo mais jovens e criando um clima de espontaneidade. A adolescente funciona nesse contexto, não como mais uma pesquisadora, mas como facilitadora e em alguns momentos como “tradutora” da linguagem geracional.

De uma maneira geral, os métodos muito formais e estruturados, como os inquéritos por questionários ou certas técnicas sofisticadas de análise de conteúdo, não são tão apropriados para o trabalho exploratório como os que apresentam uma grande maleabilidade de aplicação, como, por exemplo, as entrevistas pouco directivas ou os métodos de observação que deixam um elevado grau de liberdade ao observador. A razão é muito simples: as entrevistas exploratórias servem para encontrar pistas de reflexão, ideias e hipóteses de trabalho, e não para verificar hipóteses preestabelecidas. Trata-se, portanto, de abrir o espírito, de ouvir, e não de pôr perguntas precisas, de descobrir novas maneiras de pôr o problema, e não de testar a validade dos nossos esquemas (QUIVY, CHAMPENHOUDT, 1988, p. 67-68).

O modelo de análise da pesquisa relaciona a realidade empírica dos jovens sem escola e sem emprego às políticas públicas para juventude, com recorte limitado pelas Emendas Constitucionais nº20/98 e nº59/2009, além do Estatuto Nacional de Juventude. A importância desse recorte é o seu impacto na problematização da (in)existência da subcategoria de juventude “nem-nem”.

Através dos limites dados pela legislação pertinente às políticas públicas envolvidas pelo tema é possível concluir que essa subcategoria não existe, é uma construção ideológica que não tem correspondência no mundo real. Antes de perguntar se o jovem estuda e/ou trabalha é preciso questionar se ele deveria estar trabalhando ou estudando e se tem acesso à escola e ao emprego.

Além disso, esse questionamento tem que levar em conta as diferentes fases, realidades e juventudes contidas na faixa etária de 15 a 29 anos e se a condição desse jovem é vista como um problema social. Um jovem de 28 anos, solteiro, de classe alta, que não

trabalha e nem estuda, não é visto como um problema pelo seu grupo sociofamiliar, enquanto que outro de mesma idade, igualmente solteiro, que não trabalhe e pertença aos extratos de renda mais baixos é visto como um problema.

Ponto relevante é o fato de que o Ensino Superior não é obrigatório no Brasil, e o Ensino Médio só passa a ser de oferta obrigatória a partir de 2017 - implantação iniciada em 2010 e prazo de universalização até final de 2016. Logo falar em “nem-nem” que concluiu o Ensino Médio e não estuda, nem trabalha mais é impróprio, mais acertado seria considerar como marco a conclusão do Ensino Fundamental, visto que a pesquisa é realizada no final de 2016. Porém, dada a realidade de implantação do Ensino Médio no município onde é realizada a pesquisa define-se o Ensino Médio como marcador de análise.

Dessa forma, o modelo de análise trabalha com as seguintes hipóteses: a) com base em indicadores de estudos anteriores acerca do tema “nem-nem” em outras localidades do Brasil, a maioria dos jovens atendidos no Portal do Futuro Boqueirão é do sexo feminino, de cor não-branca; b) o Portal do Futuro inclui os jovens “nem-nem” através de ações profissionalizantes; c) a estrutura que leva um jovem à condição “nem-nem” está relacionada à condição de renda da família e ao modelo familiar monoparental.

A partir da construção do modelo de análise e da autorização da pesquisa pelo CEP/SMELJ (documentos em anexo) passa a realizar oficialmente a coleta de dados na unidade Boqueirão do Portal do Futuro.

No primeiro dia da pesquisa (07/11/2016) distribui 65 questionários em atividades e idades variadas (de 15 a 29 anos inscritos na natação, futebol e dança), obtém o retorno de 24 questionários respondidos. Identifica a atividade onde se concentra o maior número de jovens de baixa renda, na faixa etária de 15 a 17 anos (futebol), através de entrevistas com professores, e os convida para participar de um lanche e grupo focal no dia 09/11/2016.

O oferecimento do lanche se dá em razão da necessidade de alimentação dos jovens, vez que o Programa não oferece refeições e eles não têm dinheiro para comprar alimentos que possibilitem sua permanência no local por um período mais longo que o habitual. Dos 25 convidados 10 compareceram ao local indicado no convite e participaram do grupo focal. Relativamente à utilização da técnica de grupo focal Gaskell (2003) aponta algumas vantagens:

A interação do grupo pode gerar emoção, humor, espontaneidade e intuições criativas. As pessoas nos grupos estão mais propensas a acolher novas ideias e a explorar suas implicações. Descobriu-se que os grupos assumem riscos maiores e mostram uma polarização de atitudes – um movimento para posições mais extremadas. Com base nestes critérios, o grupo focal é ambiente mais natural e holístico em que os participantes levam em consideração os pontos de vista dos outros na formulação de suas respostas e comentam suas próprias experiências e as dos outros (GASKELL, 2003, p. 767).

Gaskell (2003) aponta também as desvantagens de optar pela técnica do grupo focal. “Primeiro, os participantes em um grupo focal tendem a ser, até certo ponto, auto-seletivos. Nem todos os convidados se apresentam e alguns grupos planejados são difíceis de recrutar, por exemplo, minorias étnicas, os velhos e portadores de deficiências, mães com filhos muito pequenos” (GASKELL, 2003, p. 77).

No caso dos sujeitos investigados na unidade Boqueirão, jovens entre 15 e 17 anos, todos do sexo masculino, solteiros e sem filhos, não ocorreu problemas relacionados à maternidade ou à paternidade. Pode-se inferir que o Portal do Futuro não olha para o jovem que têm filhos pequenos, pois a unidade não oferece estrutura de inclusão e acolhimento para jovens nessa condição. Não existe, por exemplo, estrutura de acolhimento onde os pais possam deixar um bebê enquanto praticam atividades físicas.

Relativamente aos questionários algumas limitações foram identificadas, o que motivou a realização de entrevistas na sequência. Por determinação do CEP/SMELJ os questionários pedem nome, assinatura do jovem e do responsável, e ainda a assinatura de um TECLE - Termo de livre consentimento - o que torna as respostas muito rígidas, ante o fato de serem “fiscalizadas” por superiores hierárquicos.

Razão pela qual nessa mesma semana - de 07 a 11 de novembro de 2016 - realiza-se entrevistas com jovens, gestores e funcionários da unidade. Essas entrevistas estão registradas em papel por escolha dos entrevistados, que temem perseguições políticas com a mudança de Governo Municipal, um clima de insegurança quanto a continuidade do Programa é perceptível entre jovens e funcionários, a pesquisadora concorda para com isso criar um clima de menor “fiscalização” e evitar o problema ocorrido nos questionários.

A incursão na unidade Cajuru foi tensa em razão da falta de segurança pública no local, a pesquisadora foi abordada por “seguranças” da comunidade e para prosseguir com o trabalho foi obrigada e se passar por uma religiosa.



### 3 GERAÇÃO “NEM-NEM”, O QUE SABEMOS SOBRE ELA?

Alguns estudos sociológicos têm se ocupado dessa parcela da juventude brasileira, que não estuda, nem trabalha. No presente capítulo faz-se um levantamento dos aspectos mais relevantes dessas pesquisas e seus resultados, de modo a traçar um panorama sobre o tema, concentrando-se nas principais análises, suas convergências e divergências. No Brasil o fenômeno “nem-nem” ganhou a alcunha de “geração nem-nem”, levando a crer que este é um problema geracional. Para dissecar essa ideia é necessário analisar o conceito de geração, para compreender o que pode ser a subcategoria de juventude “nem nem”.

Karl Mannheim (1964) problematiza o conceito de “geração” alertando de que concebê-lo como um dado biológico que explica as mudanças formais de pensamento e comportamento social e influencia no progresso humano é reducionismo. Um dos efeitos dessa simplificação é incorrer no equívoco de supor que a velhice é conservadora e a juventude impetuosa. E acreditar, a partir disso, que o problema consiste em “encontrar o tempo médio no qual uma geração anterior é substituída por uma nova na vida pública [...]”, para uns, esse tempo é de 15 anos, para outros, 30 anos (MANNHEIM, 1964, p. 511). Pessoas que crescem ao mesmo tempo e em condições parecidas têm maior receptividade umas com as outras, e sofrem as mesmas influências cultural e político-social de sua época. Chama-se a isso geração pela contemporaneidade e influências mais ou menos homogêneas. Não se baseia em uma data cronológica, mas em uma correspondência de similaridades nas influências (MANNHEIM, 1964, p. 516).

O conceito de geração foi formulado por Mannheim nos anos 30 do século XX e neste período a sociedade passou por muitas transformações e hoje definir no que consiste uma geração tornou-se ainda mais complexo. “As fronteiras que separam as gerações não são claramente definidas, não podem deixar de ser ambíguas e atravessadas e, definitivamente não podem ser ignoradas” (BAUMAN, 2007, p. 373). Marcadores geracionais familiares que definiam o papel que cada geração ocupava na família - avós, pais, filhos, netos - são desarticulados com a possibilidade de postergar o nascimento do primeiro filho, e de ter outros filhos na maturidade, depois dos primeiros já estarem adultos. O que possibilita aos filhos procriarem juntamente com os pais - filhos e netos pertencendo a uma mesma geração. Critérios como a transmissão do conhecimento do mais velho para o mais novo podem não

ser mais aplicáveis, ante a revolução informacional pela qual a sociedade passou nas últimas décadas. “Assim como os conceitos de nação ou classe, o termo geração é uma expressão performativa (que cria uma entidade para nomeá-la) – uma chamada ou convocação para uma batalha nas fileiras do imaginário, ou mais precisamente postulado, da comunidade” (BAUMANN, 2007, p. 370).

Atualmente esse conceito recebe outras análises que tentam adaptá-lo às vivências da sociedade contemporânea.

Ao contrário da geração 68, a geração atual é definida por fatores cosmopolitas. Isso é ilustrado com base em três “constelações geracionais”: 1. a geração migratória (marcada pelos processos de migração transnacional); 2. a geração aprendiz (marcada pelo trabalho precário); e 3. a geração colcha de retalhos (marcada por processos de hibridização cultural). Nestas três áreas (demográfica, econômica e cultural), a geração mais jovem (ou qualquer de suas frações) atua como um barômetro das novas tendências (FEIXA, LECCARDI, 2010, p.199).

O aumento na expectativa média de vida, o envelhecimento da população, a convivência entre várias gerações adultas traz consigo um novo quadro e novas desigualdades ao longo das linhas geracionais, a divisão do trabalho e dos recursos públicos, conflitos em torno de fundos de pensão e das oportunidades no mercado de trabalho. “Todos esses fatores, de várias maneiras e formas, destacam as diferentes oportunidades que as gerações têm no presente - e, provavelmente, terão no futuro – de obtenção de acesso ao poder e manutenção de recursos simbólicos materiais” (FEIXA, LECCARDI, 2010, p. 199-200).

A juventude e a velhice não são dadas, são construídas socialmente na luta entre jovens e velhos, na disputa por recursos, posições e poder (BOURDIEU, 2003).

P. Por velho, que entende você? Os adultos? Os que estão na produção? Ou a terceira idade?\_\_Quando digo jovens/velho, tomo a relação na sua forma mais vazia. É-se sempre velho ou jovem para alguém. É por isso que os cortes em classes de idade, ou em gerações, são tão variáveis e são uma parada em jogo de manipulações. Por exemplo, Nancy Munn, uma etnóloga, mostra que em certas sociedades da Austrália, a magia rejuvenescedora usada pelas mulheres velhas para recuperarem a juventude é considerada inteiramente diabólica, porque subverte os limites entre idades e faz com que já não se saiba quem é jovem e quem é velho (BOURDIEU, 2003, p.152,153).

### 3.1 A JUVENTUDE ENQUANTO PROBLEMA SOCIAL E SOCIOLÓGICO

A juventude de uma determinada pessoa, apenas diz respeito a um estado biológico, psicológico ou sentimento desta, referente à sua posição no grupo. Enquanto que a categoria social juventude define um grupo populacional, e configura um fato social com exterioridade, objetividade e coerção do comportamento social daquele grupo populacional socialmente identificado. Porém, não se pode tratar a juventude como algo dado. Pierre Bourdieu (1983b) alerta sobre o risco de um estudo ser óbvio e reducionista ao manipular a categoria juventude como um grupo homogêneo e coeso, com interesses comuns e próprios a uma unidade social definida pela idade (BOURDIEU, 1983b, p. 114).

Juventude enquanto problema sociológico é diferente de juventude como problema social. Para que um problema seja definido como problema social é necessário: primeiramente identificar a presença de transformações sociais que atinja de forma direta à vida dos indivíduos; segundo, o fenômeno deve ser sentido por todo o grupo socialmente identificável, ou parte dele; que este problema seja institucionalizado e haja uma interpretação oficial do mesmo. Além disso, é preciso apresentar-se como uma deficiência, desordem, desequilíbrio ou outro fenômeno que cause incômodo ou prejuízo, na percepção do grupo, parte de uma sociedade (PORTO, 2015, p 01). Já que o problema sociológico é uma pergunta que o pesquisador ou teórico faz sobre processos, interações e organizações de sistemas sociais e seus resultados (PORTO, 2015, p 01). Está ligado à percepção do pesquisador que identifica nas relações sociais de um determinado grupo social a configuração de fenômenos sociais. É da essência do problema social ser percebido pelo grupo, enquanto que o problema sociológico é construído pelo pesquisador. Um problema sociológico pode ser identificado em um problema social, mas suas respostas são de ordens diferentes. Problemas sociais requerem respostas de ordem política e prática, enquanto que problemas sociológicos buscam respostas de ordem teórico-científica. Ambos os problemas são identificáveis nas relações sociais, no seio da sociedade, e precisam ser validados por um grupo. O problema social tem que ser validado pela sociedade e instituições oficiais e o problema sociológico pela comunidade científica.

O problema social da juventude no Brasil começa a se destacar e a ser percebido pela sociedade em meados dos anos 70 do século XX. Antes desse período o jovem era visto como uma imitação dos pais. Até aí somente os estudantes universitários e de ensino médio eram

reconhecidos socialmente como grupos juvenis. Em partes, devido aos movimentos estudantis que lhes deu cara de juventude durante muitos anos. Na América Latina, a partir dos anos 70 surgiu a juventude popular urbana, sem acesso à educação média e superior, vivia na periferia, e era apontada como sendo uma juventude que usa a violência como forma de protesto à sociedade que a excluiu (RODRÍGUEZ, CASTRO, et. al., 2004 p. 27). A nível internacional o problema social de jovens trabalhadores, estudantes, “desviantes” já era apreendido por pesquisadores da Escola de Chicago, no Estados Unidos da América, desde os anos 30 do século XX. Porém, não se pautavam como uma categoria geral, esses grupos juvenis somente passaram a ser inclusos na categoria “juventude” recentemente.

Camarano e Mello (2006) lembram que entre 1970 e 1980, o Brasil experimentou um aumento significativo da população jovem, chegando a 47 milhões de indivíduos com idade entre 15 e 29 anos em 2000. Isso teria despertado o temor do fenômeno de superpopulação no país. E essa preocupação foi desencadeadora da tomada de consciência, por parte dos governantes e estudiosos, da necessidade de dar atenção diferenciada a essa parcela da população. “Esse número é resultado de uma característica particular da dinâmica demográfica brasileira dos anos 1970 e 1980, chamada de onda jovem. Além disso, o aumento da fecundidade na adolescência, em curso desde os anos 1970, também contribuiu para acentuar esse temor” (CAMARANO, MELLO, 2006, p.13).

Não apenas o aumento da população jovem demandou a atenção de políticas públicas, como também a sua maior concentração nas cidades. Em 1940 um terço da população vivia na cidade, e em 1980 já era o dobro. Nada disso seria problema se aliado ao êxodo rural, não viesse a desindustrialização, o aumento oferta de mão de obra desqualificada nas cidades, a baixa nos salários e o empobrecimento da população. Todos esses fatores contribuíram para o empobrecimento e o desemprego juvenil nas cidades. Paralelamente os níveis de escolaridade dos jovens - ainda muito baixos - melhoraram nesse período, quando comparados aos níveis de escolaridade dos seus pais. Por outro lado, a maior oferta de educação, sobretudo nos anos 90, faz com que a escolarização seja diminuída enquanto credencial de distinção para ascensão social (CARDOSO, 2008, p.572-576). O fato de ter ensino médio, por exemplo, deixou de ser distintivo na hora de se candidatar a uma vaga no mercado de trabalho, por que uma parcela maior da população passou a apresenta-lo. Ao

invés de representar um diferencial, passou a ser considerado o mínimo de escolarização que o trabalhador deve apresentar.

Adalberto Moreira Cardoso (2008) atribui ao desemprego juvenil o atraso na trajetória dos jovens, com a dissociação entre independência financeira, entrada na vida adulta e constituição de novo lar. “O que caracteriza o mundo contemporâneo é o fato de o desemprego juvenil retardar as trajetórias dos jovens, empurrando o emprego para cada vez mais tarde na biografia dos indivíduos, enfraquecendo com isso a coincidência entre vida adulta e independência financeira, com esta a responsabilidade pelo provimento de si e de sua própria família” (CARDOSO, 2008, p.571). Dessa forma reafirma a centralidade do trabalho na trajetória juvenil e a relação entre escola e trabalho. Porém, na medida em que os jovens passam cada vez mais anos na escola e sob a responsabilidade dos pais, parece-nos que essa centralidade está se deslocando para a educação.

Desemprego juvenil percebido como problema social é derivado de uma concepção fordista ou do Estado de Bem-Estar Social<sup>6</sup>, que contribui para uma trajetória previsível - “nascimento, socialização em família, entrada na escola, entrada no mercado de trabalho, essa última coincidindo, no mais das vezes, com a constituição, pelo jovem, de sua própria família” (CARDOSO, 2008, p. 581,582). Até a década de 1970, quando a maioria da população brasileira vivia no campo, o desemprego juvenil não era percebido como um problema social, se muito notado como um problema de um grupo que não tinha suas próprias terras para trabalhar e dependia de trabalhar na terra de terceiros. Também a baixa escolaridade dos jovens não era vista como algo a ser combatido, a educação formal era pouco útil no trabalho rural até meados de 1980, quando começa a automação no campo (CARDOSO, 2008).

### 3.2 “NEM-NEM” UMA CATEGORIA DE EXCLUSÃO?

---

<sup>6</sup> O Estado de Bem-Estar Social : “O que é O Welfare State? [...] Uma definição comum nos manuais é a de que ele envolve responsabilidade estatal no sentido de garantir o bem-estar básico dos cidadãos. Esta definição passa ao largo da questão de saber se as políticas sociais são emancipadoras ou não; se ajudam a legitimação do sistema ou não; se contradizem ou ajudam o mercado; e o que realmente significa "básico"? Não seria mais apropriado exigir de um *welfare state* que satisfaça mais que nossas necessidades básicas ou mínimas? ” (GOSTA, 1991, 97-98)

Supostamente, o termo “nem-nem” encerra uma sentença de exclusão social. Mas, de que exclusão se está falando? O fato de estar fora da escola e desempregado implica em ser excluído? Afinal, o que é exclusão social?

Para compreender o que pode ser a subcategoria de juventude “nem-nem” é essencial tratar do conceito de exclusão social, em suas formas mais abrangente e restrita. Certamente, para haver uma exclusão, algo considerado como padrão de referência deve pré-existir. Estar excluído nem sempre implica em se sentir excluído. Só se pode estar excluído da escola, se existir escola. Só se sente excluído da escola quem tem pretensão de acesso a ela. O operário não se considera excluído dos Clubes de Iates, por exemplo. Pois esta é uma realidade tão distante da sua que ele sequer tem pretensões sobre ela. Porém, ele pode se perceber excluído do uso de cartões de crédito, por que ele convive com pessoas que têm acesso a eles (MARTINS, 2012).

Para o autor, o sentimento de exclusão nem sempre caminha atrelado à exclusão. Exclusão não significa miserabilidade ou vulnerabilidade, como se costuma associar no senso comum. Significa que alguém ficou ou foi posto para fora de algo.

O cidadão pode estar excluído dos Clubes de Iate, mas ainda assim ser um pequeno empresário, ou um alto funcionário do Estado, por exemplo. Portanto, quando se fala em “exclusão social” há que se perguntar de que sociedade se está falando. Por outro lado, o termo exclusão leva ao adjetivo excluído, como qualidade de quem se encontra nessa condição. E em contrapartida atrai o seu antônimo “inclusão”, “incluído”. A pressa na inclusão, por vezes, pode criar armadilhas. Na tentativa de acabar com a exclusão social promove-se qualquer inclusão, que apenas mascara a exclusão social com uma “mais ou menos inclusão”. A luta por acabar com a exclusão social tem base na ideologia da igualdade. Porém, essa igualdade meramente formal apenas gera mais desigualdades e exclusão. Na medida em que cria uma aparência de igualdade, mas desigualdade de fato. “A sociedade que exclui é a mesma que promove inclusão e cria formas desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos” (MARTINS, p.11, 2012).

A sociedade da promessa da integração no princípio do contrato e da igualdade vem se firmando como a sociedade da incerteza e do medo. (...) o medo de se tornar ninguém e coisa alguma, de ser descartado e banalizado, o medo daquilo que não se vê. Isso é de fato, por inteiro, a exclusão social. É inconsistente reduzir a exclusão à pobreza material. Isso é pobreza de interpretação. A pobreza nem sempre é exclusão

e a pobreza excludente é apenas o polo visível de um processo cruel de nulificação das pessoas, descartadas porque já não conseguem submeter-se à contínua ressocialização que delas faz apenas objeto de um objeto, instrumento de um processo social de produção de riqueza que passou a usar pessoas como se elas fossem apenas matéria-prima da coisa a ser produzida, como se fossem objetos e não mais sujeito (MARTINS, p.20, 2012).

Poder-se-ia elencar uma infinidade de formas de exclusão, mas qualquer delas somente irá exemplificar o resultado da dinâmica da nossa sociedade capitalista republicana que, fundada no princípio da igualdade, paradoxalmente produz toda sorte de desigualdade social. Em que pese a defesa do princípio da igualdade como um valor, a sociedade ocidental prima pela hierarquia que por si só traz consigo a desigualdade nas relações. A diferenciação como marcador de classes é outra base de desigualdades. A própria percepção de desigualdade com o que está perto e de indiferença com o que está longe da fronteira de classe do indivíduo contribuem para a desigualdade social e para exclusão. O cidadão aceita com tranquilidade que alguém tenha um Iate e ele não tenha, mas se o vizinho receber ajuda do Governo (por ínfima que seja) e ele não, sente-se excluído (DUMONT, 1970). “A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não têm trabalho e, sobretudo, não têm esperança” (MARTINS, 2012, p. 21).

Há processos sociais excludentes, mas não há exclusões consumadas, definitivas, irremediáveis. Uma sociedade cujo núcleo é a acumulação de capital cuja contrapartida é a privação social e cultural tende a empurrar “para fora”, a excluir, mas ao mesmo tempo o faz para incluir ainda que de forma degradada, ainda que em condições sociais adversas. O excluído é, na melhor das hipóteses, a vivência pessoal de um momento transitório, fugaz ou demorado, de exclusão-integração, se “sair” e “reentrar” no processo de reprodução social. E sair de um jeito e reentrar de outro, pois a sociedade contemporânea é uma sociedade que pede contínua ressocialização de seus membros, contínua reelaboração das identidades (MARTINS, 2012, p. 46).

No contraponto está a defesa de Sposati (1996) sustentando o conceito de exclusão como algo muito específico, que diz respeito a um fenômeno social e não a uma condição individual, apesar de atingir indivíduos. Trata-se de uma situação coletiva de privação, “de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais culturais e políticas da sociedade. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por

exclusão social” (SPOSATI, p.13, 1996). Falar em exclusão social é falar de desigualdade social, discriminação, privação, subalternidade, dependência, subdesenvolvimento, baixa qualidade de vida, falta de voz política. Enquanto uns usufruem da riqueza outros suportam a precariedade e a pobreza (SPOSATI, 1996, p.13).

As políticas públicas são aclamadas como o remédio para os males da desigualdade e da exclusão social. Porém, as políticas públicas também promovem exclusão social, por vezes, de forma mascarada pela meritocracia. Os quais conduzem os mais “fracos” à exclusão. XIBERRAS (1993) ao analisar a experiência portuguesa afirma que:

[...] na esfera da educação nacional existe, assim, uma definição rigorosa do nível escolar que se deve atingir para seguir o itinerário isento de faltas da normalidade. Em cada etapa, se o nível requerido não é atingido, e sobretudo nos casos de insucesso repetido, o mau êxito escolar conduz a fileiras fechadas, a classes especiais, às primeiras categorias de exclusão da escolarização normal (XIBERRAS, 1993, p.29).

A exclusão já teve muitas formas em outras sociedades e outros tempos, como o ostracismo em Atenas, a proscricção em Roma, a condição de pária entre os membros da civilização indú. “Tudo somado, verificamos que a maior parte das sociedades históricas estabeleceu uma distinção entre os membros de pleno direito e os membros com um estatuto à parte” (FREUND citado por XIBERRAS, 1993, p.07).

Dupas (2000) destaca que na sociedade contemporânea a exclusão social se apresenta de diversas formas, desde o desemprego persistente até a perda dos direitos humanos elementares.

a) exclusão do mercado de trabalho (desemprego de longo prazo); b) exclusão do trabalho regular (parcial e precário); c) exclusão do acesso a moradias decentes e a serviços comunitários; d) exclusão do acesso a bens de serviços (inclusive públicos); e) exclusão dentro do mercado de trabalho, ou seja, há empregos ruins, de acesso relativamente fácil – que além de precários não geram renda suficiente para garantir um padrão de vida mínimo – e há empregos bons, mas de difícil acesso, que geram níveis de renda aceitáveis; em geral, a segmentação acontece em termos de raça, sexo, nacionalidade; f) exclusão da possibilidade de garantir a sobrevivência; g) exclusão do acesso à terra; h) exclusão em relação à segurança, em três dimensões : insegurança física, insegurança em relação à sobrevivência (o risco de perder a possibilidade de garanti-la) e insegurança em relação à proteção contra as contingências; i) exclusão dos direitos humanos (ROGERS citado por DUPAS, 2000, p.20).



Dupas (2000) afirma que o atual modelo de exclusão social está atrelado ao enfraquecimento do papel do Estado no processo de globalização e o aumento do poder de barganha do capital. Ante a sua extrema mobilidade “eles ganham um poder de barganha importante na hora de negociar impostos ou benefícios, leis ambientais e regimes de trabalho com os governos sede e com os governos que pleiteiam a sua presença” (DUPAS, 2000, p.113).

Sposati (1997) destaca que o processo de exclusão social é mais que um processo de exploração econômica vai além da marginalização e opressão, cria fossos entre lugares e pessoas que, em tese, deveriam gozar das mesmas oportunidades e condições.

Sem dúvida, a exploração econômica, social, é uma exclusão social. Todavia, o processo de exclusão social atual é mais do que marginalização e opressão. Hoje estão em pauta as discrepâncias e as disparidades das condições da vida humana entre países, cidades, bairros, classes, segmentos, etc. Esta disparidade leva ao convívio de situações infra-humanas – como o homem ou a criança de rua - com outras de alta concentração de qualidade de vida e desenvolvimento humano (SPOSATI, 1997, p.30).

Demo (1998) aponta que a exclusão social contemporânea atinge de tal forma o ser excluído ao ponto de alcançar sua humanidade, tornando-o refém do processo de produção, objeto do objeto (DEMO, 1998, p.55).

Há consenso entre os pesquisadores do tema quanto à complexificação das formas de exclusão social na contemporaneidade, porém uns se atém aos processos individuais de exclusão, outros aos processos coletivos. Klisksberg (2001) busca fugir desse dualismo traçando uma análise mais abrangente do termo.

Os processos de exclusão vão além das divisões traçadas pelas dualidades. Produzem profundas segregações. Um percentual significativo da população não tem acesso a trabalhos produtivos, a uma educação de qualidade, à cultura, ao mercado. Vão se criando nas grandes cidades áreas fechadas para excluídos e incluídos, com limitadas comunicações entre si. Multiplicam-se nos excluídos destinos inelutáveis de pobreza, que se reproduzem de geração em geração. Debilita-se a unidade familiar, base de uma vida humana plena. Os excluídos sentem tremer suas bases estratégicas de vida e sua possibilidade de se integrar (KLISKSBERG, 2001, p.135).

Kliskberg (2001) destaca que o acesso ao crédito na atual estrutura econômica é condição essencial para a inclusão social. E que o mesmo está condicionado a garantias que excluem do sistema aqueles que não têm posse de ativos financeiros e/ou imobiliários, bem como aos desempregados e sem renda, e excluindo desse circuito de crédito aqueles que mais necessitam dele (KLISKSBERG, 2001, p. 29-30).

Retomando a discussão sobre os “nem-nem”, agora adensada pela problemática teórica e histórica da desigualdade/exclusão social, pode-se problematizar sociologicamente esta subcategoria. “Nem-nem” pode se referir ao fato de um jovem entre 15 e 29 anos estar fora da escola e do mercado de trabalho, mas não somente isso, pode também fazer alusão a uma condição social muito mais complexa decorrente da baixa escolaridade e do desemprego persistente. Isso pode significar uma forma de exclusão severa que tende a se perpetuar na vida adulta, ante o ciclo de miséria que promove: não tem emprego, por vezes, por não ter qualificação e escolaridade. Não se qualifica por que precisa trabalhar para sua manutenção e de sua família. Outras vezes por que perdeu a esperança, ao ver que mesmo jovens qualificados se encontram desempregados, ou empregados de forma precária em atividades nas quais não utilizam suas qualificações. Mais que uma condição de exclusão social é uma condição de instabilidade e vulnerabilidade, que mantém o jovem ora excluído, ora incluído de forma precária, para em seguida ser novamente excluído. É uma condição que exclui o jovem de uma vida de qualidade no presente e da esperança em dias melhores, ou seja, a condição de perpetuação da precariedade.

Porém, considerando as condições sociais da maioria das pessoas no Brasil e a classe social onde estão concentrados os chamados “nem-nem” falar em condição de exclusão pode ser inadequado, uma vez que em relação aos seus pares ele está relativamente incluído, mesmo que de forma precária. E em relação aos jovens de estratos mais abastados o termo mais adequado seria o de desigualdade social e não de exclusão, já que ele não pertence a eles. O termo exclusão utilizado de forma ampla pode servir para dar novas roupas às velhas desigualdades. Um indivíduo que faz parte dos 5% mais ricos da população pode ser considerado excluído do grupo 1% mais ricos. Porém isso não significa que ele seja um “excluído”, pois está em condição igual a de seus pares e privilegiada em relação à maioria da população. Conclui-se que o conceito de “nem-nem” se refere a uma condição de desigualdade e não necessariamente de exclusão, considerando que ora ele está na escola, ora

não está, ora está empregado, ora desempregado. E essa é uma dinâmica que lhe inclui de forma precária no sistema capitalista como força de trabalho de reserva, utilizada eventualmente quando é do interesse do mercado. É mais uma condição de precariedade em relação ao acesso aos postos de trabalho que respeitam as premissas do trabalho decente <sup>1</sup>, que de exclusão.

### 3.3 JUVENTUDE: TRANSIÇÃO OU INSTABILIDADE?

Ante a perspectiva das políticas públicas de juventude consagrada ao tema do presente estudo e o recorte de seu objeto nos limites da transição descontinuada da escola para o trabalho restam, como pano de fundo, as discussões de outras transições para a vida adulta. O que não significa afirmar que uma vez conquistada a independência financeira ou o emprego é conclusa a transição para a vida adulta, na perspectiva de análise dessa pesquisa, mas sim, que esse é o aspecto da transição juvenil que interessa aos objetivos da pesquisa, podendo abordar outros fatores como parentalidade, vida afetiva e fecundidade juvenil como possíveis razões de instabilidade ou impedimento na transição da escola para o trabalho. Também não é objetivo desse capítulo aprofundar estudos acerca da história das políticas públicas brasileiras de educação e/ou trabalho, ao contrário, da sua negação ou ausência na realidade social de um determinado grupo, os jovens que não estudam nem trabalham.

Por certo que a transição da juventude para a vida adulta não pode ser estudada como algo homogêneo. Existem múltiplas realidades dentro desse recorte de trajetória de vida, sendo necessário diferenciar aspectos da vida social que influenciam diretamente na transição para a vida adulta como grupos sociais, sexo, cor, etnia e local de moradia. Se, por um lado, há uma juventude que enfrenta dificuldades para se inserir no universo escolar e no mercado de trabalho, por outro, há uma juventude que vivencia uma maior oferta de educação e saúde, uma revolução tecnológica e novas formas de trabalho, além de novas formas de arranjos afetivos (CAMARANO, MELLO, 2006, p.13-15).

Em que pese o interesse das agendas públicas pela questão social da juventude e da tomada de consciência dos governantes quanto à importância dos jovens para o desenvolvimento do país, a realidade da juventude ainda é bastante difícil. Estudos realizados

pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam que cerca de 60% da população jovem de países em desenvolvimento apresenta alguma deficiência no processo de inserção no mercado de trabalho: informalidade, interrupção dos estudos e/ou desemprego (OIT, 2013). A relação entre escola e trabalho é evidenciada na maioria das pesquisas sobre as transições juvenis. Educação enquanto preparação para o mercado de trabalho, não apenas a educação profissional, mas a educação de profissionais. Com pequena diferença nas percepções, umas dão centralidade ao papel do trabalho outras à uma diversidade de aspectos do desenvolvimento biológico, afetivo e social dessa fase.

Grosso modo, a transição para a vida adulta poderia ser definida como um período de instabilidade, próprio da juventude. Mas, a instabilidade por si só não distingue de forma adequada esse processo. Camarano e Mello (2006) apontam que a instabilidade normalmente atribuída essa fase não está mais restrita a ela. Toda a população vivencia a sensação de instabilidade, especialmente nas relações de trabalho e nas relações afetivas, o que desconstrói o modelo de transição baseado no casamento, independência econômica ou saída da casa dos pais. Marcos estes sujeitos a idas e vindas, na modernidade. “Não existe um consenso na literatura sobre qual evento marca a entrada do indivíduo no mundo adulto: independência econômica, saída da casa dos pais ou constituição de família” (CAMARANO, MELLO, 2006, p.16).

Os modelos tradicionais de transição, consolidados após a Segunda Guerra, consideram uma linearidade no desenvolvimento do curso da vida, na qual uma dada seqüência unidirecional de eventos e etapas ordena o caminho de um indivíduo, da infância à velhice. No processo de transição para a vida adulta, essa trajetória é composta pela saída da escola, ingresso no mercado de trabalho, saída da casa dos pais, formação de um novo domicílio pelo casamento e nascimento do primeiro filho. A observação dessa seqüência na sociedade do pós-guerra respondia a uma dinâmica, propiciada pelo crescimento econômico e do nível de emprego, que foi colocada à prova com as mudanças, entre outras, no mundo do trabalho, nos arranjos familiares e na nupcialidade (CAMARANO, MELLO, 2006, p.17).

Até início da década de 1980 havia um modelo influenciando a concepção de trajetória de vida esperada, com acontecimentos previsíveis que marcavam determinados estágios: infância (totalmente dependente dos pais), adolescência (autonomia relativa), de 18 a 25 anos amadurecimento e independência. Depois disso “o primeiro emprego, o casamento, o primeiro filho, o ninho vazio, a aposentadoria e a viuvez e a chegada da morte” (MADEIRA,

2006, p.139). O desemprego juvenil surge nesse panorama como uma frustração na expectativa daquele que se prepara no sistema educacional para adentrar ao mercado de trabalho. Mas, não há nenhuma sincronia entre o universo educacional e geração de postos de trabalho. Há, sim, um descompasso entre reprodução familiar, sistema educacional e mercado de trabalho - mão de obra necessária e mão de obra disponível. Quando não há empregos suficientes, a mão de obra pouco experiente ou sem nenhuma experiência, como a juvenil, fica em desvantagem. E o desemprego é uma realidade enfrentada pelos jovens desde o início da urbanização brasileira, devido ao descompasso entre os projetos das famílias, Estado e empresas (CARDOSO, 2008, p.570).

Ocorre que a divisão social do trabalho confronta, no mercado de trabalho, as demandas das empresas e as preferências, aspirações e qualificações de indivíduos (construídas, no caso dos jovens, sobretudo no sistema educacional) de uma maneira que não pode ser perfeitamente antecipada pelos jovens e suas famílias. Isso porque o tempo de construção e de consolidação da divisão social do trabalho, fruto agregado das decisões empresariais informadas pela busca de lucro, difere da dinâmica familiar, que combina o tempo biológico de gestação e de crescimento dos filhos com o tempo social de construção e de reprodução das instituições, tais como o sistema educacional. Não há nenhuma razão para imaginar que o encontro dessas lógicas distintas produzirá eficiência de mercado ou emprego para todos; tampouco há razão para imaginar que, mesmo havendo ocupação para todos, as pessoas encontrarão os empregos que procuram ou aqueles para os quais se qualificaram no sistema educacional ou vocacional. Dessa perspectiva, a transição da escola para o trabalho é um daqueles processos que revelam a constituição mais profunda da sociedade enquanto estrutura de posições e de oportunidades abertas (ou fechadas) aos indivíduos que a constituem (CARDOSO, 2008, p.570).

A que se considerar que, se por um lado a educação formal não garante mais emprego e mobilidade social, por outro a sua ineficiência leva a maiores índices de desemprego e reprodução das desigualdades sociais. Mesmo que com menores oportunidades do que há 30 anos, para jovens de baixa renda, a educação ainda é o único caminho para o mercado de trabalho formal.

As defesas de Camarano e Mello (2006) apostam na centralidade da complexidade de fatores que influenciam a transição para vida adulta, deslocando para segundo plano a transição escola x trabalho, enquanto que Cardoso (2008) faz o movimento inverso, dando centralidade na problematização do tema ao trabalho. O que é esperado em razão das perspectivas de suas linhas de pesquisa.

### 3.3.1 Educação e trabalho dos jovens brasileiros no último decênio

Em 2013 foi promulgado o Estatuto da Juventude que entre outras diretrizes tratou de direitos à educação e ao trabalho, assegurou o direito do jovem ao ensino superior, porém condicionado às regras de cada instituição, ou seja, se a instituição não oferecer gratuidade esse “direito” não tem grande utilidade à maioria dos jovens brasileiros. Além de não garantir gratuidade, também não fala em obrigatoriedade, o que torna a norma ainda mais vaga, podendo ser apenas considerada a título de princípio educacional, mas não como regra imperativa. De modo geral as normas afetas à educação e ao trabalho da juventude contidas no Estatuto de Juventude é tida como programática (não é auto-aplicável), vez que não impõe o dever do Estado de promover essas ações e de garantir a gratuidade no acesso a esses direitos. Um cidadão tem o direito à mobilidade urbana, por exemplo, mas isso não significa que ele fará isso de forma gratuita. Diferentemente do direito concedido ao jovem com deficiência, artigo 10º, onde o texto explicita a gratuidade do serviço. Como também o Estatuto não prevê sanção por descumprimento dessas normas, na prática, elas se tornam meras diretrizes que podem ser seguidas, ou não pelo administrador público.

Art. 7º O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada. § 1º. A educação básica será ministrada em língua portuguesa, assegurada aos jovens indígenas e de povos e comunidades tradicionais a utilização de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem. § 2º. É dever do Estado oferecer aos jovens que não concluíram a educação básica programas na modalidade da educação de jovens e adultos, adaptados às necessidades e especificidades da juventude, inclusive no período noturno, ressalvada a legislação educacional específica. § 3º. São assegurados aos jovens com surdez o uso e o ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, em todas as etapas e modalidades educacionais. § 4º. É assegurada aos jovens com deficiência a inclusão no ensino regular em todos os níveis e modalidades educacionais, incluindo o atendimento educacional especializado, observada a acessibilidade a edificações, transportes, espaços, mobiliários, equipamentos, sistemas e meios de comunicação e assegurados os recursos de tecnologia assistiva e adaptações necessárias a cada pessoa. § 5º. A Política Nacional de Educação no Campo contemplará a ampliação da oferta de educação para os jovens do campo, em todos os níveis e modalidades educacionais (BRASIL, 2013).

Lê-se nesses artigos uma cobertura completa ao estudante brasileiro no que diz respeito à educação básica, com clara obrigatoriedade do Estado de promovê-la. No entanto, a educação básica é de competência dos municípios, e o Estatuto não prevê nenhum tipo de

repasse de verbas ou de criação de fundo para a implementação dessa norma, especificamente. Tampouco estabele penas pelo descumprimento da mesma. O que a torna uma norma pouco eficaz e difícil de ser exigida perante os administradores públicos. Quando se trata da educação superior a situação se agrava, pois além de apresentar os mesmos defeitos do artigo 7º, o artigo 8º sequer fala em obrigatoriedade de oferta gratuita de Ensino.

Art. 8º. O jovem tem direito à educação superior, em instituições públicas ou privadas, com variados graus de abrangência do saber ou especialização do conhecimento, observadas as regras de acesso de cada instituição. § 1º. É assegurado aos jovens negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública o acesso ao ensino superior nas instituições públicas por meio de políticas afirmativas, nos termos da lei. § 2º. O poder público promoverá programas de expansão da oferta de educação superior nas instituições públicas, de financiamento estudantil e de bolsas de estudos nas instituições privadas, em especial para jovens com deficiência, negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública (BRASIL, 2013).

Essa mesma lei confirma o direito à profissionalização juvenil, protege o direito dos deficientes, além de garantir o transporte escolar mas submete esse direito à legislação própria sobre o tema, o que na prática é mera reafirmação. Bem como reafirma o direito do jovem à participação democrática, mas não indica ferramentas capazes de promove-la.

Art. 9º. O jovem tem direito à educação profissional e tecnológica, articulada com os diferentes níveis e modalidades de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, observada a legislação vigente. Art. 10. É dever do Estado assegurar ao jovem com deficiência o atendimento educacional especializado gratuito, preferencialmente, na rede regular de ensino. Art. 11. O direito ao programa suplementar de transporte escolar de que trata o art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, será progressivamente estendido ao jovem estudante do ensino fundamental, do ensino médio e da educação superior, no campo e na cidade. Art. 12. É garantida a participação efetiva do segmento juvenil, respeitada sua liberdade de organização, nos conselhos e instâncias deliberativas de gestão democrática das escolas e universidades. Art. 13. As escolas e as universidades deverão formular e implantar medidas de democratização do acesso e permanência, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens estudantes (BRASIL, 2013).

Ao tratar dos direitos dos jovens à profissionalização, o Estatuto preocupa-se em delimitar linhas gerais do que pode ser considerado ação profissionalizante, distinguindo profissionalização de trabalho e renda. Inclui nesse tópico a compatibilização do horário de

trabalho com a escola, mas não explicita como isso será computado na jornada de trabalho, se será deduzido ou compensado.

Art. 14. O jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social. Art. 15. A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda contempla a adoção das seguintes medidas: I - promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, de redes de economia solidária e da livre associação; II - oferta de condições especiais de jornada de trabalho por meio de: a) compatibilização entre os horários de trabalho e de estudo; b) oferta dos níveis, formas e modalidades de ensino em horários que permitam a compatibilização da frequência escolar com o trabalho regular; III - criação de linha de crédito especial destinada aos jovens empreendedores; IV - atuação estatal preventiva e repressiva quanto à exploração e precarização do trabalho juvenil; V - adoção de políticas públicas voltadas para a promoção do estágio, aprendizagem e trabalho para a juventude; VI - apoio ao jovem trabalhador rural na organização da produção da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais, por meio das seguintes ações: a) estímulo à produção e à diversificação de produtos; b) fomento à produção sustentável baseada na agroecologia, nas agroindústrias familiares, na integração entre lavoura, pecuária e floresta e no extrativismo sustentável; c) investimento em pesquisa de tecnologias apropriadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais; d) estímulo à comercialização direta da produção da agricultura familiar, aos empreendimentos familiares rurais e à formação de cooperativas; e) garantia de projetos de infraestrutura básica de acesso e escoamento de produção, priorizando a melhoria das estradas e do transporte; f) promoção de programas que favoreçam o acesso ao crédito, à terra e à assistência técnica rural; VII - apoio ao jovem trabalhador com deficiência, por meio das seguintes ações: a) estímulo à formação e à qualificação profissional em ambiente inclusivo; b) oferta de condições especiais de jornada de trabalho; c) estímulo à inserção no mercado de trabalho por meio da condição de aprendiz. Art. 16. O direito à profissionalização e à proteção no trabalho dos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos de idade será regido pelo disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e em leis específicas, não se aplicando o previsto nesta Seção (BRASIL, 2013).

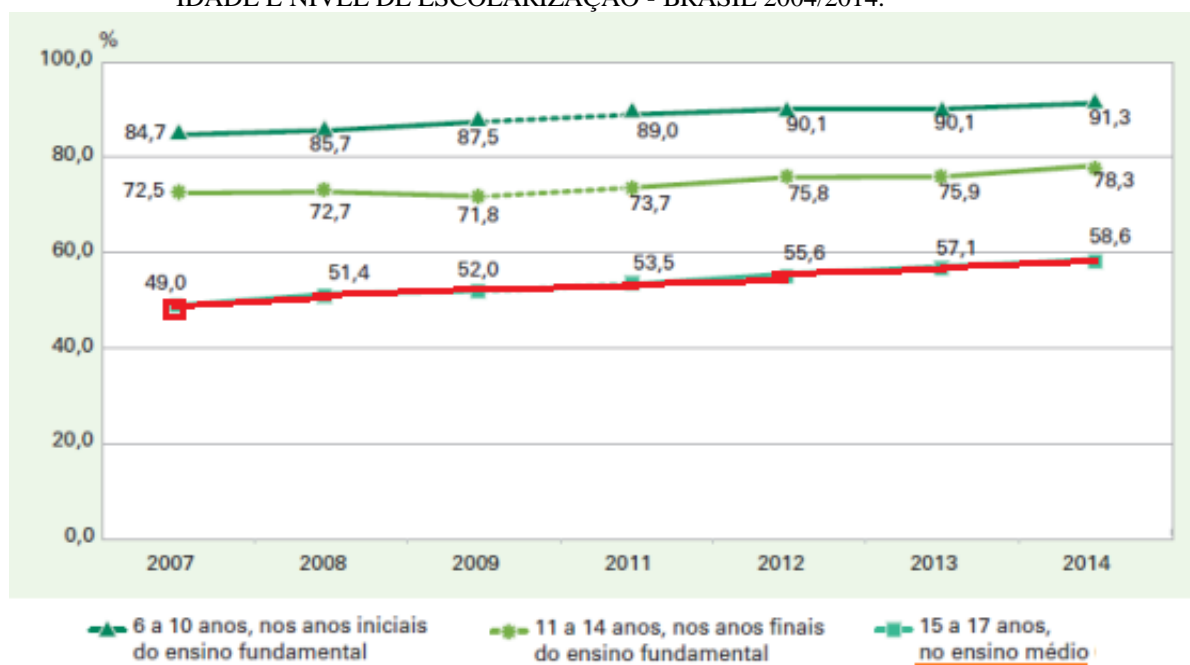
Vale lembrar que além da profissionalização e do crédito para jovens empreendedores o Estatuto contempla o jovem aprendiz, no entanto, tal qual a legislação afeta ao tema, não explicita os limites dessa condição da atividade de aprendiz, nem indica a necessidade de regulamentação dessa atividade. Atualmente, a atividade de jovem aprendiz é um estágio em que nem o aprendiz nem o empresário sabem o que devem exigir um do outro. E acaba se tornando um tempo pouco proveitoso para o jovem e dispendioso para o empresário, que só contrata o aprendiz por imposição legal.

### 3.3.1.1 A situação educacional dos jovens brasileiro



Nesse tópico faz-se uma análise da situação dos jovens brasileiros em relação à educação, com base análise dos dados trazidos na Síntese dos Indicadores Sociais 2004-2014 (IBGE, 2015). Na evolução dos gráficos é notório o aumento nos índices de frequência de pessoas de 0 a 17 anos a estabelecimentos de ensino regular no país (IBGE, 2015, p.47,49). Há que se ressaltar que esse aumento está diretamente ligado às políticas implantadas pelo Governo de Luís Inácio Lula da Silva, que: a) ampliou o programa de transferência de renda - condicionada a concessão de bolsas à manutenção dos filhos dos beneficiários na escola; b) investiu pesados recursos na melhoria das escolas; c) tornou o piso nacional do magistério realidade em 2010; d) tornou obrigatória a oferta do ensino médio; e) acabou com a DRU - Desvinculação de Receita da União - que desde 1995 retirava do orçamento do MEC (Ministério de Educação) cerca de 10 bilhões de reais; f) ampliou os programas de livros didáticos, alimentação, transporte e saúde escolar. Instituiu o ensino fundamental de 9 anos. Multiplicou por dez os recursos do antigo Fundef, substituído pelo Fundeb – Fundo da Educação Básica. Além de outras inúmeras intervenções na área de educação que não serão mais aprofundadas por não estar dentro dos objetivos propostos pela pesquisa, mas que impactaram diretamente nos números demonstrados nesses gráficos.

GRÁFICO 01 - TAXA DE FREQUÊNCIA A ESTABELECIMENTO DE ENSINO (%) POR GRUPO DE IDADE E NÍVEL DE ESCOLARIZAÇÃO - BRASIL 2004/2014.



FONTE: IBGE (2015).

Nota-se nos dados discriminados abaixo (IBGE, 2015, p.51) que os indivíduos de pele branca ainda estão em maior número no grupo com ensino médio completo ou posteriores, e que a proporção de mulheres nessa situação é superior a de homens, porém, veremos adiante que essa maior escolaridade das mulheres não se reflete em emprego e melhores salários no mercado de trabalho.

GRÁFICO 02- PROPORÇÃO DE PESSOAS DE 20 A 22 ANOS DE IDADE COM ENSINO MÉDIO COMPLETO OU SUPERIOR, POR SEXO E COR DA PELE – BRASIL – 2004/2014.



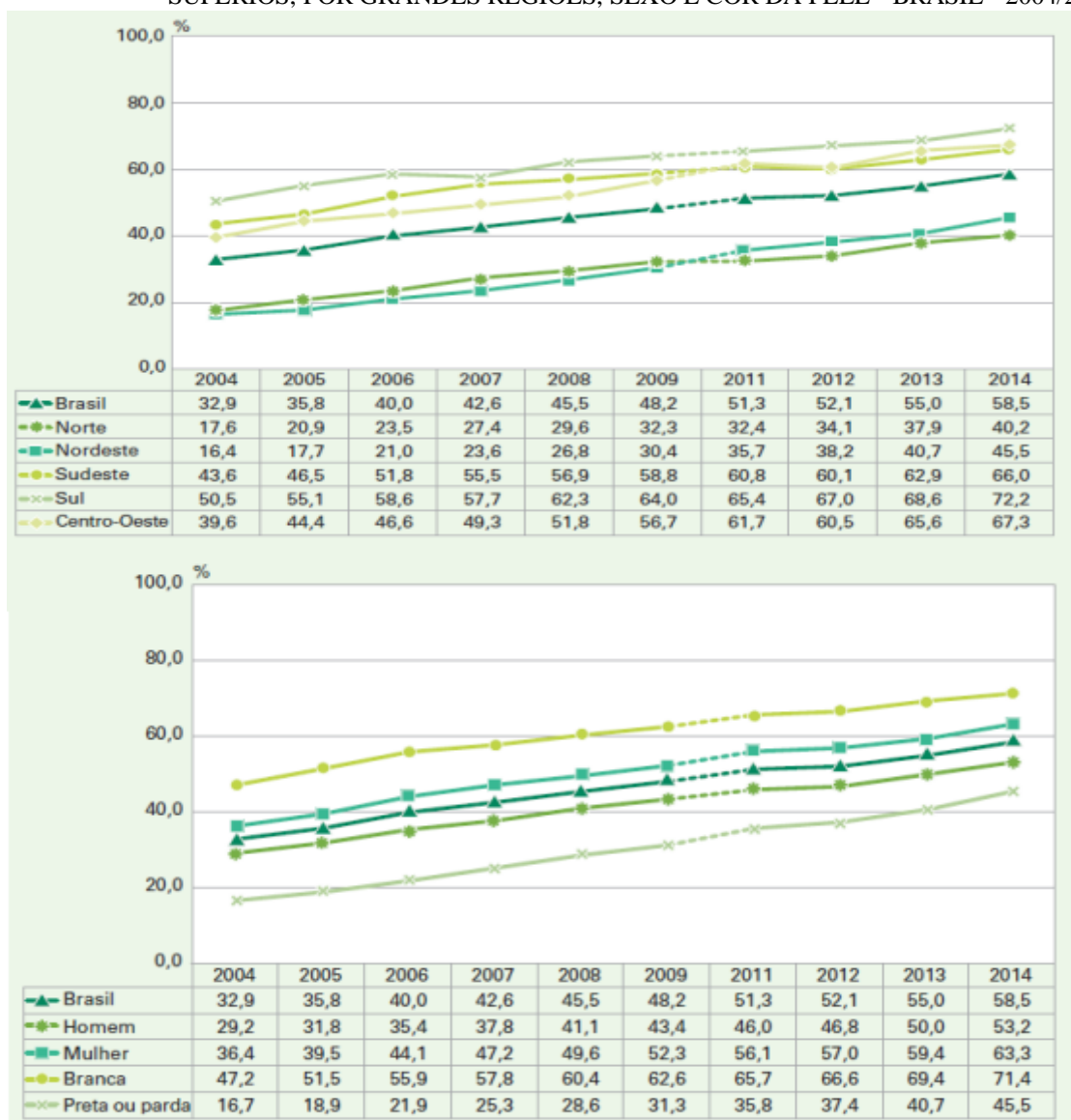
FONTE: IBGE (2015).

A região do país onde o jovem reside aparece como importante fator no acesso ao ensino superior. Dos jovens entre 18 e 24 anos que frequentavam estabelecimentos de ensino nas grandes regiões do país entre 2004 e 2014, 72% estavam matriculados no Ensino Superior na região Sul contra apenas 40% na região Norte. Isso significa que o atraso na escolarização tem um traço regional.

Quando a análise considera a cor da pele e o sexo do indivíduo no Ensino superior os resultados são muito próximos aos do Ensino Médio, brancos e mulheres residentes na Região Sul, Centro-oeste e Sudeste são maioria, de acordo com os dados do IBGE (2015, p. 51-52).

No entanto vê-se adiante que a maior escolarização da Região Centro-oeste em relação ao Sudeste, não se reflete em melhores salários.

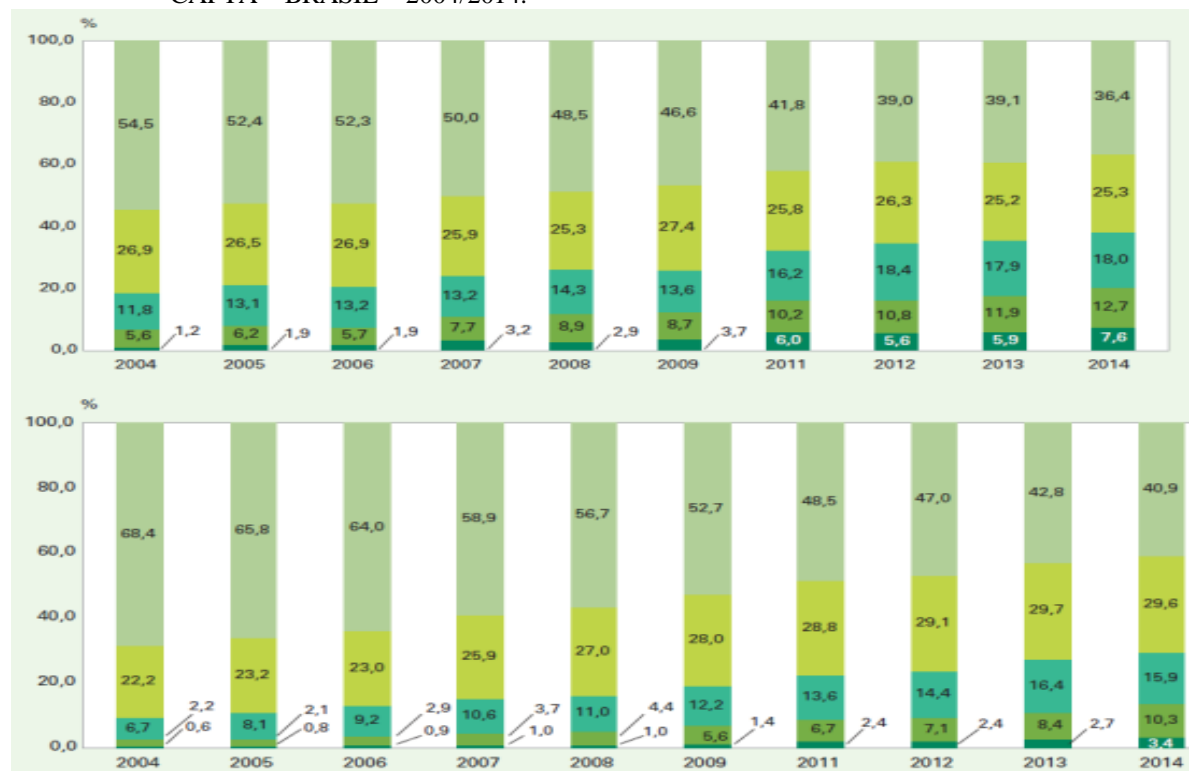
GRÁFICO 03 - PROPORÇÃO DOS ESTUDANTES DE 18 A 24 ANOS QUE FREQUENTAM O ENSINO SUPERIORS, POR GRANDES REGIÕES, SEXO E COR DA PELE - BRASIL - 2004/2104.



FONTE: IBGE (2015).

O último decênio na educação foi marcado pela maior inserção de indivíduos com renda familiar per capita na camada do 1º quinto de rendimento no ensino superior, tanto na rede pública de ensino - passando de 1,2% para 7,6% - quanto na rede privada de ensino onde essa população representava cerca de 0,6% dos alunos e chegando a 3,4% em 2014.

GRÁFICO 04 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR NAS REDES PÚBLICA E PRIVADA, POR QUINTOS DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPTA – BRASIL – 2004/2014.



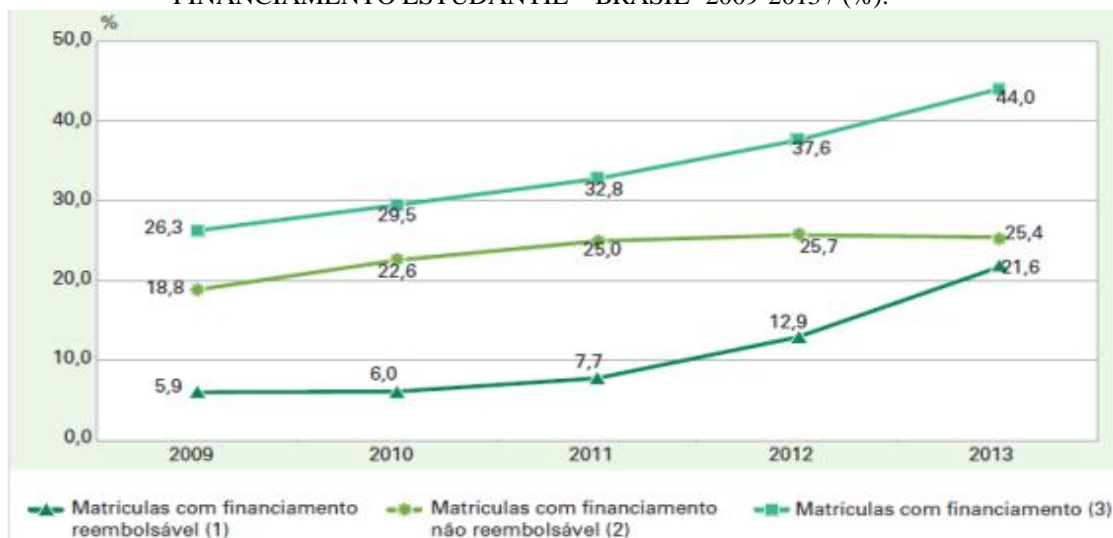
FONTE: IBGE (2015).

Em que pese o a maior inserção de alunos advindos das camadas do 3º e 4º quintos, os indivíduos pertencentes ao 5º quinto ainda estão em maior número nesses estabelecimentos, chegando a 36% na rede pública de ensino superior e a 40,9% na rede privada (IBGE, 2015, p. 53).

Essas mudanças no acesso ao ensino superior estão diretamente relacionadas com a política pública de cotas e com as políticas de financiamento estudantil implantadas no último decênio pelo Governo Federal (IBGE, 2015, p.55). Contudo o acesso à educação no Brasil continua a ter um traço econômico muito forte. Indivíduos pertencentes à camada do 5º quinto

de renda per capita domiciliar chegam a ter o dobro de anos de estudos quando comparados aos que pertencem ao 1º quinto.

GRÁFICO 05 - MATRÍCULAS EM CURSOS DE BACHARELADO NAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINANCIAMENTO ESTUDANTIL – BRASIL- 2009-2013 / (%).

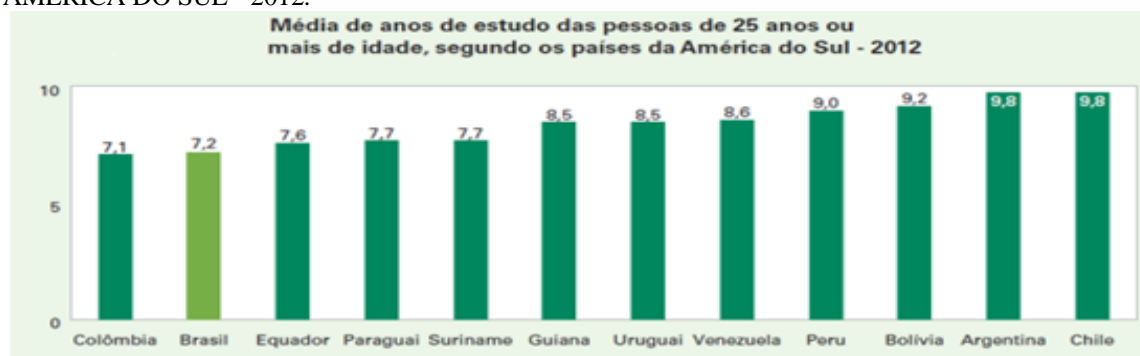


Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, Censo da Educação Superior 2009-2013. .  
 (1) Reembolsável: FIES, governo estadual, governo municipal, Instituição de Ensino Superior ou entidades externas.  
 (2) Não reembolsável: ProUni Integral, ProUni Parcial, governo estadual, governo municipal, Instituição de Ensino Superior ou entidades externas. (3) Financiamento estudantil: financiamento estudantil reembolsável ou financiamento estudantil não reembolsável.

FONTE: IBGE (2015).

Apesar de aqueles terem o dobro de anos de estudos destes, em uma análise comparativa a nível de Brasil, quando comparados a outros países da América do Sul essa marca se torna baixa. Na média de anos de estudos de sua população o Brasil aparece atrás de países como Paraguai e Equador (IBGE, 2015, p.56).

GRÁFICO 06 - MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DAS PESSOAS DE 25 ANOS OU MAIS DE IDADE NA AMÉRICA DO SUL - 2012.



FONTE: IBGE (2015).

Apesar dos avanços na área da educação alavancados pelas políticas públicas, falar em política pública de educação para juventude pode ser impróprio, dado que a educação é um direito universal e não exclusivamente destinado a um segmento específico. É senso comum que a educação é destinada a crianças e adolescentes, porém a Constituição Federal de 1988, alterada pela Emenda Constitucional nº 59, é clara em determinar que a educação é garantida a todos, inclusive a quem não teve acesso a ela na “idade própria”.

Dessa forma, é mais adequado falar em políticas de educação aproveitadas por jovens e não em política pública de educação para juventude. A política de educação no Brasil até a década corrente era majoritariamente aproveitada por menores de 14 anos, sendo muito recente a obrigatoriedade de oferecimento do ensino médio que elevou essa marca até os 17 anos - o prazo final para implantação do Ensino Médio obrigatório em todo o País é o final do ano de 2016.

Em que pese o senso comum considerar vigente a obrigatoriedade de oferta de ensino para indivíduos de 04 a 17 anos, a obrigatoriedade do Ensino Médio somente entrará em vigor a partir no ano letivo de 2017 – da publicação da EC/59 em 2009 até final do ano de 2016 vige o período de implantação. Com base nessas informações, sem considerar o direito universal à educação, poderia se concluir que nunca houve, do ponto de vista legal, uma política de educação disponível à juventude no Brasil, o que não é verdadeiro. A Constituição Federal, desde o seu texto inicial, determina a oferta de educação para todos, apenas limitando a sua obrigatoriedade - inicialmente somente o Ensino Fundamental era obrigatório, a partir da EC/59 a universalidade foi estendida ao Ensino Médio: “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria” (BRASIL, 1988). Logo, a política de educação, não é específica para a juventude, mas é aproveitada por ela.

Emenda Constitucional nº 59/2009, Art. 1º Os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, passam a vigorar com as seguintes alterações: Art. 208- I. educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 2009).

Como a obrigatoriedade do ensino médio é recente, ainda em implantação, a educação obrigatória disponível para a juventude até então era somente a de Ensino Fundamental. Logo, nem mesmo o Ensino Médio pode ser colocado como política de educação para juventude. Ainda que essa juventude tenha tomado a cena política em 2016 figurando em todos os noticiários por conta da mobilização dos estudantes secundaristas contra as medidas do Governo Federal que visam à reforma do Ensino Médio e o corte de recursos na área da educação. Debates quanto à exclusão de disciplinas como a sociologia e filosofia, e temas como as discussões sobre questões de gênero e diversidade na escola tomaram a ordem do dia e os jovens se tornaram protagonistas da resistência a graves e profundos ataques do Governo Federal contra a política de educação. Contudo, isso não faz do Ensino Médio uma política de Juventude.

Na relação entre a política de educação e a juventude, há, sim, ações que beneficiam a juventude, como é caso do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) que visa favorecer aqueles que querem cursar o ensino superior e/ou obter certificado de conclusão do Ensino Médio, mas não são destinadas exclusivamente a essa parcela da população. O ENEM é válido tanto para decidir vagas em universidades públicas e privadas em substituição ao vestibular, quanto para certificação de suficiência para aqueles que abandonaram a escola sem concluir o ensino médio e não tem teto de idade para sua utilização. Também pode ser utilizado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas para a concessão de bolsa integral ou parcial através do ProUni - Programa Universidade Para Todos, criado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005). Tais ações não são destinadas exclusivamente aos jovens de 15 a 29 anos, mas são aproveitadas principalmente por essa faixa etária. Essas políticas não serão debatidas nesse trabalho em razão do recorte e da matriz analítica da pesquisa.

### 3.3.1.2 As condições de (não) trabalho dos jovens brasileiros

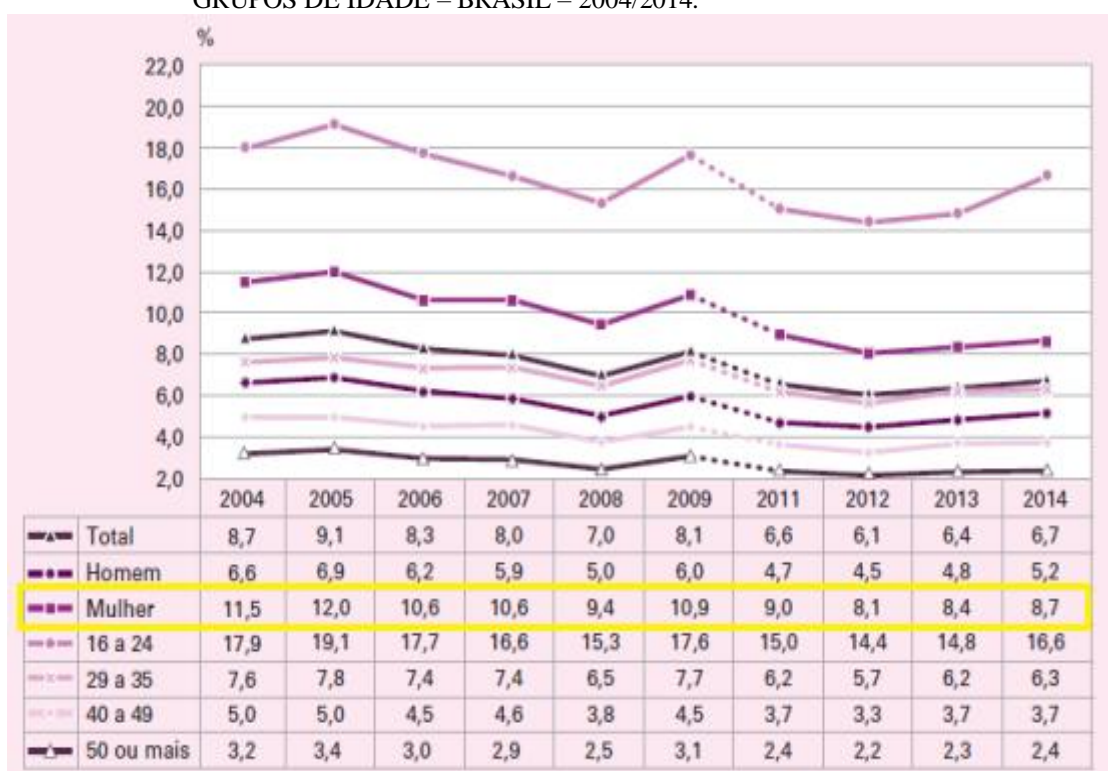
O trabalho jovem é tema que preocupa as sociedades e os pesquisadores no mundo todo, seja por que dele depende o futuro de qualquer país, seja pelo fato de os sistemas de previdências necessitarem de trabalhadores na ativa para a sua manutenção ou ainda pela

perpetuação do trabalho como um valor social. Porém, o fato de um jovem, num dado momento estar fora do mercado de trabalho nem sempre é indicador negativo.

A não participação dos jovens no mercado de trabalho *a priori* não deve ser visto como um aspecto negativo se, num contexto de crescimento da economia e de expansão do rendimento familiar, a não atividade é vista como um investimento da família na formação e qualificação. Contudo, os indicadores da população economicamente ativa - PEA mostraram que 69,5% desta população era formada por mulheres, 52,9% não tinham instrução ou o ensino fundamental era incompleto e cerca de 21,4% eram jovens de 16 a 24 anos e 52,8% tinham 50 anos ou mais de idade. Além disso, segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2014, 57,1% das mulheres de 15 a 29 anos que não estudavam e não trabalhavam tinham pelo menos 1 filho [...] (IBGE, 2015, p. 60).

Em 2004 a taxa de desocupação entre jovens de 16 a 24 anos de idade era de 17,9% enquanto que a mesma taxa entre os jovens com mais de 25 anos era de 7,6%. Em 2014 ambas as taxas foram reduzidas, apesar de continuarem altas e mostrarem que o desemprego na faixa etária de 15 a 24 anos de idade é um dado alarmante.

GRÁFICO 07 - TAXA DE OCUPAÇÃO DAS PESSOAS DE 16 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR SEXO E GRUPOS DE IDADE – BRASIL – 2004/2014.



FONTE: IBGE (2015).



Apesar da relação ainda existente entre quantidade de anos de estudo e empregabilidade, o fato das mulheres apresentarem melhor escolarização que os homens, essa diferença não se traduz em oportunidade de trabalho. Nos dados acima se verifica que as maiores taxas de desocupação ocorrem entre as mulheres, tendo alcançado seu pico em 2005, quando chegou a ser quase o dobro das taxas apresentadas pelos homens. Os índices de desocupação caíram em todos os grupos no último decênio, porém as taxas continuam altas, notadamente entre os jovens e as mulheres.

### 3.4 JOVENS “NEM-NEM” E A TRANSIÇÃO DESCONTINUADA

Estudos sobre o tema demonstram que a transição da escola para o trabalho no Brasil, não é linear. Boa parte dos jovens de baixa renda começa a trabalhar antes de concluir o ensino médio e muitos aos 16 anos - quando deveriam estar entrando no primeiro emprego - já estão na lista dos desempregados. Da mesma forma, muitos deixam a escola antes de terminar o ensino médio para trabalhar e, ao se depararem com as exigências de escolaridade do mercado de trabalho, retornam a escola, comumente na modalidade de ensino supletivo ou a distância. Porém, com a dificuldade de manter escola e trabalho, ao conseguirem um novo emprego acabam fazendo opção pelo trabalho. As idas e vindas entre escola e trabalho, estudo e desemprego são constantes na trajetória dos jovens “nem-nem”. As constantes mudanças de domicílio para trabalhar ou para acompanhar a família têm impacto negativo na trajetória escolar desses jovens (CARDOSO, 2008).

É importante salientar que “nem-nem” é uma condição momentânea na vida desses jovens. Diz respeito ao período onde converge a desfiliação da escola com o desemprego. Como ficou demonstrado no estudo feito por Camarano, Kanso et. al. (2006) ao analisar a transição dos jovens da escola para o trabalho, no nosso país ela não se dá de forma linear, “no Brasil e em outros países da América Latina, essa sequência nem sempre se verifica devido à entrada precoce no mercado de trabalho e à conciliação ou superposição entre escola e trabalho”. Este estudo aponta ainda que apesar do ganho no nível de escolaridade dos jovens documentado nos últimos anos, em 2000 17% dos jovens, segundo censo IBGE, estavam fora da escola e do mercado de trabalho. E que a maioria dos jovens nessa situação era mulher parda, casada e/ou com filhos. O que, para as autoras, sugere uma tendência do homem se

inserir no mercado de trabalho e a mulher se dedicar aos afazeres domésticos (CAMARANO, KANSO et. al., 2006, p. 259). Contudo, é necessário lembrar que não se trata de fenômeno recente, mas de condição estrutural de desigualdade social no País.

Além da magnitude desse segmento, chama-se a atenção para a diferenciação por sexo na proporção de jovens que não estudavam e não participavam do mercado de trabalho. Do total de homens jovens, cerca de 7,4% encontravam-se nessas condições. Entre as mulheres, o percentual corresponde a 26,4%, o que leva a presumir que o fenômeno tem um forte componente de gênero. Assume-se que uma parte delas tenha constituído família e esteja desempenhando o tradicional papel de mãe e dona de casa, pois 71,2% já tinham filhos em 2000 (CAMARANO, KANSO et. al., 2006, p. 259).

É possível que esses jovens estejam em condição de vulnerabilidade e que a transição das mulheres não passe necessariamente pelo mercado de trabalho. Que as famílias façam “opções mais tradicionais”. Visto que a “proporção de mulheres jovens que não estudavam e não trabalhavam era consideravelmente mais elevada que a dos homens: quase 3/4 delas já eram mães e 2/3 moravam com um parceiro” (CAMARANO, KANSO et. al., 2006, p.277).

Entre os jovens “nem-nem” que responderam ao censo IBGE/2000 predominavam as mulheres, e os pardos de ambos os sexos, residentes na zona rural, inseridos em famílias com maior número de crianças, cujo chefe tinha de 0 a 4 anos de estudos. “Dentre as mulheres, quase 3/4 delas já eram mães e 2/3 moravam com um parceiro. Esses resultados permitem inferir que a alocação do tempo dos jovens e, conseqüentemente, o processo de transição para a vida adulta têm um forte viés de gênero [...]” (CAMARANO, KANSO et. al., 2006, p.287).

Maior renda familiar diminui a chance de ter um jovem nem-nem no domicílio, de acordo com os estudos destas autoras. Homens casados e mulheres solteiras, com ou sem filho, têm mais chances de estarem fora do grupo que não estuda, nem trabalha, nem procura emprego. “O aumento da escolaridade, que leva ao maior custo de oportunidade das mulheres de não participarem do mercado de trabalho, parece afetar essa trajetória” (CAMARANO, KANSO et. al., 2006, p.287).

A crescente dissociação entre casamento e procriação também tem alterado a percepção de que a maternidade por si só seja a razão que leva uma jovem à condição “nem-nem”. Mulheres com maior escolaridade casam-se mais tarde e tendem a não ter filhos cedo. Esses estudos demonstram que “a escolaridade e a participação femininas no mercado de

trabalho aumentaram muito, assim como se reduziu bastante a proporção de mulheres na categoria estudada” (CAMARANO, KANSO et. al., 2006, p.287-288).

A situação dos homens parece bastante diferente das mulheres, mas com alguns sinais de mudança no período estudado. Por exemplo, em 1980, aproximadamente 95% dos homens jovens que não estudavam e não participavam das atividades econômicas moravam com os pais ou outros parentes, ou seja, estavam retardando, de alguma forma, a transição para a vida adulta, segundo o modelo tradicional. No entanto, essa proporção se reduziu para 84% em 2000 em prol do aumento da proporção de chefes e de homens casados e separados. Embora seja baixa a proporção desses jovens que chefiavam famílias, ela sinaliza para uma antecipação da transição para a vida adulta. Antecipação esta que parece ter acontecido, também, com as mulheres. No caso dos homens, ficou claro que esses chefes viviam em domicílios que dispunham de uma renda domiciliar bem inferior à média (CAMARANO, KANSO et. al., 2006, p.288).

Os jovens “nem-nem” do sexo masculino que se mantêm na casa dos pais - não trabalham, não estudam e não procuram emprego - aparentemente estão inseridos em famílias sem capacidade de prover-lhes uma preparação adequada para o mercado de trabalho e podem estar aguardando uma oportunidade para reingressar na escola e/ou no trabalho (CAMARANO, KANSO et. al., 2006, p.286-288). Sair da casa dos pais não parece uma opção viável, ante a falta de condição de prover o próprio sustento. De acordo com as análises das autoras o gênero, a cor, escolaridade e a renda familiar são as variáveis mais impactantes no risco de um jovem estar na condição “nem-nem”. Por outro lado, o fato do jovem estar preparado para adentrar ao mercado de trabalho não é garantia de que, realmente, isso acontecerá. José Machado Pais (2012) ao tratar da realidade portuguesa e europeia aponta que o prolongamento da transição escola-trabalho é um fenômeno que não se limita a esses países e que não se trata apenas de falta de qualificação dos jovens para o mercado de trabalho.

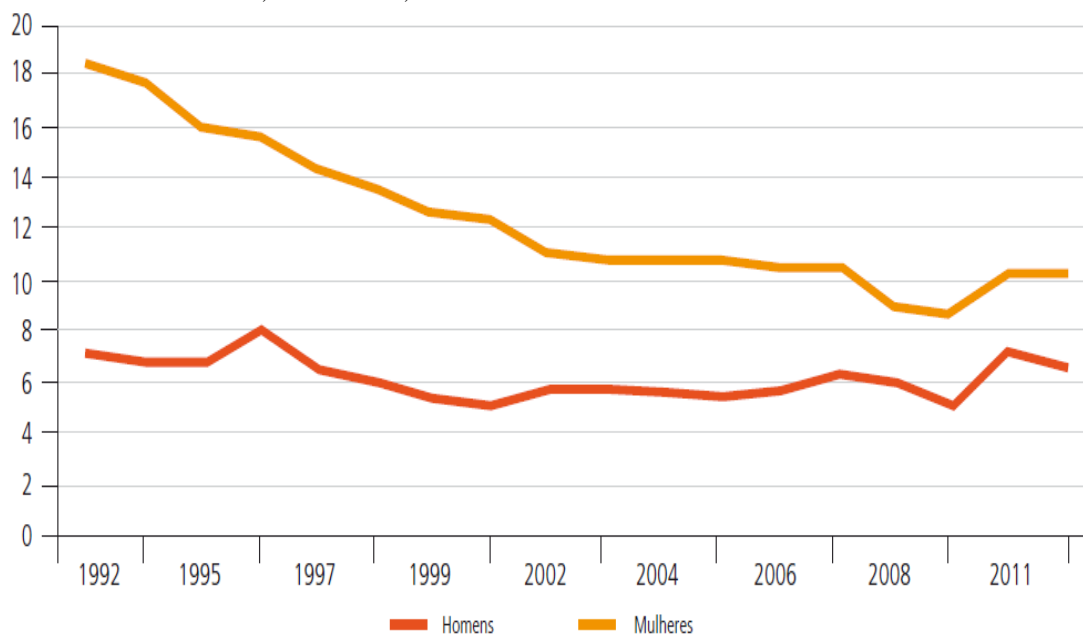
Há pais que fazem um forte investimento na formação acadêmica de seus filhos na expectativa de que possam mais facilmente encontrar trabalho e tornarem-se independentes. Mas o que se observa é que muitos deles permanecem em casa dos pais, sem trabalho, economicamente dependentes. De fato, embora os jovens integrem a chamada geração do futuro, muitos deles não o conseguem vislumbrar, arrastando-se num presente deficitário de esperança (PAIS, 2012, p.268).

Pais (2012) trata tal processo como disritmia, ritmos desencontrados entre a transição esperado e a real. Salienta que esse fenômeno vem ocorrendo, não só com a juventude, mas também em outras fases da vida.

Nessas ansiedades de idade fermenta-se, frequentemente, uma falta de esperança em relação ao futuro. As disritmias ocorrem em vários contextos e fases de vida: quer entre jovens, tanto em relação ao que deles se espera quanto ao que eles próprios esperam do futuro; quer entre idosos, socialmente desvinculados ou com dificuldades de sobrevivência (PAIS, 2012, 267).

Em estudo realizado por Costa e Ulysses (2014) com base na PNAD desde o ano de 1992 até 2011 os resultados não são muito diferentes do estudo de Cardoso (2008) com base nos censos IBGE 2000/2010, e também apresentam os mesmos problemas. Isso por que o IBGE somente alterou seu conceito de trabalho, passando a considerar outras formas de trabalho além do trabalho produtivo remunerado, em 2013.

GRÁFICO 08 - JOVENS QUE NÃO TRABALHAM, NEM ESTUDAM NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS, POR SEXO, PNAD 1992-2011.



FONTE: Costa, Ulysses (2014).

Os dados acima organizados por Costa e Ulysses com base em pesquisas do IBGE, com finalidade de demonstrar o percentual de jovens que não trabalham nem estudam, trazem algumas questões a serem consideradas. Eles não diferenciam o fato de um jovem de 15 a 17

anos ter concluído o Ensino Fundamental ou não até o ano de 2009, quando o Ensino Médio<sup>7</sup> ainda não era obrigatório no Brasil. Tampouco exclui os menores de 16 anos da taxa de desocupação a partir da vigência da Emenda Constitucional nº 20<sup>8</sup>, de 15/12/1998.

Considerando a proibição do trabalho antes dos 16 anos, e a não obrigatoriedade do ensino médio é bastante forçoso considerar que um jovem que não trabalhava em 2002/2004/2006/2008 e 2011 estivesse em condição de exclusão, bem como considerar aquele que aos quinze anos e não estudava, por ter concluído o ensino fundamental antes da EC59/2009<sup>9</sup>. Ao realizar uma análise sob o ponto de vista da política pública é necessário observar o marco legal implicado na situação de fato. Por se tratar de direito público, não se pode considerar anômalos resultados que não estejam prescritos em lei. Ou seja, se a lei diz que o menor de 16 anos não pode trabalhar, o fato dele não trabalhar aos 15 anos é normal. Se a lei diz que o Estado tem até o ano de 2016 para instituir a ensino médio como obrigatório em todo o País, considerar que o jovem com mais de 15 anos de idade que deixou de estudar ao concluir o ensino fundamental - antes de 2016 - está em situação anormal é desconsiderar a realidade social e jurídica do Brasil.

Como é possível analisar nos resultados apresentados, a concentração de jovens que não estudam, nem trabalham ocorre na faixa etária entre 15 e 18 anos, onde quem se destaca é o jovem que concluiu o ensino fundamental e parou de estudar, entrou no mercado de trabalho e perdeu o emprego, o que faz dele um desempregado e não um “nem-nem”. A subcategoria “nem-nem” se revela como uma maquiagem para destacar faces de antigas desigualdades brasileiras - falta de emprego, falta de escola, condições precárias de educação e de trabalho - para apresentá-las como um fenômeno novo, uma nova subcategoria de exclusão social.

---

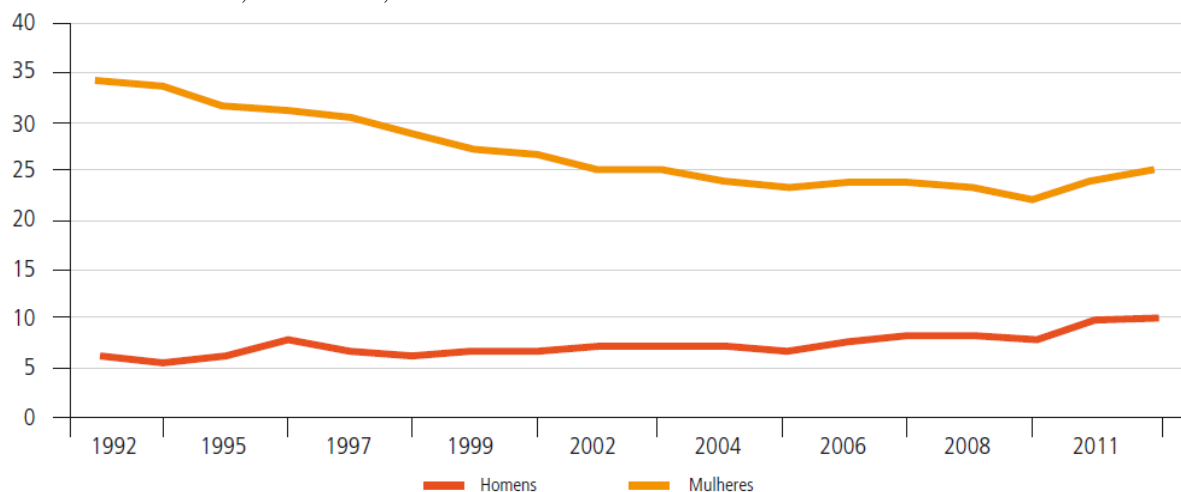
<sup>7</sup> O Ensino Médio passou a ser obrigatório no Brasil recentemente, com a promulgação da Emenda Constitucional 59/2009, concedendo prazo para adequação das escolas até 2016.

<sup>8</sup> Emenda Constitucional nº 20/1998, Art. 1º - A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações: Art. 7º - XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (BRASIL, 1998).

<sup>9</sup> Emenda Constitucional nº 59/2009, Art. 1º Os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal, passam a vigorar com as seguintes alterações: Art. 208- I. educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;[...] Art. 6º O disposto no inciso I do art. 208 da Constituição Federal deverá ser implementado progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União (BRASIL, 2009).

Posicionamento ideológico, estratégia política para sensibilizar a sociedade para questões estruturais naturalizadas ao longo da história do País.

GRÁFICO 09 - JOVENS QUE NÃO TRABALHAM NEM ESTUDAM NA FAIXA ETÁRIA DE 18 A 24 ANOS, POR SEXO, PNAD 1992-2011.



FONTE: Costa, Ulysses (2014).

A questão na coleta dos dados apresentados no gráfico acima reside no conceito de trabalho adotado pelo IBGE nessas pesquisas, e na inclusão de jovens que já concluíram o Ensino Fundamental ou Médio na taxa “nem-nem”. Mais uma vez interpretação ideológica que desconsidera o trabalho doméstico e a realidade de papéis de gênero adotados pela cultura brasileira. Além disso, desconsidera o baixíssimo acesso de jovens ao ensino superior, não obrigatório e outras formas de trabalho como o serviço militar, o trabalho voluntário e para consumo próprio, pelas razões que foram debatidas. O que fica claro na PNAD 2014 em que se aponta que a média de anos estudados pelos jovens “nem-nem” na região norte e nordeste é 8,6 anos. O que significa que se trata de jovens que concluíram o Ensino Fundamental, pois filiaram-se à escola antes de 2006, quando o Ensino Fundamental passou a ter 9 anos de duração. Lembrando que a lei nº 11.274 que regulamenta o Ensino Fundamental de 9 anos foi sancionada em fevereiro de 2006 pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, porém os estados e municípios tiveram prazo até o ano de 2010 para a implantação do novo sistema.

É interessante notar que os jovens que não trabalhavam nem estudavam apresentaram 8,6 anos de estudo, em média, sendo que para o grupo de jovens que

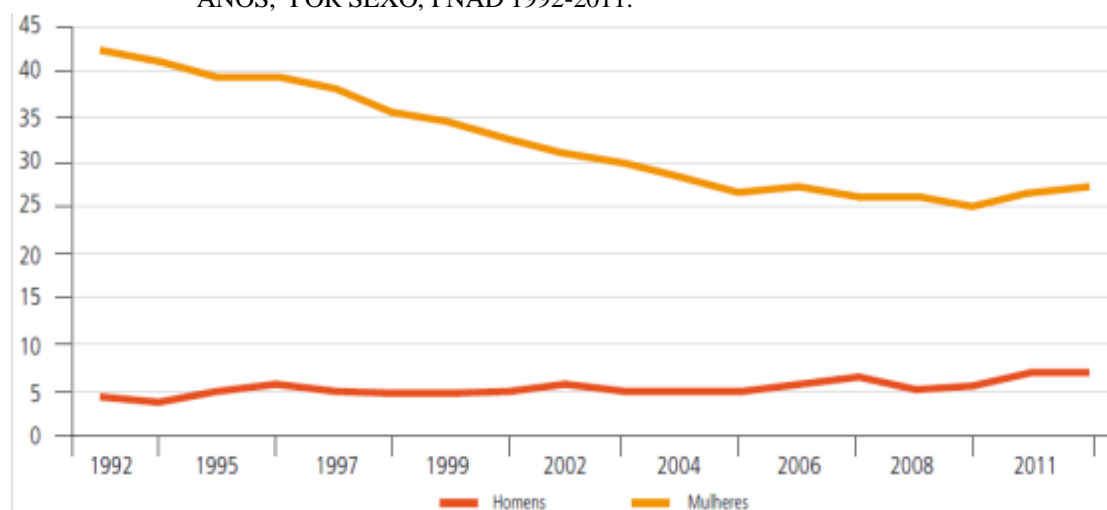
somente trabalhava este valor atingiu 9,8 anos e para aqueles que trabalhavam e estudavam foi de 10,4 anos. Mesmo para os jovens que somente estudavam, formado principalmente por jovens de 15 a 17 anos de idade, a escolaridade média foi ligeiramente superior (8,8 anos) ao do grupo que não trabalhava nem estudava (IBGE, 2014, p; 33).

Por ausência de obrigatoriedade de oferta do Ensino Médio, e por que as estatísticas não excluem os jovens que concluíram o Ensino Fundamental as taxas “nem-nem” são metodologicamente comprometidas, sob a perspectiva das políticas públicas. Além disso, como já foi dito, não excluem os jovens que exercem trabalhos não remunerados, ou para consumo próprio, como no caso dos jovens rurais. O fato de se dedicarem a atividades de produção para o autoconsumo é registrado como “desocupação” e inflam as estatísticas dos chamados “nem-nem”.

É inadequado tratar desemprego juvenil como condição “nem-nem” de exclusão social e falta de acesso ao ensino superior (que também não é obrigatória oferta por parte do Estado) como taxa negativa de acesso a estabelecimento de ensino.

Na faixa etária dos 25 a 29 anos, a situação de desemprego é clara, haja vista a que nessa idade os índices de frequência a estabelecimento de ensino são baixíssimos, concentrados em indivíduos que “voltaram a estudar” na esperança de se qualificar e conseguir emprego na faixa de 25 a 29 anos de idade.

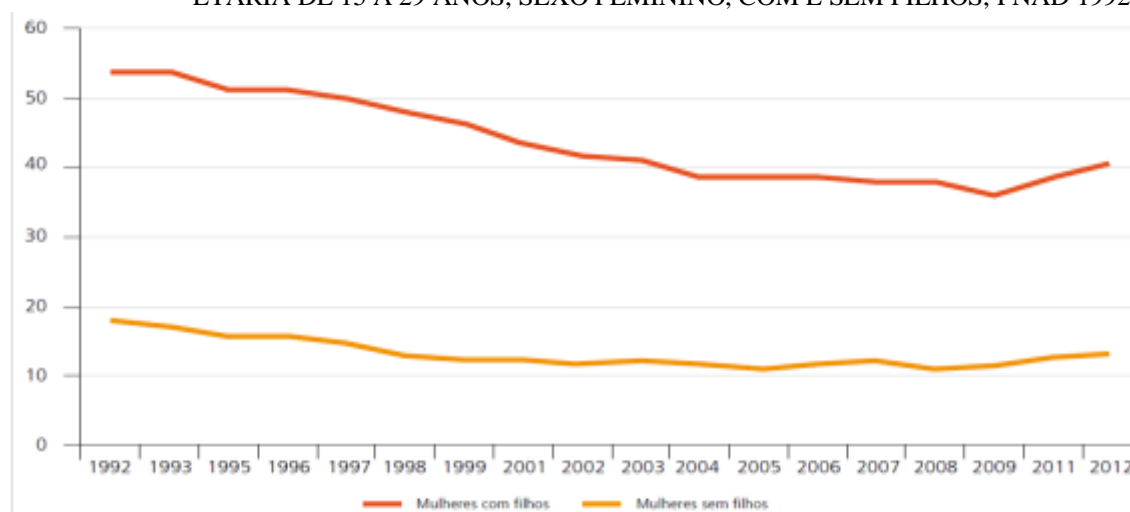
GRÁFICO 10 - JOVENS QUE NÃO TRABALHAM NEM ESTUDAM NA FAIXA ETÁRIA DE 25 A 29 ANOS, POR SEXO, PNAD 1992-2011.



FONTE: Costa, Ulysses (2014)

Igualmente, não é razoável considerar jovens mães, donas de casa ocupadas no trabalho doméstico e/ou cuidado de seus filhos como “desocupadas”. Tampouco exigir que ela esteja inscrita em estabelecimento de ensino médio, quando a oferta desse serviço não é obrigatória no país.

GRÁFICO 11 – PROPORÇÃO DE JOVENS QUE NÃO TRABALHAM NEM ESTUDAM, NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 29 ANOS, SEXO FEMININO, COM E SEM FILHOS, PNAD 1992-2011.



FONTE: Costa, Ulysses (2014).

Estatísticas formadas a partir de construção de categorias (ou subcategorias) que não existem na realidade social têm um objetivo político claro, o de pautar políticas públicas de diminuição de desigualdades sociais com dados estatísticos que chamem atenção para um determinado grupo ou parcela da população que se encontra invisível. Ou seja, é uma forma de tratar de velhos problemas sociais em formato novo. A inclusão de mulheres mães e/ou donas de casas na taxa “nem-nem” de exclusão é uma dessas maquiagens estatísticas que tem o objetivo de atrair para as mesmas políticas de diminuição de desigualdades nos papéis de gênero.

Tratar desemprego juvenil sob a alcunha da exclusão tem mais impacto que falar em desigualdade social. Aparentemente, como foi discutido no tópico destinado ao tema da exclusão, isso acontece por que nossa sociedade tolera com mais complacência as desigualdades sociais e tende a se compadecer com a exclusão. Para evitar o desconforto de conviver com a exclusão é convalidada qualquer inclusão, mesmo as mais precárias que mantém a situação de profunda desigualdade social. Porém, a resposta dada pela sociedade



quanto à essa manipulação, não é esperada, a criação da subcategoria “nem nem” resultou em estigmatização do jovem fora da escola e do trabalho como irresponsável e desinteressado em seu futuro educacional e profissional.

O estigma é definido por Erving Goffman (2004) como “referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem” (GOFFMAN,2004, p.06). O caso do estigma imposto aos jovens vulneráveis é tipicamente relacional, um jovem de baixa renda que não trabalhe e não estude é estigmatizado como um “vadio”, já um jovem de classe alta, não é. É perfeitamente normal para este não trabalhar e não estudar, se não quiser.

[...] portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso. Por exemplo, alguns cargos nos Estados Unidos obrigam seus ocupantes que não tenham a educação universitária esperada a esconder isso; outros cargos, entretanto, podem levar os que os ocupam e que possuem uma educação superior a manter isso em segredo para não serem considerados fracassados ou estranhos (GOFFMAN,2004, p.06).

Goffman (2004) lembra que o estigma pode ser externo e o estigmatizado pode nem se dar conta dele (quando está em um grupo social protegido por crenças ou identidade própria) como o caso das comunidades ciganas, por exemplo, cuja comunidade reforça a identidade e o indivíduo se percebe como alguém perfeitamente normal. No entanto, esse tipo de conformação é cada vez mais raro, o mais comum é o estigmatizado interiorizar o estigma e se envergonhar de sua própria condição.

Na América atual [...]. O indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidade que nós temos; isso é um fato central. Seus sentimentos mais profundos sobre o que ele é podem confundir a sua sensação de ser uma "pessoa normal", um ser humano como qualquer outro, uma criatura, portanto, que merece um destino agradável e uma oportunidade legítima.<sup>2</sup> (Na realidade, não obstante a forma em que se expresse, ele baseia suas reivindicações não no que acredita seja devido a todas as pessoas, mas apenas a todas as pessoas de uma categoria social escolhida dentro da qual ele inquestionavelmente está incluído, como, por exemplo, qualquer indivíduo de sua idade, sexo, profissão etc.). Além disso ainda pode perceber geralmente de maneira bastante correta que, não importa o que os outros admitam, eles na verdade não o aceitam e não estão dispostos a manter com ele um contato em "bases iguais". Ademais, os padrões que ele incorporou da sociedade maior tornam-no intimamente suscetível ao que os outros vêem como seu defeito, levando-o inevitavelmente, mesmo que em alguns poucos momentos, a concordar

que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser: A vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um não-portador dele (GOFFMAN,2004, p.09,10).

Nesse sentido, o estigma de “nem-nem” pode levar o jovem a interiorizar e naturalizar as desigualdades sociais a que é submetido e a convalidar a crença na meritocracia.<sup>10</sup> Acreditar que suas condições sociais são fruto de suas ações ou inércia, e que por isso não tem os mesmos direitos que os outros cidadãos da sua sociedade, senão os dispensados àqueles em igual situação de idade e de estigma.

Em que pese a intenção de colocar lentes sobre o tema, as pesquisas sociológicas têm contribuído para o fomento desse estigma de vadio sobre o jovem brasileiro.

### 3.5 “NEM-NEM” NO BRASIL: QUESTÃO DE DESIGUALDADE SOCIAL, DE GÊNERO OU DESEMPREGO JUVENIL?

Considerando os resultados de pesquisas realizadas no Brasil pelo IBGE (2002/2012), os patamares de exclusão “nem-nem” são alarmantes. Nesse item, primeiramente analisa-se esses números para adiante se fazer considerações metodológicas e políticas acerca desses resultados. As análises são realizadas com o objetivo de mostrar que a situação não é animadora, mas que esses dados não condizem com a realidade do país, estando inflacionados por posicionamentos políticos ideológicos - que desconsideram o trabalho reprodutivo doméstico e inclui jovens mães, donas de casa, com ensino médio

---

10 O discurso meritocrático é minoritário na maioria das organizações, refletindo a posição histórica da meritocracia na sociedade brasileira, na qual ela não é um valor englobante. É um discurso crítico da cultura "paternalista brasileira" que, segundo ele, se perpetua nas organizações e promove valores inversos aos meritocráticos. Apadrinhamento, relações pessoais, falta de cobrança, QI, nepotismo, entre outros, são práticas sociais utilizadas como ilustrações desse caráter paternalista e das suas consequências. Embora o discurso meritocrático saude a iniciativa da alta administração[...], ele não confia inteiramente nas condições e na "vontade política" existentes para implementar verdadeiramente uma prática meritocrática, na medida em que quem se propõe fazê-lo encontra-se permeado e influenciado por essas mesmas práticas. Todos reconhecem que nenhuma organização no mundo é inteiramente meritocrática. Capital de relacionamento, indicações e política organizacional estão presentes em todos os países. (BARBOSA, 2014).

completo na subcategoria “nem-nem”, e considera um jovem do sexo masculino maior de 18 anos, com ensino médio completo, desempregado, como um “nem-nem”.

Em 2002 os jovens que não trabalhavam e não estudavam e responderam à PNAD somavam 20,3% (IBGE, 2002). Permanecendo no patamar dos 20%, com uma leve queda em 2012, quando o número de “nem-nem” chegou a 9 milhões e 600 mil jovens no Brasil. Um em cada 5 jovens entre 15 e 29 anos não trabalhavam, nem estudavam no momento em que responderam a PNAD/2012 (IBGE, 2012). Uma leve diminuição de 0,6% em 10 anos. Em números comparativos é aproximadamente a população inteira do estado de Pernambuco fora da escola e do mercado de trabalho. Ou seja, como se o Brasil estivesse perdendo um de seus estados para a exclusão social. Os dados estatísticos do IBGE apontam que em 2012 38,6% dos “nem-nem” tinha ensino médio completo, apenas 5,6% dos “nem-nem” completaram o ensino superior e 32,4% não possuíam nem o ensino fundamental.

TABELA 01 - POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 15 E 29 ANOS DE IDADE QUE NEM TRABALHA, NEM ESTUDA, POR SEXO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE, PNAD 2002/2012.

15 a 29 anos Não estuda e ou Não trabalha	Mulher	Homem	Mulher/Homem				
			Ens. Fund. Incompleto	Ens. Fund. Completo ou Ens. Médio Incompl.	Ens. Médio Compl.	Ens. Superior	Instrução Indetermin.
PNAD 2002	72,3%	27,7%	46,6%	16,6%	25,+5%	2,6%	8,6%
PNAD 2012	70,3%	29,7%	32,4%	23,4%	38,6%	5,6%	-

FONTE: PNAD/IBGE (2012). A Autora.

Esses dados levam a outra interpretação possível, a de que diante da realidade educacional brasileira, na qual uma minoria chega ao ensino superior, o fato de jovens com ensino médio completo estarem fora da escola e do mercado de trabalho é mais uma situação de desemprego juvenil que um fenômeno a parte, ou seja, uma forma exclusão social específica. E pode-se ir ainda mais longe, o Ensino Médio somente passou a ser universalizado no final do ano de 2016, posteriormente a todas as pesquisas até aqui apresentadas. Isso leva a afirmar que até dezembro de 2016 o jovem que tem o Ensino Fundamental, reside em local onde não há a oferta do Ensino Médio e não trabalha na semana de referência de cada pesquisa realizada até aqui era apenas mais um desempregado.

Conforme a pesquisa "Síntese de Indicadores Sociais" realizada no ano de 2012, as mulheres somam cerca de 70,3% do total de jovens na condição “nem-nem” (nem estuda nem trabalha). Chegando a 76,9% na faixa etária entre 25 e 29 anos. Enquanto que na faixa etária entre 15 e 17 anos 59,6% dos “nem-nem” são mulheres, e esse índice sobe para 68% no sub-grupo formado por jovens de 18 a 24 anos. Destas 58,4% tinham pelo menos um filho (IBGE, 2012).

TABELA 02 - ATIVIDADE DE JOVENS DO SEXO FEMININO ENTRE 15 E 29 ANOS DE IDADE

Não estuda e Não trabalha	15 a 29 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	18 a 24 anos com 1 filho ou mais	25 a 29 anos
PNAD 2012	70,3%	59,6%	68,0%	58,4%	76,9%

FONTE: PNAD/IBGE (2012). A autora.

Considerar como “nem-nem” um jovem desempregado de 18 anos ou mais, pelo fato dele não ter adentrado ao ensino superior é desconhecer a realidade brasileira é tecer comparações com uma realidade ideal. Da mesma forma, incluir nas taxas “nem-nem” mulheres com filhos, que dedicam seu tempo aos cuidados domésticos pode ser desconsiderar o trabalho doméstico e reprodutivo como fator agregado da reprodução do capital. É um posicionamento político que transforma desigualdade de gênero em taxa de exclusão “nem-nem”, o que infla as estatísticas de taxas “nem-nem” no Brasil. Os resultados da PNAD/2102 mostram que 19,6% dos jovens estão em condição “nem-nem” de exclusão social, ainda que 45,2% dos indivíduos nessa faixa etária somente trabalham, 21,6% apenas estudam, e 13,6% trabalham e estudam - por conta do atraso nos estudos, pois somente 5% adentra o ensino superior, na faixa de 15 a 17 anos a taxa “nem-nem” é de 9,4% (IBGE, 2012) não exclui os proibidos de trabalhar, nem desobriga os que não tendo oferta de Ensino Médio próxima a sua residência contasse com Ensino Fundamental completo.

TABELA 03 - ATIVIDADE DE JOVENS DE 15 A 29 ANOS NO BRASIL - EM (%) POR GRUPO DE FAIXA ETÁRIA

Brasil	Apenas estuda	Apenas trabalha	Trabalha e estuda	Não estuda e Não trabalha
15 a 29 anos	21,6%	45,2%	13,6%	19,6%
15 a 17 anos	65,4%	6,5%	18,8%	9,4%
18 a 24 anos	14,5%	47,3%	14,8%	23,4%
25 a 29 anos	2,9%	67,5%	8,3%	21,3%

FONTE: PNAD/IBGE (2012). A autora.

Os altos índices apresentados na taxa “nem-nem” parecem ter a ver mais com uma análise comparativa entre a realidade social brasileira e o ideal que se deseja alcançar - jovens entre 18 e 24 anos, solteiros, sem filhos, cursando ensino superior, e entre os 24 e 29 anos bem empregados. Uma política voltada para o mercado de trabalho com o objetivo de bem servir às classes média e alta.

Abandonada a idealização e considerada a realidade social do país, os dados mostram mulheres que cuidam de seus lares e jovens entre 18 e 29 anos que concluíram o Ensino Médio e são trabalhadores desempregados. Esta é a realidade da família de baixa renda (e baixa escolaridade) brasileira.

Tal ideal pode ser lido como um processo de “violência simbólica” que consiste em impor o modelo cultural das classes dominantes às classes subalternas, considerando a linguagem e as práticas das classes dominantes como superiores e legítimas, algo valioso que eles têm e os outros não. A educação formal surge como uma forma de compensar essa “deficiência” (BOURDIEU, 1994).

Dessa forma a escolarização se torna uma obrigação, elevada à categoria de direito universal. Direito do subalterno a apreender práticas e costumes que não são seus, que não constam do seio da sua classe e do seu meio social. Direito a abandonar seus saberes e adotar os alheios. Isso por que os saberes dos populares são invalidados pelos dominantes. Há que se aprender como estes fazem, para fazer ao gosto deles, colocando a educação formal a serviço das classes dominantes. Para ser um bom empregado deve-se ser “qualificado” dentro do modelo dominante. Se o processo se completasse e a educação conseguisse seu objetivo de adaptar saberes subalternos ao modelo dominante, os danos sociais ainda seriam menores que no quadro atual, em que os saberes subalternos são desconsiderados e os saberes cultos são inacessíveis ou insuficientes. A educação não atingiu o objetivo de se universalizar, tampouco é garantia de melhores postos de trabalho. Atualmente, coexistem dois fenômenos, aparentemente contraditórios: por um lado, as empresas exigem cada vez mais qualificação, por outro, a posse de um diploma já não é suficiente para o acesso ao emprego (OECD, 2000). O imaginário que vinculou educação e emprego encontra-se em declínio, ante ao fato de que a posse de títulos acadêmicos não é mais uma garantia absoluta de bom emprego. As

qualificações são um pré-requisito, mas não são suficientes para entrar no mercado de trabalho (BECK, 2001).

TABELA 04 - RENDIMENTO MÉDIO NO TRABALHO PRINCIPAL DOS EMPREGADOS DE 16 ANOS OU MAIS, POR SEXO E GRANDES GIÕES.PNAD/2013

Homens				
Brasil	1.109	710	854	1.612
Norte	982	743	851	1.289
Nordeste	713	507	589	1.096
Sudeste	1.374	916	1.011	1.839
Sul	1.453	952	1.041	2.022
Centro-Oeste	1.448	971	1.038	2.014
Mulheres				
Brasil	997	562	667	1.138
Norte	1.050	614	620	1.206
Nordeste	714	375	510	827
Sudeste	1.145	679	750	1.296
Sul	1.070	723	774	1.188
Centro-Oeste	1.214	670	779	1.356

FONTE: PNAD/IBGE (2013). A autora.

O curso superior que era considerado sinônimo de alta qualificação e conquista dos melhores cargos passou ao status de qualificação média, e o Ensino Médio agora é a mínima qualificação exigida pelo mercado de trabalho. Porém, a relação entre anos de estudos e rendimentos do trabalhador ainda permanece válida. A PNAD 2013 mostra que em algumas regiões do país, o dobro de anos na escola pode significar o dobro de rendimentos no trabalho.

Nessa perspectiva de análise o que se tem sob a alcunha de “geração nem-nem”, nada mais é que a reprodução do modelo de família e desigualdade social brasileira. Expressa, sobretudo, na educação, na desigualdade de gênero e na desigualdade na distribuição de renda. Porém, a inclusão desses dados com vista a um patamar idealizado contribui para o fomento de agendas de políticas públicas que pressionem essa realidade a uma mudança

estrutural. Possibilita especialmente políticas direcionadas à mulher que deve ter escolhas quanto ao seu futuro, sem se obrigar ao papel doméstico. Também políticas de emprego direcionadas aos jovens que já concluíram o ensino médio, sem, contudo, impossibilitá-lo de acessar um curso superior, se essa for a sua escolha. A interpretação dos dados de forma a incluir mulheres casadas e/ou com filhos nas taxas “nem-nem”, bem como a inclusão nessas taxas de jovens desempregados que já concluíram o ensino médio é uma atitude política.

TABELA 05 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM 16 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADAS EM ATIVIDADES INFORMAIS, POR GRUPOS DE IDADE, 2004/2013.

Grupos de idade	Proporção de pessoas com 16 anos ou mais de idade ocupadas em atividades informais, segundo os grupos de idade, Brasil PNAD 2004/2013 (%)	
	2004	2013
Total	54,3	42,0
16 a 24 anos	61,0	44,8
25 a 29 anos	48,6	34,7
30 a 49 anos	48,5	37,7
50 a 59 anos	57,7	45,1
60 anos ou mais	80,4	69,0

FONTE: IBGE/PNAD (2004/2013). A autora.

Essas considerações encontram guarida no estudo realizado por Adalberto Moreira Cardoso (2013) em que analisa as estruturas e condições sociais, de trajetórias individuais geradoras de riscos capazes de levar o jovem brasileiro a entrar na condição “nem-nem”. E a partir daí busca traçar uma agenda de pesquisa social e de políticas públicas com vistas à redução dos riscos e das taxas “nem-nem” de exclusão social. Esta que na visão do autor constitui um mecanismo gerador de desigualdades sociais, “um mecanismo que precisa ser desativado”. No Brasil o problema é de caráter estrutural, não apresentando uma explosão social do fenômeno como na Europa. É recorrência e persistência das condições de uma geração de jovens para outra, sendo fator de fortalecimento das desigualdades sociais e merecendo sua inclusão na agenda de política pública e de pesquisa social (CARDOSO, 2013, p. 295).

O recorte etário entre 15 e 29 anos para análise da condição “nem-nem”, é inadequado, esse período compreende problemas e momentos biográficos distintos. Estar fora

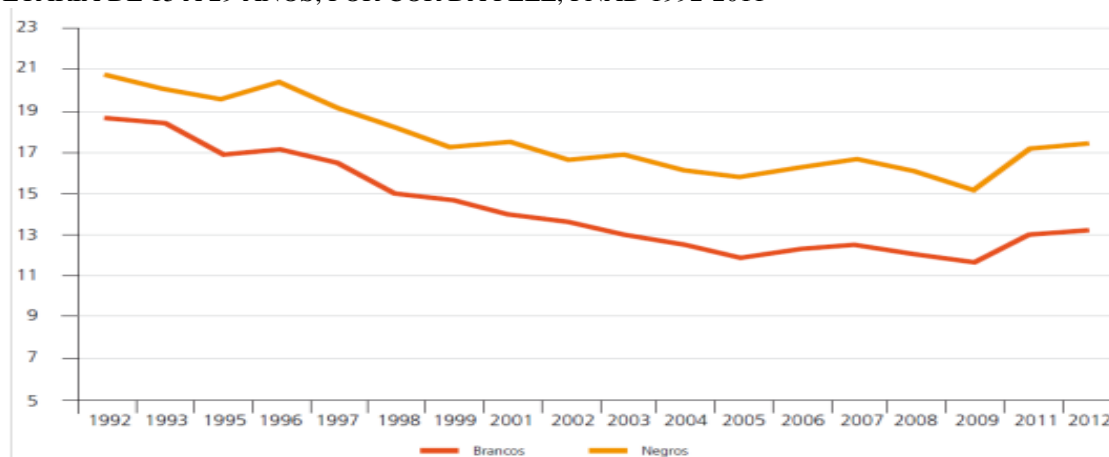
do mercado de trabalho aos 15 anos é normal, mas aos 29 anos, não é (CARDOSO, 2013, p. 298). A condição “nem-nem” no Brasil está inserida nas condições de desigualdades sociais do país. “As pessoas não nascem iguais em suas potencialidades e possibilidades. A desigualdade está inscrita no território de nascimento campo ou cidade, cidade grande ou pequena, Brasil ou Suécia”. No Brasil a partir dos 25 anos as taxas se estabilizam e a idade não parece mais uma variável relevante na composição da taxa (CARDOSO, 2013, p. 98). O rigor que Adalberto Moreira Cardoso (2013) propõe no recorte de sua pesquisa parece ser determinado pela necessidade de adequação da análise para a compreensão da condição de cada momento biográfico do jovem. Isso, para a formulação de agendas de políticas públicas e de pesquisas sociais que permitam a realização de projetos exitosos de inclusão social, “longe das zonas de vulnerabilidade representadas por empregos precários, desemprego, ausência de proteção social etc.” (CARDOSO, 2013, p.300). O que seguramente é uma atitude política do pesquisador.

No Brasil a condição “nem-nem” é estrutural e afeta às classes menos favorecidas. Aqui um em cada dez jovens está em condição vulnerável, com maior concentração nas regiões e municípios mais pobres (IBGE, 2012). A condição denominada “nem-nem” é um mecanismo gerador de exclusão e desigualdades sociais a longo prazo. O jovem excluído do acesso à escola e à qualificação para o emprego irá ocupar as vagas mais precárias de trabalho e auferir os salários mais baixos, constituirá família de baixa renda e seus filhos terão condições de formação parecidas com as que seus pais tiveram e o ciclo de pobreza se repetirá, se o Estado não intervir. Aparentemente basta dar escola e trabalho a esses jovens e tudo estará resolvido, mas não é bem assim. A precariedade na qualificação e a falta de emprego é só um dos resultados da inoperância do Estado e suas políticas no local de inserção social desses jovens. As altas taxas de jovens em condição “nem-nem” se concentram nas famílias de mais baixa renda, o que revela a importância das políticas de distribuição de renda, como por exemplo: bolsa família, valorização do salário mínimo, melhoria nos serviços públicos para a redução das desigualdades sociais capazes de levar um jovem a entrar na condição “nem-nem” (CARDOSO, 2013, p. 311). Essa taxa “nem-nem” (próxima de 11%) exclui os jovens desempregados que concluíram o ensino médio e as mulheres que se dedicam aos cuidados domésticos e/ou ao trabalho reprodutivo. Porém, se considerada a oferta de Ensino Médio próxima à residência essa taxa cairá ainda mais. As diferentes reações às taxas



“nem-nem” de exclusão social de jovens na Europa e no Brasil se devem à conjuntura social. No Brasil foi um período de redução das desigualdades sociais, na Europa ocorreu o contrário. Enquanto na Europa atingiu jovens de classe média, no Brasil atinge as classes mais baixas. E não é possível creditar as manifestações de 2013 no Brasil aos jovens “nem-nem”, como ocorreu a partir de 2008 na Europa (CARDOSO, 2013, p. 311). Esse estudo realizado por Cardoso (2013) trouxe grande contribuição ao tema, porém há que se apararem algumas arestas. Ao contrário das análises de Cardoso (2013) que sugerem que ser negro ou pardo no censo 2010 passou a ser uma variável vantajosa, as análises de Costa e Ulysses (2014) mostram que esse público apresenta as maiores taxas “nem-nem”. Conforme a manipulação que se faz de variáveis, incluindo-as ou excluindo-as, pode-se chegar a resultados diferentes. Não raramente tais manipulações deixam vislumbrar o perfil social do pesquisador, suas preferências políticas, suas crenças e preconceitos. No caso de Cardoso pode ocorrer o contrário, seu conhecido engajamento político em defesa de negros, mulheres e excluídos pode tê-lo levado a um afastamento tal desses temas que acabou por incorrer em numa militância reversa<sup>11</sup>.

GRÁFICO 12 - PROPORÇÃO DE JOVENS QUE NÃO TRABALHAM NEM ESTUDAM, NA FAIXA ETÁRIA DE 15 A 29 ANOS, POR COR DA PELE, PNAD 1992-2011



FONTE: Costa, Ulysses (2014).

<sup>11</sup> Militância reversa é um conceito desenvolvido pela autora, refere-se a uma situação na qual um pesquisador que também é militante de causas sociais tem que tratar de assuntos ligados a ela, e para tomar distanciamento e não misturar o pesquisador com o militante ele acaba militando contra a causa. Sem perceber que militar contra é continuar na condição de militante, o que não confere neutralidade ao pesquisador, tampouco distanciamento do objeto de pesquisa, como pretendido.

Pode-se fazer a defesa de sua análise justificando que quem fala na pesquisa são os dados do IBGE e não o pesquisador. Porém, como já foi dito, na seleção das variáveis inclusas ou exclusas na análise está a subjetividade do pesquisador, por mais isenção que ele possa ter quanto ao seu objeto de pesquisa. O fato de se isolar uma variável e associá-la a outras, muitas vezes pode resultar em conclusões lógicas, porém irrealistas, por se encontrarem descontextualizadas. Como no caso, o fato de ser negro e poder ser beneficiado por cotas raciais parece vantajoso, no entanto, suas desvantagens ao procurar um emprego, por exemplo, não são contextualizadas nessa análise.

Nesse mesmo estudo o pesquisador sugere como pauta de agenda política e de pesquisa “educação sexual para as adolescentes” - meninos não precisam de educação sexual - quem tem que saber se cuidar sexualmente são as meninas. Nesse trecho toma uma postura machista, aquele machismo contra o qual o pesquisador milita, e provavelmente, mais uma vez incorre na militância reversa. Tais considerações são feitas no sentido de se atentar para não incorrer em postura analítica subjetivista, que como uma crítica ao trabalho do autor que na linha da sociologia do trabalho é uma referência, especialmente na interface trabalho/juventude. Esse exemplo foi muito valioso para esse trabalho, pois também é realizado por uma militante - de causas como combate ao racismo e à ideia de violência ligada à juventude, luta pela igualdade de gênero, pelos direitos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, pelos trabalhadores e excluídos - e a alertou a não incorrer em militância reversa, na tentativa de não militar em favor de causas políticas afetas ao tema, a fim de alcançar distanciamento e uma suposta neutralidade analítica do objeto de pesquisa.

Na questão do modelo de análise estabelecido pelo autor, pesam as limitações dadas pelas variáveis contidas nos censos IBGE 2000/2010. Uma análise com base em dados quantitativos, exclusivamente, que carece de considerar informações importantes que ficaram de fora do modelo e poderiam trazer alterações nos resultados. Considerando o indicador de vulnerabilidade dos jovens de 15 a 19 anos frente às redes sociais, podem ser relevantes informações como: bairro onde mora (centro/periferia/favela), religião, passagens pela polícia, uso de drogas, acesso à internet, interesses virtuais. Quanto a importância da renda familiar no risco para condição de exclusão social do jovem seria relevante obter informações quanto ao recebimento de ajuda financeira de parentes, se tem parentes em cargos públicos, tem parentes em outro município ou país (facilitador da mobilidade). Considerando o

indicador de que o gênero e maternidade aumentam as chances de um jovem estar na condição “nem-nem” é plausível deduzir que a orientação de gênero seja uma variável relevante no risco de um jovem entrar na condição “nem-nem”. Esta não é contemplada no modelo do autor. Provavelmente o modelo explicativo seria mais adequado se compreendesse variáveis mais específicas e adaptadas à realidade do jovem brasileiro.

A mudança ocorrida no conceito de trabalho adotado nas pesquisas do IBGE também é relevante nos resultados dos censos analisados pelo autor. Essa mudança é afirmada na análise dos dados na síntese dos indicadores sociais da pesquisa nacional por amostra de domicílio, 2013:

Há ainda uma perspectiva mais ampla de se analisar o tema trabalho, que é considerar não somente o trabalho relacionado à atividade econômica, isto é, aquele destinado à produção de bens e serviços dentro da fronteira de produção do Sistema de Contas Nacionais, mas outros grupos de trabalhadores não remunerados (IBGE, 2014, p.125).

A OIT (2013), em sua 19ª Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho - CIET apresenta as diferentes formas de trabalho, entre elas “outras atividades produtivas” que amplia bastante o conceito de trabalho:

a) o trabalho de produção para auto-consumo, compreendendo a produção de bens e serviços para utilização final própria; b) trabalhar na ocupação, que inclui trabalhos executados para terceiros mediante remuneração ou benefícios; c) trabalho na formação não remunerada, que inclui o trabalho feito para os outros, sem remuneração, para ganhar experiência ou habilidades no local de trabalho; d) o trabalho voluntário, que inclui o trabalho não remunerado e não é necessário para os outros; e) outras atividades produtivas (não definidos nesta resolução). 8. Essas "outras atividades produtivas" incluem atividades como serviços não remunerados prestados à comunidade ou trabalho prisional não pagos imposta por um tribunal ou autoridade similar e militar alternativo ou o serviço civil não remunerado, o que poderia ser considerado como um forma de fins de mensuração do trabalho específicas - por exemplo, o trabalho não remunerado obrigatório para outros (OIT, 2013, p.3).

A pesquisa PNAD/2013 considera ainda como trabalho não remunerado a “realização de afazeres domésticos e o cuidado de pessoas”. Mesmo não estando estas formas de trabalho explícitas no documento da OIT (IBGE, 2014, p.125).

Cabe chamar atenção também para um aspecto invisível da estrutura do mercado de trabalho, mas que afeta principalmente o trabalho das mulheres: a realização de afazeres domésticos, o que popularmente é denominada de “dupla jornada”. Tem-se que 88% das mulheres ocupadas de 16 anos ou mais de idade realizavam afazeres domésticos, enquanto entre os homens este percentual era 46% (Diagrama 1). As mulheres tinham uma jornada média em afazeres domésticos mais que o dobro da observada para os homens (20,6 horas/semana). Considerando a jornada no mercado de trabalho e aquela com a realização de afazeres domésticos, tem-se uma jornada feminina semanal total de 56,4 horas, superior em quase cinco horas à jornada masculina (IBGE, 2014, p. 127,128).

No entanto, interessa-se por pesquisar a realização de tarefas domésticas por pessoas que estão empregadas (dupla jornada) e não por aquelas que as realizam de forma exclusiva. Logo, não alcançam os jovens que estão desempregados e realizam tarefas domésticas. Relativamente à frequência da população a estabelecimentos de ensino, os dados da Região Metropolitana de Curitiba (IBGE/PNAD 2013) mostram 83,8% dos jovens entre 15 e 17 anos de idade, 30% dos jovens entre 18 e 24 e 4,5% dos jovens com 25 anos ou mais anos frequentavam estabelecimentos escolares, taxas muito próximas à nacional. Quando consideradas a cor da pele e a renda per capita familiar a taxa nacional se altera. Os dados informados pela PNAD 2004, 2008, 2012, 2013 evidenciam que quanto mais pobre é a região de moradia do jovem e menor a renda per capita familiar, menor é a escolaridade, maiores são os índices de desocupação e menores os de frequência a estabelecimentos de ensino.

TABELA 06 - TAXA DE FREQUÊNCIA BRUTA A ESTABELECIMENTO DE ENSINO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FAIXA ETÁRIA, GRANDES REGIÕES, PARANÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA/2013.

Grandes Regiões, Paraná e Região Metropolitana de Curitiba	Taxa de frequência bruta a estabelecimento de ensino da população residente (%)			
	Total	Grupos de Idade		
		15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
Brasil	27,9	84,3	30,1	4,1
Norte	33,2	84,1	32,8	5,6
Nordeste	30,4	83,1	30,1	4,7
Sudeste	25,8	85,8	29,9	3,5
Sul	25,8	82,9	30,6	3,9
Paraná	26,4	83,4	30,2	4,0
Região Metropolitana de Curitiba	26,3	83,8	30,0	4,5
Centro-Oeste	28,3	83,7	34,2	4,9

FONTE: PNAD/IBGE (2013). A autora.

No entanto, na PNAD/2013, na faixa etária entre 15 e 17 anos a taxa de desocupação apresentada no Recife é inferior a apresentada em Porto Alegre, e na faixa etária entre 18 e 24 anos são muito próximas. Assim, não é possível generalizar dizendo que a desocupação é maior em toda a região Nordeste, tampouco que ela seja menor em toda a região Sul. A prevalência regional dos “nem-nem” é relativa às condições sociais cada município. O estudo de Cardoso (2013) fala em condição “nem-nem”, e não em subcategoria de análise de juventude “ne-nem”, mas por não problematizar a classificação do termo acaba por contribuir com a construção de uma subcategoria estigmatizante. A discussão do tema avança no presente trabalho, no que se refere à definição de subcategoria de juventude a qual pertencem os jovens objetos desse estudo, abandona o termo “nem-nem” e adere à expressão “juventude em situação de vulnerabilidade ou risco social”. Refuta a interpretação de que esses jovens não estudam, nem trabalham, com base em dados de pesquisas que apontam que eles apresentam, em média, 8,6 anos de estudos e realizam trabalhos não remunerados - como será discutido no próximo capítulo. É possível a partir disso afirmar que esses jovens se encontram em situação precária de estudos e de trabalho, porém não estão inativos. Não se trata de jovens acomodados ou à espera de melhores oportunidades, trata-se de indivíduos sem oportunidades de emprego e sem condições de dar continuidade aos estudos. E não só, suas carências vão muito além de escola e trabalho, necessitam saúde, segurança pública, saneamento básico, moradia digna, alimentação adequada, acesso a bens de cultura e esporte etc.

#### 4 OS JOVENS E OS “NEM-NEM” NO PORTAL DO FUTURO

Nesse capítulo é feita uma breve explanação acerca do funcionamento da unidade Boqueirão do Portal do Futuro, para em seguida apresentar os dados e as análises da pesquisa com os jovens nas unidades Boqueirão e Cajuru. Para tanto, faz-se uma introdução acerca do Programa de Política Pública <sup>12</sup>Portal do Futuro.

O Portal do Futuro é um programa de políticas públicas para juventude, desenvolvido pela Prefeitura do município de Curitiba e conta com 7 unidades (Bairro Novo, Boqueirão, Sítio Cercado, Cajuru, CIC, Portão e Tatuquara) nas regiões mais populosas da cidade, atualmente, e uma unidade na região central - unidade Solar do Barão. Duas novas unidades estão em fase de construção nos bairros Santa Felicidade e Boa Vista.

A proposta do Programa é atender jovens dos 10 aos 29 anos, com atividades esportivas, de lazer, profissionalizantes e artísticas, porém outras faixas etárias são vistas frequentando esses locais. As principais diretrizes do Programa é a melhoria da qualidade de vida dos jovens, o fortalecimento de suas trajetórias e fomentar o protagonismo juvenil. Com o lema “cada um para cada um, cada lugar um lugar” pretende atender às diferentes necessidades das múltiplas juventudes que a cidade abriga, através de organização intersetorial. O art. 3º do Decreto municipal nº 452/2013 define como deve ser organizado o programa. “Art 3º Cada órgão deverá no âmbito de suas atribuições elaborar e coordenar um plano de ação articulado e integrado na esfera municipal voltado ao Programa Portal do Futuro” (CURITIBA, 2013, p. 01).

---

12 As políticas públicas compõem um vasto e diferenciado universo, não sendo todas do mesmo gênero, ao contrário. Na tentativa de lidar com tal complexidade e interpretar os dados para a análise das políticas públicas, foram criadas várias tipologias. Essas tipologias são instrumentos de classificação, que permitem o enquadramento das políticas em uma ou outra moldura, a partir do exame das características observáveis de um dado objeto (variáveis). É possível classificar e examinar as políticas com base em diferentes combinações de distintas variáveis, que constituem as diversas tipologias encontradas na literatura. Sublinha-se, desde já, que não há tipologia que seja exaustiva, na medida em que nenhuma delas é capaz de dar conta de todos os aspectos das políticas públicas (RUA; ROMANINI, 2013).

Essas políticas têm diferentes objetivos, de acordo com as idades atendidas. Em que pese ser uma política direcionada à juventude, e esta ser legalmente definida como um atributo de pessoas entre 15 e 29 anos, o Portal do Futuro se propõe a atender faixas etárias que vão dos 10 aos 17anos, dos 18 aos 23 anos e dos 24 aos 29 anos. Para cada uma dessas faixas etárias os objetivos são diferentes: 10-17 anos, proteção; 18-23 anos, formação; 24-29 anos, complementação (CURITIBA, 2013).

O objetivo principal do Portal do Futuro é fazer que o jovem seja protagonista de sua trajetória. Para tanto, são oferecidos cursos e atividades que podem fazer a diferença na formação de cidadãos entre 10 e 29 anos. Para estimular o protagonismo, os jovens da comunidade participam do comitê gestor da unidade, interferindo nas decisões sobre programação e agenda de cursos e atividades. O projeto trabalha com três momentos diferentes: proteção (dos 10 aos 14 anos), formação (dos 14 aos 24) e complementação (dos 24 aos 29 anos). O perfil das comunidades onde estão instalados serve de base para estabelecer a política e a oferta de serviços em cada portal. [...] As unidades integradoras funcionam todos os dias da semana e as atividades oferecidas são gratuitas. Cursos profissionalizantes como corte e costura, manicure e recuperação de computadores, têm aberto oportunidades de mudança de vida para os que os frequentam. O reconhecimento nacional do programa Portal do Futuro ocorreu neste ano, com a entrega a Curitiba do selo da Fundação Abrinq. Foram distinguidas 102 prefeituras que honraram os compromissos assumidos com a instituição, ou seja, melhoraram a vida das crianças e adolescentes em seus municípios. A estrutura dos espaços varia conforme a unidade. Em geral, conta com salas de ginástica, musculação e multiuso, espaço da leitura, sala de informática, teatro externo, auditório, sala de artes, vestiários, pista de skate, campo de futebol, piscina semiolímpica e quadra poliesportiva (CURITIBA, 2016, p.01).

A unidade Boqueirão fica aberta das 8h às 22h, inclusive aos sábados e domingos - com atividades aos sábados como as realizadas pelo projeto Comunidade da PUC/Pontifícia Universidade Católica e/ou por artistas locais (CURITIBA, 2013, p. 01). Porém, durante o período de férias escolares todas as unidades do Programa fecham o que traz muito descontentamento à população, especialmente aos estudantes.

As atividades que acontecem, como acontecem e onde acontecem devem ser decididas pelos próprios jovens usuários do programa, reunidos no Comitê Gestor de cada unidade. Cada comitê elege um gestor e um vice-gestor para sua respectiva unidade. O Comitê Gestor se reúne uma vez por mês, e/ou quando há necessidade de deliberações. As decisões dos Comitês devem ser soberanas, isso em razão do foco da política no

protagonismo juvenil, o que não impede as unidades de apresentarem um padrão no funcionamento.

Da leitura do quadro de funcionamento das atividades realizadas em cada unidade nota-se que elas não diferem muito de uma unidade para a outra, como se pode verificar no quadro de atividades do mês de novembro publicado pelo Portal do Futuro.

QUADRO 01 - ATIVIDADES REALIZADAS EM ALGUMAS DAS UNIDADES DO PORTAL DO FUTURO EM NOVEMBRO DE 2016

<b>PORTAL DO FUTURO BAIRRO NOVO</b>	Oficina de Corte e costura; Curso de Percussão para bateria de Escola de Samba Oficinas e ensaios da Escola de Samba Imperatriz da Liberdade; Oficina de moldes e costura de lingerie e moda praia; Curso de Recondicionamento de Computadores; Oficina de fotografia oferecida pelo projeto PUC Comunitário; Oficina de Inglês oferecida pelo projeto PUC Comunitário; Oficina de violão oferecida pelo projeto PUC Comunitário; Oficina de informática oferecida pelo projeto PUC Comunitário; Oficina de redação oferecida pelo projeto PUC Comunitário; Aulão de ginástica; Aulão ginástica adulto; Aulão de Zumba; Aulão Ginástica Idoso; Exposição de Graffiti;
<b>PORTAL DO FUTURO BOQUEIRÃO</b>	Oficina de Inglês oferecida pelo projeto PUC Comunitário; Oficina de violão oferecida pelo projeto PUC Comunitário; Oficina de informática oferecida pelo projeto PUC; Oficina de Fotografia Oficina de fotografia oferecida pelo projeto PUC Comunitário; Curso de Percussão para bateria de Escola de Samba Oficinas e ensaios da Escola de Samba Leões da Mocidade; Aulão de Zumba; Aulão de ginástica; Aulão de ginástica para 3ª idade; Aulão de Rítmos; Aulão de Yoga;
<b>PORTAL DO FUTURO CAJURU</b>	Curso de moldes e costura de lingerie moda praia; Aulão de Zumba; Aulão de ginástica;
<b>PORTAL DO FUTURO CIC</b>	Curso de Recondicionamento de Computadores; Oficina de Violão Oficina de violão oferecida pelo projeto PUC Comunitário; Corte e Costura Curso de moldes e costura de lingerie moda praia; Pollo Aquático; Aulão de alongamento; Aulão de ginástica para idosos; Aulão de ginástica aero; Aulão de Zumba; Zumba Juvenil; Aulas de Dança Gaúcha;
<b>PORTAL DO FUTURO MATRIZ/SOLAR DO BARÃO</b>	Oficina de Inglês oferecida pelo projeto PUC Comunitário; Oficina de Espanhol oferecida pelo projeto PUC Comunitário; Oficina de violão oferecida pelo projeto PUC Comunitário; Exposição de Fotografia Jogos de RPG; Aulas de alongamento;
<b>PORTAL DO FUTURO TATUQUARA</b>	Costura Oficina de Corte e Costura de moldes e costura de lingerie e moda praia; Oficina de Mangá; Dança Folclórica; Curso de recondicionamento de Computadores; Oficina de desenho oferecida pelo projeto PUC Comunitário; Oficina de inglês oferecida pelo projeto PUC Comunitário; Capoeira; Aulão de Zumba; Aulão de Pilates;

FONTE: Curitiba (2016).



Outras atividades são desenvolvidas nas unidades do Portal do Futuro o ano todo (com exceção do período de recesso escolar), tais como Futebol de campo, futsal, vôlei, natação, hidroginástica, lutas, aulas de dança, grafite e teatro. Ressalta-se que o Portal do Futuro tem atividades que exigem a inscrição prévia do candidato para sua realização, outras não, como o uso da pista de skate, da quadra de Futsal, e do Campo de Futebol em horários em que não há aulas programadas, por exemplo, bem como para a participação em aulas de zumba ou ginástica, alongamento ou treinamento funcional. Isso significa que o que está descrito nos relatórios de atividades internos, nem sempre condiz com a utilização real do espaço, que só é possível ser verificada mediante observação *in loco*.

É importante lembrar que Curitiba não conta com uma Secretaria de Juventude, as políticas de juventude foram adicionadas à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SMEL, que passou a ser SMELJ - Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude. O Programa de políticas para juventude foi implantado nos espaços físicos destinados à antiga SMEL e construídos outros espaços novos para a sua expansão. No entanto, mesmo nos espaços novos o modelo de ocupação continuou o mesmo da antiga SMEL, com predominância de atividades esportivas e de usuários fora da faixa etária entre 15 e 29 anos.

A unidade Boqueirão está instalada no espaço onde existia até o ano de 2013 atividades de esportes, lazer e cultura, sob a gestão da SMEL, a população local já havia se apropriado desse espaço quando as políticas de juventude foram nele implantadas. Esse quadro não mudou com a implantação do Programa, o atendimento majoritário de outras faixas etárias no local é um fato, não se trata de um espaço exclusivo da juventude, mas multigeracional.

Não se pode deixar de lembrar que nesse modelo os custos de implantação do Programa podem ter sido reduzidos, porém a ideia de maquiagem de uma política, sob o pretexto de implantação de outra, não pode ser descartada. O Programa Portal do Futuro pode ser a mesma política de esporte e lazer da SMEL, com o diferencial da gestão juvenil, e não exatamente uma política para juventude - para que se possa afirmar isso é necessário um estudo mais profundo e detalhado da gestão do Programa, o que não é objetivo dessa

pesquisa. Esse Programa se aproxima mais de um modelo de gestão voltado ao protagonismo juvenil que propriamente de uma política para juventude.

Em que pese o espaço da unidade Boqueirão se encontrar sob a gestão do Programa de políticas para juventude Portal do Futuro pode-se observar que a maioria dos seus usuários (44%) tem entre 30 e 59 anos. Os jovens entre 15 e 29 anos representam aproximadamente 28% do total de indivíduos presentes no local, com maior concentração da faixa etária entre 15 e 20 anos de idade, seguidos pelos menores entre 10 e 14 anos que representam cerca de 17% dos usuários. Ainda que considerada a perspectiva do programa para os próximos 5 anos, somados os que são jovens hoje com os que entrarão nessa classificação nos próximos 5 anos chega-se a 45% dos atendimentos, nem metade dos usuários será representada por jovens, quiçá exclusivamente jovem.

A razão para a relativa baixa participação da juventude em um espaço com atividades, em tese, destinadas a ela pode ser a divulgação insuficiente e a contenção de custos, com os recursos destinados a uma política de juventude atende-se todas as faixas etárias. A maioria dos jovens usuários refere ter tomado conhecimento da existência desse espaço através de amigos ou familiares (46.1%), ou ter ficado sabendo por morar perto e passar em frente ao local (30.8%). A escola aparece como fonte da informação em 15% das respostas. Outros 7.7% ficaram conhecendo o espaço por conta de convite para trabalhar no local - esses percentuais são referentes ao total de jovens da unidade, 191 indivíduos, abordados durante contagem manual dos frequentadores.

Não fosse o histórico de sucessão a uma política de esporte e lazer, poderia ser dito que a política executada no Portal do Futuro privilegia os esportes como forma de atendimento dos jovens e que essa postura é consonante com as agendas que assumem a interpretação de que juventude não é somente uma fase de transição entre escola e trabalho, mas também tempo de fruição, e que quando for uma transição, esta pode ser prolongada e esse tempo ocupado com atividades que proporcionem saúde, bem estar, engajamento e socialização aos jovens - uma política voltada principalmente para jovens de classe média. Fosse esse o caso, seria possível dizer que se trata de uma postura mais alinhada às agendas

impostas internacionalmente, às quais o país se alinhou com o propósito de ocupar o tempo livre dos jovens.

[...] algumas propostas foram guiadas, sobretudo, pela ideia de prevenção, de controle ou de efeito compensatório de problemas que atingiriam a juventude, transformada, esta, em um problema para a sociedade. Como exemplo, cita-se a grande proliferação de programas esportivos, culturais e de trabalho, orientados para o controle social do tempo livre dos jovens e destinados particularmente para os moradores dos bairros pobres das grandes cidades. Prevaleram, portanto, políticas focalizadas em setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão – normalmente, os grupos visados encontravam-se na juventude urbana, pobre e negra. De forma geral, eram iniciativas pontuais de curta duração e voltadas para a inclusão social de jovens via oficinas de capacitação, visando melhorar a inserção no mundo do trabalho (SILVA; ANDRADE, 2009, p.49).

Da análise da Agenda 2030 (ONU, 2015) conclui-se que tal postura já está ultrapassada, essa Agenda traz uma visão voltada à correção de desigualdades sociais, a erradicação da pobreza, a promoção de saúde e educação de qualidade para todos os jovens, e do desenvolvimento sustentável do Planeta, uma postura diferente daquela voltada para o controle da violência juvenil e ocupação de tempo livre. A postura política que investia nas políticas de esporte e lazer via a juventude como um tempo em que o indivíduo está propenso à violência e que por isso o jovem deve ter seu tempo ocupado e suas energias canalizadas para atividades pacíficas (SILVA; ANDRADE, 2009). A nova postura adotada entende que a violência é resultado das desigualdades sociais a que indivíduos jovens ou não são expostos e que corrigir essas desigualdades é a única forma de controlar a violência e outros problemas sociais.

Nestes Objetivos e metas, estamos estabelecendo uma visão extremamente ambiciosa e transformadora. Prevemos um mundo livre da pobreza, fome, doença e penúria, onde toda a vida pode prosperar. Prevemos um mundo livre do medo e da violência. Um mundo com alfabetização universal. Um mundo com o acesso equitativo e universal à educação de qualidade em todos os níveis, aos cuidados de saúde e proteção social, onde o bem-estar físico, mental e social estão assegurados (ONU, 2015, p.04).

Seria possível dizer que o modelo de política para juventude implantado no Portal do Futuro tem base em atividades de lazer, cultura e esportes, por que segue um padrão importado das agendas internacionais, porém essa interpretação seria forçosa, no caso estudado. Isso por que as atividades "implantadas" pelo programa já existiam sob a rubrica de "esporte e lazer" destinada a toda a comunidade, não só à juventude, o que permaneceu inalterado, dado que a representação de cada faixa etária dentro do programa equivale à sua representatividade na comunidade.

Feitas essas considerações, mais acertada é a interpretação de que se trata de uma mudança na forma de gestão das verbas na rubrica de esporte e lazer do Município, aliada ao objetivo de fomentar o protagonismo juvenil, sem, contudo, mudar o público usuário dos espaços geridos. Em síntese, o Programa Portal do Futuro é mais um programa de gestão jovem que uma política de promoção de agendas de juventude.

Nota-se nos dados obtidos na pesquisa que a proporção de jovens acima de 20 anos é pequena, e que não foram identificados no local jovens que cursam o ensino superior - nem trabalhando, nem sem trabalho - o que é um indicativo de que o público com possibilidade de transição prolongada, com maior investimento no tempo de escola, não tem participado nesse espaço. As mulheres jovens têm uma participação muito aquém da sua proporcionalidade na comunidade, elas têm dificuldades para acessar esse espaço, muito provavelmente por estarem insertas no mercado de trabalho, cuidando de filhos ou de afazeres domésticos. Não existem ações no Programa que visem atender jovens mães, as vagas nas creches públicas são poucas e destinadas a filhos de mães que trabalham, as mães que cuidam de seus filhos pessoalmente não têm direito a deixá-los nas creches para acessar uma política como essa, enquanto que as mães que trabalham fora não acessam por que o trabalho não lhes permite. Razão pela qual as jovens mães que foram identificadas utilizando-se do espaço do Portal do Futuro Boqueirão tinham filhos em idade escolar, e utilizavam o espaço enquanto o filho estava na escola. Já as mães com filhos menores de 6 anos, que representam maioria na faixa de 15 a 29 anos, não têm essa possibilidade. Dizer que o Programa Portal do Futuro não inclui mulheres seria uma inverdade, na medida em que em observação do campo se nota que a maioria dos usuários do espaço do Portal do Futuro Boqueirão é formada por mulheres. Porém, não são mulheres jovens, elas têm mais de 30 anos e muitas podem acessar o Programa por que não trabalham

fora, os filhos estão em idade escolar e/ou podem levá-los consigo. Dessa forma a jovem mãe com filhos menores de 6 anos corre o risco de somente acessar uma política destinada a jovens quando não for mais jovem. Do ponto de vista da política de juventude esse dado é preocupante, no entanto, do ponto de vista das políticas públicas em geral não é, por que o Programa acaba atingindo a comunidade como um todo.

A População jovem de Curitiba, na faixa etária entre 15 e 29 anos computava 463.816 no último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010. Esses dados indicam que 26,47% da população de Curitiba estavam nessa faixa etária em 2010, indicavam também as quantidades de indivíduos de homens e mulheres jovens em cada região da cidade. Aqui selecionadas conforme as regionais de atendimento do Programa Portal do Futuro. O total da população jovem do Boqueirão (homens e mulheres) entre 15 e 29 anos era de 52.602 indivíduos em 2010, de acordo com o último censo realizado pelo IBGE e publicado pelo Portal do Futuro em 2015 (CURITIBA, 2015).

TABELA 07 - POPULAÇÃO JOVEM POR REGIONAL, FAIXA ETÁRIA E GÊNERO

População jovem por regional, faixa etária e gênero				População jovem por regional, faixa etária e gênero			
REGIONAL	FAIXA ETÁRIA	HOMENS	MULHERES	REGIONAL	FAIXA ETÁRIA	HOMENS	MULHERES
Bairro Novo	10 a 14	6.765	6.641	CIC	10 a 14	7.779	7.628
	15 a 19	6.702	6.836		15 a 19	7.710	7.635
	20 a 24	6.738	6.947		20 a 24	8.043	8.128
	25 a 29	6.740	6.855		25 a 29	8.369	8.377
Santa Felicidade	10 a 14	5.789	5.567	Cajuru	10 a 14	8.691	8.399
	15 a 19	5.992	5.852		15 a 19	9.038	8.761
	20 a 24	6.218	6.390		20 a 24	9.797	9.451
Portão	10 a 14	7.801	7.562	Boqueirão	25 a 29	9.438	9.819
	15 a 19	8.852	8.852		10 a 14	7.801	7.531
	20 a 24	10.629	11.069		15 a 19	8.226	7.987
	25 a 29	11.508	12.056		20 a 24	8.644	8.627
Pinheirinho	10 a 14	8.162	7.687	Boa Vista	25 a 29	8.808	9.309
	15 a 19	7.559	7.717		10 a 14	9.120	8.684
	20 a 24	7.502	7.664		15 a 19	9.509	9.177
	25 a 29	7.835	8.192		20 a 24	10.787	10.698
Matriz	10 a 14	4.242	4.144	<b>TOTAL</b>	25 a 29	11.090	11.649
	15 a 19	6.463	6.744			<b>296.124</b>	<b>297.685</b>
	20 a 24	10.299	10.923				
	25 a 29	10.793	11.163				

FONTE: Curitiba (2015).

O número de atendimentos realizados pelo Programa Portal do Futuro até 2015 foi de aproximadamente 10.000 indivíduos, de acordo com informação veiculada pela coordenadora

do Programa, Luciane Vanessa Fagundes Mendes, em palestra proferida na 3ª Conferência Municipal de Juventude, em 2015 (CURITIBA, 2015). O que confere com os dados informados por e-mail pela mesma coordenadora em novembro de 2016:

TABELA 08 - INSCRITOS NO PORTAL DO FUTURO DESDE O INÍCIO DAS ATIVIDADES/ 2013

TODAS AS UNIDADES DO PROGRAMA			UNIDADE BOQUEIRÃO	
ANO	INSCRITOS GERAL	PASE (10-17)	INSCRITOS GERAL	PASE (10-17)
2013	-	399	-	-
2014	1257	1395	308	314
2015	1513	1608	258	508
2016	1458	2037	319	593

FONTE: SMELJ. A AUTORA, 2016.  
PASE<sup>13</sup>.

Esse número apresentado pela coordenação do Programa diz respeito a um computo geral, baseado em relatório oficial da instituição. Em contagem manual na unidade Boqueirão do Portal do Futuro, 682 pessoas realizaram atividades no local na semana de referência da pesquisa, destas 191 (28% do total) estavam na faixa etária de 15 a 29 anos.

Os referidos dados não foram coletados nos relatórios da unidade, por que estes somente computam os inscritos, muitos jovens inscritos não frequentam as atividades, enquanto outros não inscritos frequentam com assiduidade.

Dessa forma, os dados oficiais podem não refletir a realidade local, num dado momento, razão pela qual se fez necessária a contagem manual dos presentes em cada atividade durante a semana de referência da pesquisa - de 07 a 11 de novembro de 2016.

---

<sup>13</sup> O PASE - Programa de Atendimento Socioesportivo - visa prestar atendimento a crianças e adolescentes de 6 a 17 anos através de atividades físicas para sua socialização, qualidade de vida, desenvolvimento do acervo motor, aprimoramento de técnicas e táticas esportivas e, conseqüentemente, ocasionar transformações biopsicossociais. As atividades acontecem nos Centros de Esporte e Lazer e em espaços alternativos das Associações que firmam convênio com a Prefeitura. Durante o ano, são realizados torneios de futsal, voleibol, vôlei de praia, basquetebol, futebol de areia, entre outras modalidades, bem como Festivais Esportivos para faixas etárias menores que visam à integração de todos os participantes do programa (SMELJ, 2016).

Os jovens que frequentam o Portal do Futuro Boqueirão estão distribuídos em diversas atividades, dias e horários, em turmas mistas (masculina/ feminina, diversas idades) e em atividades livres. No geral há mais mulheres que homens participando das atividades, porém quando se analisa o público jovem, a maioria dos participantes é masculina.

TABELA 09 - AS ATIVIDADES PARA A FAIXA ETÁRIA DE 15 A 29 ANOS.

Atividade	Homem	Mulher	Total
Futebol	35	-	35
Voleibol	16	09	25
Natação	03	02	05
Treinamento-funcional-Ginástica	05	10	15
Muai Thay	06	04	10
Jut-Jitsu	04	02	06
Zumba	03	11	14
Boxe	04	-	04
Futsal	25	-	25
Basquete	15	-	15
Skate	11	02	13
Grafite e atividades livres	12	18	30
Corte e costura	-	04	04
Coreografia e dança	02	-	02
Total	191		

FONTE: A AUTORA

As oficinas de inglês, violão, informática e Fotografia - projeto PUC Comunitário - não foram observadas na semana de referência da pesquisa, tampouco durante o período de observação participante, apenas no quadro de atividades. Igualmente o Curso de Percussão para bateria de Escola de Samba, da Escola de Samba Leões da Mocidade.

O Portal do Futuro também promove concursos de dança, campeonatos de natação, futsal, futebol e voleibol, além de abrir espaço para os jovens que desejam frequentar atividades eventuais (livres), como shows, oficinas, festas entre outras. As oficinas podem ser de grafite, tatuagem, teatro ou outras formas de expressão artística, nas quais os próprios jovens são instrutores voluntários, como é o caso dos grafiteiros Israel e Fernando (Figura 01). Os jovens grafiteiros expressam sua arte nos muros e paredes da instituição, com materiais próprios ou fornecidos pelo Programa, em todos os espaços da instituição é possível ver as artes realizadas por eles. A atividade é livre, os mais experientes ensinam os novatos, e

dessa forma se dissemina a arte do grafite. Além do grafite aprendem e ensinam a arte de tatuar. Os shows de jovens artistas da comunidade ou de fora dela, são com entrada franca, e além de se apresentarem, os jovens também podem dar aulas de dança e coreografias - na foto André Jackson, cover de Michael Jackson com seus colegas de trabalho que fazem cover de Elvis Presley e Merlin Monroe (Figura 06). O Programa recebe ainda apoio da Fundação Cultural de Curitiba, em especial na promoção de projetos artísticos juvenis.

FIGURA 01 - GRAFITE REALIZADO NO PRÉDIO DA UNIDADE BOQUEIRÃO.



FONTE: Curitiba (2016). A Autora.

Para conhecer melhor os jovens usuários do Programa, são realizadas incursões no campo de formas variadas, primeiro através de observação participante iniciada em junho de 2016, nas dependências da unidade Boqueirão, depois durante uma semana no mês de novembro os jovens - inscritos e não inscritos - sua utilização daquele espaço físico, rotinas, atividades, e a relação dos usuários com os funcionários.

Nesse mesmo período foram realizadas entrevistas, preenchidos questionários com usuários e funcionários, e realizado um grupo focal com jovens de 15 a 17 anos. São



pesquisados através de questionários 14 indivíduos na faixa etária entre 15 e 17 anos, e 10 na faixa de 18 a 29 anos, totalizando 24 jovens abordados por essa técnica. No grupo focal são reunidos 10 jovens de 15-17 anos e na observação do campo investigados 70 indivíduos através de observação das atividades dentro da unidade, perguntas diretas e indiretas ao próprio jovem e aos instrutores e funcionários. Foram realizadas entrevistas com 54 jovens na faixa etária entre 15 e 17 anos, durante a contagem manual dos frequentadores da unidade Boqueirão.

A somatória de jovens abordados pelas três técnicas (questionário, grupo focal e entrevistas) é de 168 indivíduos - os demais jovens foram observados de forma indireta, através de informações sobre eles fornecidas por outros jovens e professores.

Um desenho do perfil do jovem frequentador do Portal do Futuro Boqueirão com base nos resultados da pesquisa indica que: ele é homem, tem entre 15-20 anos, brasileiro, natural de Curitiba, de cor branca, heterossexual, solteiro, mora com os pais, renda familiar entre 2 e 3 salários mínimos, pratica esportes (principalmente futebol), estuda próximo ao seu local de residência e não trabalha. Acredita na educação como forma de mobilidade social, não acredita que a participação política possa melhorar suas condições de vida e entende que seu futuro depende apenas do seu esforço pessoal e da família.

A partir da amostra levantada foi identificada a atividade que mais concentra jovens de baixa renda (menos de 3 salários mínimos), com idade entre 15-29 anos. São escolhidos o futebol de campo e as atividades livres para a aplicação do questionário e a realização do Grupo Focal. No futebol concentraram-se os jovens entre 15-17 anos, nas atividades livres jovens entre 15-29 anos de idade.

Os resultados da pesquisa aplicada através de questionários confirmam as falas dos jovens no grupo focal, onde inicialmente a seguinte questão foi colocada para que se manifestassem a respeito: “Quando se fala em educação, trabalho e inclusão social, no que você pensa?” Inicialmente deu-se um silêncio, ninguém queria ser o primeiro a falar, diante disso a mediadora perguntou à facilitadora (sua filha, que estava no grupo, de forma anônima): você, o que pensa sobre isso?

A adolescente então respondeu usando a fala que havia decorado para dizer: “inclusão social eu não sei o que é, mas acho que pode ser educação e pode ser trabalho... mas não só isso, né... pode ser outras coisas também”. “Pode ser também jogar bola?” (Carlos). “Skate” (Bruno); “Pode ser ter casa, comida, uns panos descollados, né tia?” (Pedro); “Skate é trabalho?” (Gustavo); “Tem cara que é profissional, ganha a maior grana com skate, guto” (Bruno).

Vocês acreditam que essas coisas a que consideram como inclusão social podem chegar até os vocês através de participação em eventos políticos, como passeatas, ocupações de escolas, participação em partidos políticos e outras formas de exigir políticas do Governo?

“Acho que se a gente não exigir os direitos ninguém vai dar de graça” (Pedro); “Governo não faz nada cara, político só está lá para roubar, se a gente não se esforçar, estudar para ter um trabalho, ferrou velho, não perco tempo com isso não” (Patrick).

Quando questionados quanto ao trabalho que gostariam de exercer se pudessem escolher, a maioria ficou entre engenharia e advocacia, mas sugeriram outras opções diferentes:

“Eu quero ser youtuber, e conhecer outros países, já tenho um canal e se eu puder conhecer outras culturas vou poder mostrar coisas que os caras não conhecem ainda, acho que é maior legal ser youtuber” (Gustavo); “Queru ser jogador de futebol” (Pedro).

Quanto às questões sociais que os preocupam, a que mais se destaca é a segurança pública: “Eu queria que a polícia ficasse na saída da escola quando a gente vai para casa...meu primo e meu amigo já foram assaltado na frente da escola” (Gustavo).

No grupo focal realizado com jovens na faixa etária entre 15 e 17 anos, selecionados na atividade futebol (em razão do critério da renda familiar), são todos do sexo masculino, nove declaram ser heterossexuais e um homossexual, 8 são nascidos em Curitiba, um do interior do Paraná e um de fora do estado. Dos 10 participantes 4 se declaram brancos e 6 não-brancos, 6 deles moram com os pais, 3 mora com a mãe e um mora com a avó. Todos pertencem a famílias com renda de um a 3 salários mínimos, dentre eles dois declaram renda familiar de até um salário mínimo. As questões de maior destaque nas falas foram o futebol, o

skate, o trabalho, a educação, o consumo e a segurança pública. O discurso da meritocracia é muito forte nas falas dos jovens, inclusive dos mais pobres.

Na faixa etária de 15 a 17 anos os indivíduos do sexo masculino também representam maioria entre os usuários entrevistados durante a contagem manual dos frequentadores do local. Em que pese mulheres desse subgrupo apresentarem maiores taxas de desemprego e de evasão escolar que os homens, e em tese disporem de tempo livre para usufruir de espaços como o que é disponibilizado na unidade Boqueirão, elas se beneficiam menos do Programa que os jovens do sexo masculino.

A razão pode estar na mesma causa que afasta mulheres da escola e/ou do trabalho nessa fase, a “maternidade precoce”. Coloca-se aqui o termo entre aspas, por que a partir da menarca, analisados os aspectos biológicos, uma mulher está pronta para procriar. O discurso da maternidade precoce é um discurso político que visa um determinado modelo de sociedade que posterga a maternidade para cada vez mais tarde.

As entrevistas durante a contagem manual, referidas acima, são realizadas somente com jovens de 15 a 17 anos, em razão dos objetivos da pesquisa que tem seu foco principal nesse subgrupo. Nessa faixa etária somadas todas as técnicas são ouvidos na pesquisa 87 indivíduos: 54 na contagem manual, 10 no grupo focal, 15 nos questionários e 8 em entrevistas na unidade Cajuru.

Os dados das tabelas acima são coletados através de questionário com jovens entre 15 e 29 anos (21 indivíduos), divididos em dois subgrupos de faixas etárias 15 a 17 anos (15 indivíduos) e 18 a 29 anos (06 indivíduos). A quantidade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos que frequentam o Portal do Futuro é relativamente baixa comparada a presença de outras faixas etárias no local.

Na faixa etária de 15 a 17 anos 15 indivíduos responderam ao questionário, desses 12 naturais de Cutiba, 02 do interior do Paraná e 1 de outro estado, 11 homens e 4 mulheres se declaram cisgênero, desses 13 se indetificam como heterossexuais, e um homem e uma mulher se identificam como homossexuais; todos se declaram solteiros e sem filhos; 6 homens se declaram de cor branca e 4 de cor não-branca, enquanto as 4 mulheres se declaram não branca.

Entre os jovens com idade de 18 a 29 anos que responderam ao questionário na semana de referência da pesquisa, 05 são naturais de Curitiba e 2 do interior do Paraná, 4 homens e 2 mulheres, todos se declaram cisgênero e heterossexual; 3 homens e uma mulher se declaram solteiros e 1 homem e 1 mulher se declaram casados; todos se declaram de cor branca; um homem e uma mulher declaram ter filhos. No subgrupo de 18 a 29 anos a situação de trabalho e renda é um pouco melhor que o da faixa etária de 15 a 17 anos, 2 homens e 1 mulher estão empregados, enquanto 2 homens e 1 mulher estão fora do mercado de trabalho; 03 homens e 2 mulheres realizam tarefas domésticas e 1 homem realiza eventualmente; quanto a renda familiar todos declaram renda de até 3 salários mínimos. Relativamente à situação de trabalho e renda do subgrupo na faixa etária entre 18 e 29 anos as condições de homens e mulheres são parecidas, guardadas as proporções de representação (maioria masculina), lembrado que o teto de 3 salários mínimos é critério de corte na amostra.

Quanto à situação de trabalho e renda dos jovens com idade entre 15 e 17 anos que responderam ao questionário, de 15 jovens entrevistados apenas 1 se encontrava empregado, 14 estudavam e somente 1 estava fora da escola (este também não estava empregado); 9 homens e 4 mulheres declaram que realizam tarefas domésticas, enquanto 2 homens declaram que não; 3 homens e 1 mulher declaram renda familiar de até 1 salário mínimo, enquanto 8 homens e 3 mulheres declaram renda familiar de 2 a 3 salários mínimos;

Ressalta-se que quanto à situação de trabalho e renda dos entrevistados no subgrupo de 15-17 anos de idade, a maioria declara não estar no mercado de trabalho, mas todos realizam tarefas domésticas. Os jovens desse subgrupo que declaram ter renda familiar de até um salário mínimo representam 18,98% dos entrevistados na faixa etária entre 15 e 29 anos. Nenhum dos indivíduos entrevistados na faixa etária de 15 a 17 anos declara ter 1 ou mais filhos. A situação educacional dos entrevistados no subgrupo de 15 a 17 anos apresenta resultados condizentes com os índices gerais de Curitiba (apresentados no capítulo anterior). Nesse subgrupo que respondeu ao questionário são identificados 3 jovens que declararam não estar no mercado de trabalho e não frequentar a escola regular. No entanto consideram que a escolarização é determinante para o seu futuro e que não encontraram dificuldades em ingressar ou se manter na escola, o que é um indicativo de não são capazes de associar o afastamento da escola com questões relacionadas às políticas de educação ou ao modelo de

ensino. Entre os 15 jovens entrevistados nessa fase, 11 consideram que a escolarização pode determinar o seu futuro, 01 não acredita nessa afirmação, 01 ficou em dúvida e 02 não responderam. Questionados se encontram ou encontraram dificuldades em ingressar ou permanecer na escola 13 responderam que não, 1 respondeu que sim, e 1 não respondeu; quanto à escolaridade declaram ter ensino fundamental incompleto 06 indivíduos do sexo masculino e 1 do sexo feminino, 1 mulher tem o ensino fundamental completo, 4 homens e 2 mulheres têm ensino médio incompleto e 01 homem não respondeu; entre os 15 jovens 12 estão frequentando o ensino regular e 3 estão fora da escola.

Dos jovens que declaram não frequentar a escola no subgrupo de 15 a 17 anos um tem o ensino fundamental incompleto e dois declaram ter abandonado a escola durante o Ensino Médio. As principais motivações alegadas pelos jovens que não frequentam a escola é a necessidade de trabalhar. Deixam a escola para trabalhar e após perderem os empregos que os tiraram da escola não conseguem voltar, na maioria dos casos por que não querem estudar com pessoas de idade diferente da deles, e preferem procurar novo emprego.

A estrutura socioeconômica com a qual esses jovens podem contar pode ser vislumbrada através dos dados acerca da situação de trabalho, escolaridade, cor da pele e moradia dos seus pais.

TABELA 10 - SITUAÇÃO SOCIOFAMILIAR DOS JOVENS USUÁRIOS DA UNIDADE BOQUEIRÃO DO PORTAL DO FUTURO NA FAIXA ETÁRIA DE 15-17 ANOS

Sua Mãe		Trabalha	Estuda		
Sim		11	-		
Não		03	14		
Não respondeu		01	01		
Seu Pai		Trabalha	Estuda		
Sim		11	-		
Não		02	13		
Não respondeu		02	02		
Cor Da Pele		Branca	Não Branca	Não respondeu	
Mãe		06	08	01	
Pai		10	03	02	
Escolaridade do Pai	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Não respondeu
	04	04	01	03	03

“continua...”

“continuação”

TABELA 10 - SITUAÇÃO SOCIOFAMILIAR DOS JOVENS USUÁRIOS DA UNIDADE BOQUEIRÃO DO PORTAL DO FUTURO NA FAIXA ETÁRIA DE 15-17 ANOS

Escolaridade da Mãe	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Não respondeu
	07	04	-	03	01
Mora com	Mãe	Pai	Pais	Avós	
	06	-	08	01	

FONTE: A autora, 2016.

A representatividade em termos percentuais dentro do universo da pesquisa pode não ser expressiva, porém os dados quantificados ajudam a identificar as condições dos jovens. Nas análises individuais pode-se inferir que o fato de ter mãe de pele branca e com ensino fundamental completo (ou mais) impacta positivamente na condição de escolaridade e de trabalho dos jovens.

Entre os jovens na faixa etária de 18 a 29 anos 04 declaram acreditar que a escolarização determina o futuro dos jovens e que não encontrou dificuldades para ingressar ou se manter na escola, e somente 1 declara que não crê nessa afirmação e encontrou dificuldades em se manter na escola. Relativamente à escolaridade, os jovens declaram ter Ensino Médio completo ou acima na totalidade dos que responderam ao questionário nesse subgrupo, e nenhum se encontra matriculado em escola regular.

Quanto à situação socioeconômica e familiar dos jovens do subgrupo de 18 a 29 anos ela é relativamente melhor que a do subgrupo de 15 a 17 anos de idade, por contar com pais com nível de escolaridade e renda mais favoráveis. Além de ser melhor a situação desse subgrupo pelo nível de escolaridade e renda dos pais, esta também alcança melhores índices por contar com indivíduos casados, em razão da tendência dos novos núcleos familiares serem menores que o da família de origem, o que aumenta a renda per capita da família.

TABELA 11 - SITUAÇÃO SÓCIOFAMILIAR DOS JOVENS USUÁRIOS DA UNIDADE BOQUEIRÃO DO PORTAL DO FUTURO/ FAIXA ETÁRIA 18-29 ANOS

	Trabalha	Estuda	Pele Branca	Pele Não Branca
Sua Mãe	04	-	06	-
Seu Pai	04	-	02	04

“continua”

“continuação”

TABELA 11 - SITUAÇÃO SÓCIOFAMILIAR DOS JOVENS USUÁRIOS DA UNIDADE BOQUEIRÃO DO PORTAL DO FUTURO/ FAIXA ETÁRIA 18-29 ANOS

Escolaridade Do Pai	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Completo ou acima	
	02	01	01	02	-	
Escolaridade da Mãe	02	02	-	-	02	
Mora com	Mãe	Pai	Pais	Avós	Cônjuge	Sozinho (a)
	01	-	02	-	02	01

FONTE: A Autora (2016).

Conforme demonstrado no capítulo anterior o grupo formado por mulheres negras ou pardas, com ensino fundamental incompleto é o que apresenta a maior taxa de desemprego, suporta as condições de trabalho mais precárias e auferem os menores salários, dentre todos os trabalhadores. A cor de pele do pai e a presença dele no núcleo familiar impactam na possibilidade de evasão escolar dos jovens, não por questões psicológicas ou morais, mas por representar mais uma renda somada à renda familiar, e na maior parte das famílias uma renda maior que a da mulher, por que homens recebem melhores salários que mulheres.

Em entrevistas é destacável a declaração de que o momento em que o jovem deixou a escola em busca de trabalho coincidiu com a separação dos pais, ou com a negação de auxílio financeiro por parte do pai. O fato de ter casa própria se mostra como um fator relevante para a permanência do aluno na escola. Entre os que deixaram a escola antes de concluir os estudos a maioria declara pagar aluguel.

Todos os jovens que declaram não frequentar a escola, não ter concluído o ensino médio e não estar inserto no mercado de trabalho declaram que suas mães têm pele não-branca e ensino fundamental incompleto.

Quanto à participação política os jovens desse subgrupo se mostram relativamente mais interessados, chegando a 19,04% dos entrevistados os que declaram considerar importante a participação política, e a 9,5% os que já participaram de alguma forma. Isso considerando a representação dentro do grupo de 15 a 29 anos, quando analisados dentro do subgrupo ao qual pertencem 2/3 considera importante participar e 1/3 já participou.

Na totalidade dos entrevistados desse subgrupo declaram que o Portal do Futuro contribui para a inclusão social dos jovens. Também a relação entre discriminação e exclusão é melhor percebida pelos jovens desse subgrupo sendo que declaram se sentir mais discriminados, quando declaram, que excluídos.

Além do questionário foram realizadas entrevistas escritas com 54 jovens de 15 a 17 durante a contagem Manual dos usuários da unidade Boqueirão do Portal do Futuro, nos mesmos moldes das realizadas no grupo focal.

Entre as manifestações políticas citadas pelos entrevistados estão ocupação de escola, passeata gay e Conselho Educacional. Os jovens que se declaram homossexuais, também declaram interesse e participação em eventos em defesa de direitos de gênero e contra os preconceitos.

As falas nas entrevistas são bastante repetitivas, de forma que o que é selecionado aqui são os trechos onde as respostas se mostram diferentes e apontam questões de relevância para a análise do tema. As respostas repetitivas são quantificadas e apresentadas em forma de tabelas. A pesquisa optou por focar na apresentação do conteúdo qualitativo produzido com os jovens que se declaram fora da escola e do mercado de trabalho, com renda familiar de até 3 salários mínimos.

FIGURA 02 - FALAS DE PEDRO HENRIQUE, SUBGRUPO DE 15-17 ANOS DE IDADE

ENTREVISTA

1 Você já participou de alguma Conferência, Conselho, fórum, grupo de defesa de direitos, partido político, ocupação de escola ou manifestação de rua?

Sim  
 Não

1.1 Se respondeu sim:

1.1.1 Qual o evento? passeata GAY

1.1.2 Como ficou sabendo do evento?  
Pelo meu amigo

1.1.3 Por que achou importante participar? para não haver mais preconceito

1.1.4 Qual a temática lhe chamou atenção no evento?  
 Apoio ao empreendedorismo juvenil

(Pedro Henrique)



Mesmo os que declaram não acreditar em manifestações políticas como forma de mudar sua realidade social, quando chamado a assumir uma pauta em situação hipotética de manifestação optam pela temática educacional e fazem proposições no sentido de resolver questões que lhes incomodam no seu cotidiano escolar. A crença na educação como fator de mobilidade social e no esforço próprio para alcançar seus objetivos é a tônica dos discursos desses jovens.

FIGURA 03 - FALAS DO ENTREVISTADO KLEVISSON, SUBGRUPO DE 15-17 ANOS DE IDADE.

ENTREVISTA

1 Você já participou de alguma Conferência, Conselho, fórum, grupo de defesa de direitos, partido político, ocupação de escola ou manifestação de rua?

Sim  
 Não

1.1 Se respondeu sim:

1.1.1 Qual o evento? Reunião na escola

1.1.2 Como ficou sabendo do evento?  
Conversaram em sala

1.1.3 Por que achou importante participar?  
Para melhorar nas escolas

1.1.4 Qual a temática lhe chamou atenção no evento?  
 Apoio ao empreendedorismo juvenil

(Klevisson)

A temática de preferência da maioria dos entrevistados é a educação, a preocupação com os estudos e ligação desses com as possibilidades de ter um futuro melhor é evidenciada nas falas deles.

FIGURA 04 - FALAS DO ENTREVISTADO LUCAS, SUBGRUPO DE 15-17 ANOS DE IDADE

ENTREVISTA COM QUESTÕES MISTAS

1 Você já participou de alguma Conferência, Conselho, fórum, grupo de defesa de direitos, partido político, ocupação de escola ou manifestação de rua?

Sim  Não

1.1 Se respondeu sim:

1.1.1 Qual o evento? - CONSELHO EDUCACIONAL SOBRE A ESCOLA

1.1.2 Como ficou sabendo do evento?  
- ATRAVES DOS ANÚNCIOS ESPALHADOS PELA ESCOLA

1.1.3 Por que achou importante participar?  
PORQUE ATRAVES DELE FORAM DECIDIDAS VARIAS METAS PARA UM FUTURO MELHOR DA ESCOLA

1.1.4 Qual a temática lhe chamou atenção no evento?

(Lucas)

Os jovens que declaram participar de manifestações políticas têm maior clareza de sua situação social e das pressões, discriminações e exclusões às quais estão submetidos diariamente, além disso demonstram capacidade de relacionar exclusão e discriminação em situações hipotéticas propostas no grupo focal.

#### 4.1 “NEM-NEM” NO PORTAL DO FUTURO BOQUEIRÃO E CAJURU

Desenhado o espaço juvenil no qual se pretende analisar a inclusão dos jovens “nem-nem” passa-se a trabalhar a questão específica, os “nem-nem” no Portal do Futuro Boqueirão e Cajuru. Esculpir o perfil juvenil da unidade é importante para que se possa ter parâmetros de avaliação da inserção dos jovens sem trabalho e sem escola.

Na idade de 15 a 29 anos, em um grupo de 21 jovens pesquisados, através de questionários 6 se declaram sem trabalho e sem escola na semana de referência da pesquisa, o que em uma análise dura representaria uma taxa “nem-nem” altíssima, na casa de 28,5%. No entanto, não é razoável analisar realidades de fases tão distintas da trajetória do jovem da mesma forma - 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos - por que estas comportam necessidades bastante diferenciadas.

No subgrupo de 18 a 29 anos dois dos seis jovens “nem-nem” têm Ensino Médio completo e uma apresenta Ensino Superior incompleto - sexo feminino, casada e com filho. Estes três jovens reúnem condições legais para adentrar ao mercado de trabalho, e, considerando que o Ensino Superior não é obrigatório no país, esses jovens podem ser mais bem classificados como desempregados que como “nem-nem”. Ressalta-se que diante da realidade educacional brasileira é normal que não estejam estudando, visto que o Ensino Superior não está no alcance da maioria dos jovens no país. Quanto à jovem dona de casa que se encontra na faixa etária de 25 a 29 anos, com Ensino Superior incompleto, nem como desempregada ela pode ser classificada, pois executa trabalhos domésticos e cuida do próprio filho no recinto de seu lar.

Diferentemente dos três jovens na faixa etária de 15 a 17 anos que não trabalham, nem estudam, e não concluíram o ensino médio, especialmente, por se encontrarem numa faixa etária na qual se espera que estejam cursando o Ensino Médio. O jovem de 15 anos, não se classifica como “nem-nem” por que ainda não tem idade legal para trabalhar, é um caso de evasão escolar. Já os dois jovens na idade de 16 e 17 anos poderiam ser classificados como “nem-nem”, pois já têm idade para entrar para o mercado de trabalho e era esperado que estivessem cursando o Ensino Médio. No entanto, todos declaram realizar tarefas domésticas e estas são reconhecidas como trabalho, ainda que não remunerado. Todas essas ponderações analíticas que distinguem diferentes realidades fazem com que a taxa “nem-nem” na unidade Boqueirão do Portal do Futuro caia de assustadores 28,5% para não mais que 9.5%. Resultado muito parecido ao que chegaram as análises de Adalberto Cardoso (2013) discutidas no capítulo anterior.

Deixadas as limitações legais de lado e considerada a realidade laboral do brasileiro mediano, vê-se que esses jovens deixaram a escola para trabalhar e depois ficaram sem escola e sem emprego, por isso podem ser classificados como desempregados sem escola. Considerando suas declarações de que querem trabalhar e de que gostariam de voltar a estudar, o mais certo seria classificá-los como “sem trabalho e sem escola”, e não como quem “nem estuda e nem trabalha”, por que colocadas dessa forma essas palavras levam a crer que eles não estudam e nem trabalham de forma voluntária, o que não condiz com os dados apurados.

As razões pelas quais eles não têm acesso à escola e ao trabalho são várias, mas nenhuma diz respeito ao interesse deles em estar nessa condição. Das principais questões apontadas nas falas desses jovens, a desperiodização é a mais apontada como fator de afastamento da escola, pois não querem ser obrigados a estudar com pessoas de idades e interesses diferentes dos seus. É notório que um jovem de 17 anos tem dificuldade em estudar numa turma de alunos de 15, ainda que consiga, isso vai lhe custar algum sacrifício, o que comumente o afasta da escola regular.

Um dos jovens sem escola, identificado na unidade Boqueirão do Portal do Futuro durante a realização do grupo focal é homem, entre tem 15 anos, brasileiro, residente em

Fazenda Rio Grande, declara-se não-branco, solteiro, heterossexual, sem filho, mora com a avó, renda familiar de até 1 salário mínimo, joga futebol, não estuda, não trabalha, não acredita que a educação possa melhorar suas condições de vida, entende que seu futuro depende de conseguir trabalho.

Em conversa em separado, após a realização do Grupo Focal, com esse jovem que aqui será chamado de Ronaldo respondeu a algumas questões feitas pela entrevistadora:

QUADRO 02 - ENTREVISTA COM JOVEM RONALDO

Entrevistadora	Entrevistado
Você estuda?	É, eu não estou indo não senhora.
E como é a sua rotina, o que você costuma fazer durante o dia?	Jogo bola.
Em que dias da semana?	Todo dia.
Todos os dias? Final de semana também?	É, sim senhora.
E onde você joga?	Aqui...e no Sítio Cercado...na rua.
E além de jogar bola você faz o que?	Fico por aí...até dar a hora de jogar.
Isso, de manhã ou a tarde?	O dia todo...só vou em casa dormir.
E você vem caminhando ou de ônibus?	Venho com meu amigo.
De carona?	Não senhora, a gente anda 5 km de vinda e 5 de volta.
E você faz isso porquê? Você gosta tanto assim de jogar futebol?	Sim, senhora...quero se jogador.
E na sua escola, você jogava futebol?	Não tinha... e lá as tias são chatas.
E você nunca mais foi à escola?	Às vezes, eu vou quando não tenho onde comer.
E seus pais, o que fazem?	Minha mãe? Não lembro nem da cara... meu pai, sei lá.
Você se alimenta como?	Por aí, às vezes vou no padre que serve sopa, outra vezes no negócio lá da prefeitura... me viro. Também dou os meus pulos e me dão comida, roupa... essa roupa aqui eu ganhei carpindo um mato lá no Pinherinho. Daí se não dá nada vou na vó, só que é longe para caralho.
Você mora onde?	Sabe o zoológico? Bem para frente.

FONTE: A Autora, 2016.

Sobre o Portal do Futuro disse que é o único lugar em que se sente bem, ninguém pega no pé, e o pessoal sabe que é melhor ele estar ali, do que na rua. Perguntado se a família sente falta dele em casa, enquanto ele estava jogando bola ali e em outras unidades do Portal

do Futuro, respondeu: \_\_ “Minha família... só vou lá porque não tenho onde dormir, daí vou lá, e tem a vó...são tudo doidaço lá tia...só a vó que não” (Ronaldo).

Outro jovem “nem-nem” identificado na amostra é um indivíduo de 16 anos de idade, que declara ser de cor branca, heterossexual, cisgênero, solteiro, não concluiu o Ensino Médio, não frequenta o ensino regular, tem idade para trabalhar, mas está fora do mercado de trabalho.

Declara ainda que: sua renda familiar é de 2 a 3 salários mínimos; que não tem filhos; realiza tarefas domésticas e cuida do irmão mais novo; que sua mãe e seu pai trabalham, ela é de cor não branca e empregada doméstica, ele é de cor branca e pedreiro, ambos possuem o ensino fundamental incompleto; tem um irmão de 8 anos de idade; abandonou a escola após separação dos pais e mudança de bairro; considera a escolarização importante para determinar seu futuro; gostaria de estar estudando e trabalhando, sonha em ser veterinário; não acredita que participar de manifestações políticas possa melhorar seu futuro ou o futuro do país, nunca participou, por falta de interesse nas causas; tem acesso à internet e consome em média 50MB por dia; não se sente discriminado, mas se sente excluído, apesar de declarar que se sente incluído na família, igreja, esportes e lazer; acredita que o Portal do Futuro promove a inclusão social dos jovens; considera que seu acesso ao Portal do Futuro melhorou sua vida por poder fazer novos amigos, melhorar sua saúde, aprender novas formas de diversão e melhora sua percepção de si e do meio social.

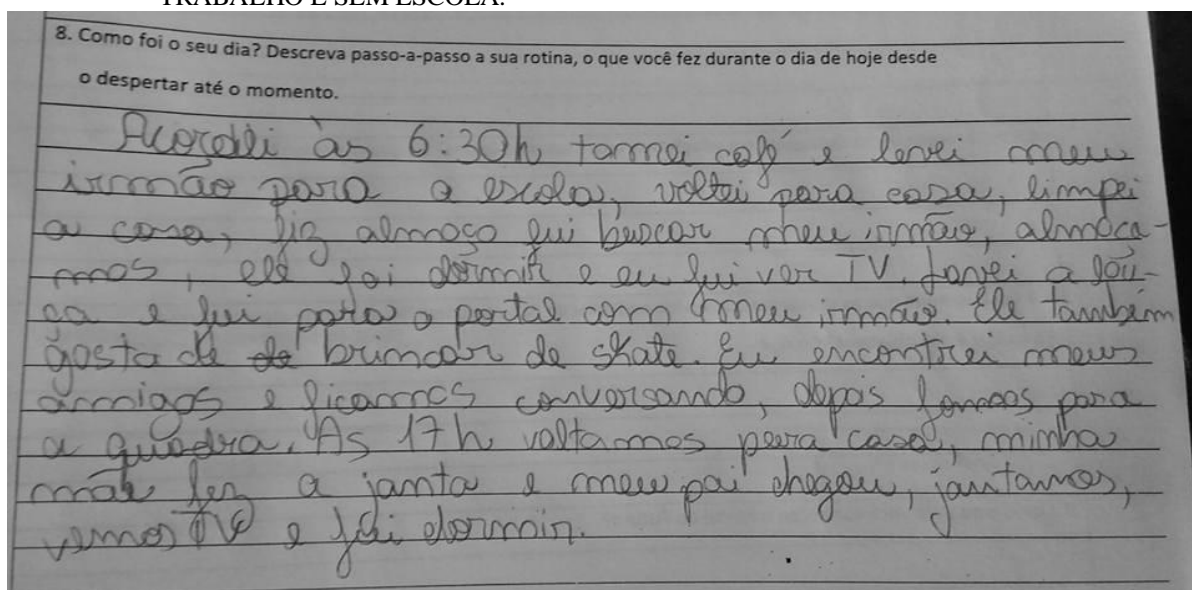
Esse mesmo jovem relata que deixou a escola em razão do trabalho, que se fez necessário para contribuir com a renda familiar após a separação dos seus pais. “O pai foi embora, a mãe é empregada e ganha uma merreca, daí eu tive que arranjar trabalho para gente não passar fome, por que o pai sumiu e não mandava dinheiro...o pai foi foda” (José Pedro).

Após essa separação, o casal se reconciliou, mas José Pedro já havia perdido o ano letivo e em seguida perdeu o emprego. No ano seguinte tentou voltar a estudar, mas seu horário de escola coincidia com o do irmão mais jovem e foi dada prioridade à escolarização do menor. José sustenta que voltará a estudar assim que o irmão menor puder ir sozinho para escola, que por enquanto estuda em casa para prestar o ENEM e tentar sua certificação de ensino médio, quem sabe uma vaga em um curso de Medicina Veterinária.

A relação dos dois irmãos com o Portal do Futuro Boqueirão é muito forte, ambos têm suas atividades naquele espaço como parte importante de suas vidas. Praticam skate, encontram amigos da comunidade, aprendem coisas novas. O principal ponto levantado por José Pedro em sua fala é a segurança que o lugar oferece para ele e o irmão, só lamenta por não poder levar seu animal de estimação, um cachorro. José Pedro se sente incluído no Portal do Futuro, e acredita que o Portal é estratégico para alcançar seu objetivo de ser veterinário. Pretende se inscrever no curso preparatório para o ENEM oferecido pelo Programa.

Em resposta à pergunta quanto ao que pode ser acrescentado ou melhorado no Portal, José Pedro sugere um curso profissionalizante de banho e tosa para pessoas que gostam de animais. José Pedro descreve sua rotina em resposta à pergunta “como foi o seu dia”:

FIGURA 05 - FALA DO ENTREVISTADO JOSÉ PEDRO, SUBGRUPO FAIXA ETÁRIA 15-17 ANOS, SEM TRABALHO E SEM ESCOLA.



(José Pedro).

A descrição feita pelo entrevistado por escrito relativa à sua rotina é condizente com as respostas da entrevista oral e deixa transparecer a estrutura socioeconômica e familiar na qual está inserido, onde os pais trabalham fora e o jovem adolescente fica responsável pelo irmão menor. Situação que acomoda sua evasão escolar e desemprego à necessidade de cuidados do menor que saiu da creche e passou a frequentar a escola em meio período: “meu irmão é piqueno e não sabe se defender sozinho ainda...o dinheiro que o meu pai mi dá pra

cuidá deli é melhor do que ir trabalhá no mercadu que paga poco e se quebrar alguma coisa disconta” (José Pedro).

Estatisticamente este jovem seria classificado como alguém que não estuda e não trabalha, mas considerando suas declarações, ele tanto estuda, quanto trabalha. Estuda para prestar o exame ENEM e trabalha cuidando do irmão em sua própria casa. Mais uma vez o que está em jogo na classificação “nem-nem” é uma análise a partir de um modelo ideal de sociedade que não condiz com a realidade brasileira, e uma classificação a partir de uma subcategoria fictícia de juventude.

A jovem Priscila que também é encontrada sem trabalho e sem escola na semana de referência da pesquisa, tem idade para entrar no mercado de trabalho, mas está desempregada - trabalhou há dois meses durante 45 dias. Ela tem 16 anos e é natural de Curitiba, declara-se de cor não-branca, cisgênero, heterossexual, solteira, com Ensino Médio incompleto. Relata que: sua renda familiar é de até um salário mínimo; não tem filhos; realiza pequenas tarefas domésticas quando sua mãe solicita; ela mora com a mãe - esta é de cor não-branca, diarista e tem ensino fundamental incompleto. Priscila deixou a escola quando começou a trabalhar, mas relata que já não era muito assídua à escolar. Ela considera que a escolarização pode determinar seu futuro e pretende voltar a estudar. Aponta como fator de afastamento da escola, a dificuldade em acompanhar o padrão de consumo de sua turma. A jovem não acredita que participar de manifestações políticas possa contribuir para melhorar seu futuro ou o futuro do país, e afirma que nunca participou de nenhuma forma de manifestação política, por falta de interesse. Relata que tem acesso à internet e consome até 50MB por dia e que sonha em ser modelo. Diz que não se sente discriminada, mas se sente excluída socialmente, apesar de se considerar incluída na família, na igreja e em atividades de lazer e acreditar que o Portal do Futuro promove a inclusão social dos jovens. Priscila considera suas atividades no Portal do Futuro Boqueirão estratégicas para alcançar seus objetivos profissionais, por que não tem condições financeiras para pagar academia e lá ela pode cuidar da boa forma gratuitamente, o que segundo ela é essencial para ser modelo.

Em entrevista aponta que gostaria que o Portal do Futuro oferecesse curso profissionalizante de modelo e manequim, e que as escolas deveriam ensinar os adolescentes a cuidar da saúde para não engordar. Em resposta à pergunta “como foi o seu dia” descreve:

Hoje acordei era mais ou menos nove e meia, tomei café, limpei a casa, esquentei o almoço, comi, fiquei no celular, depois fui para o Portal do Futuro encontrar minha tropa, daí fiquei lá esperando a Zumba, depois da aula voltei para casa, tomei banho, jantamos, fiquei no celular e fui dormir. Ah, e antes de dormir respondi seu questionário (Priscila).

A jovem entrevistada poderia ser classificada como “nem-nem”, por que não frequenta a escola, não concluiu o Ensino Médio, e tendo idade legal para trabalhar, não se encontra inserta no mercado de trabalho na semana de referência da pesquisa. No entanto, ressalva-se que essa classificação tem base em um modelo de sociedade salarial<sup>14</sup>, onde os jovens recebem uma educação voltada para o mercado de trabalho e ao término da preparação é absorvido por ele. O que não é necessariamente a realidade dos jovens brasileiros de baixa renda, que estão insertos numa estrutura educacional aquém das exigências do mercado, e ao final do que seria sua preparação para o mercado de trabalho encontra nele o desemprego e a precariedade. Razão pela qual esse modelo é cada vez mais ineficiente e encontra resistência de alguns jovens que procuram outras alternativas para conduzir seu futuro, quase sempre sem sucesso.

Importante salientar que a escola mais próxima da casa de Priscila, que oferece o Ensino Médio, fica a cinco quilômetros e que apesar da jovem referir não ter encontrado

---

<sup>14</sup> Sociedade salarial: é uma nova perspectiva de sociedade na qual a ordem capitalista possibilita diminuir as desigualdades entre as classes sociais com a função protetora do Estado. Na sociedade salarial o trabalho passa a ter um valor moral e o salário é visto como princípio equalizador que tem o poder de conceder direitos ao trabalhador. Esse modelo de sociedade é desenvolvido através de um processo de mudança que transforma a condição proletária da sociedade capitalista para a condição salarial. Segundo Castel (1999) isso só foi possível devido a 5 fatores : 1. diferenciação entre os trabalhadores efetivos e os inativos; 2. Fixação do trabalhador em seus postos de trabalho; 3. reconhecimento do trabalhador como consumidor; 4. participação e uso de serviços públicos; 5. contrato coletivo como meio pelo qual o trabalhador é reconhecido como membro de uma categoria (CASTEL, 1999).



dificuldade para se manter na escola, a distância de cinco quilômetros é uma dificuldade bastante considerável. Em termos de oferta do Ensino Médio é plausível afirmar que o local de residência de Priscila está entre os que não contam com a universalização do Ensino Médio. O que leva à conclusão de que Priscila está entre os jovens para os quais a educação se limita à conclusão do Ensino Fundamental. De fato, obrigatória para todos na semana de referência da pesquisa. Lembrado que a obrigatoriedade de oferta do Ensino Médio se inicia no ano letivo de 2017.

A educação e o trabalho são modelos que voltados aos interesses de exploração capitalista, porém ainda são as alternativas possíveis de inserção social. Por outro lado, “nem-nem” não pode ser considerado uma condição, vez que essa situação de desemprego e de evasão escolar se mostra transitória e instável de acordo com a faixa etária as oportunidades que o mercado educacional e de trabalho oferecem ao jovem.

Um dado comum entre os três jovens na faixa de 15 a 17 anos cujas declarações são debatidas nesse tópico é o modelo familiar monoparental, que impacta de forma negativa na renda família, que se apresenta inferior à dos que se encontram na mesma faixa de renda e contam, com a renda do pai e da mãe - ou dos pais e das mães, conforme o modelo de família.

No caso específico dos entrevistados acima é possível perceber a fragilidade dos laços familiares com o ente paterno. Esta relação é observada em estudo realizado por Bega e Sallas (2006).

Há consciência das mudanças havidas no desenho familiar, capacidade de adaptação dos jovens a tais modelos, e merece destaque a ausência paterna, em especial nos estratos sociais mais pobres. As recomendações apontam para três eixos: apoio estatal às políticas de suplementação de renda às famílias pobres, reflexão sobre as mudanças nas relações de gênero e ênfase nos movimentos/ações que atuem no sentido da positividade dos espaços de socialização dos jovens (BEGA, SALLAS, 2006, p.35).

No entanto, mesmo as famílias monoparentais quando o chefe auferir renda suficiente ao custeio da família ou são atendidas por políticas públicas de transferência de renda conseguem manter os jovens na escola - como acontece com famílias beneficiárias do programa Bolsa-família. Logo, a monoparentalidade não é a causa do afastamento dos jovens da escola, mas sim a baixa renda auferida pela família, a desigualdade de gênero no mercado de trabalho - mulheres ganham menos que homens e são maioria na condição de chefe de família monoparental - e a incapacidade ou desinteresse das políticas públicas em alcançar esses estratos sociais.

A discussão sobre a monoparentalidade não se funda em questões morais ou psicológicas, mas na renda que um companheiro ou companheira adiciona ao núcleo familiar, e isso por se tratar de família cuja renda não é suficiente para a manutenção do lar.

É certo que as agendas de políticas públicas de juventude no Brasil incorporaram propostas de melhores salários, igualdade de gênero e distribuição de renda, porém o acesso da maioria dos jovens a essas políticas ainda é bastante restrito. Entre os principais benefícios destinados aos jovens através dos Programas para a juventude do governo federal estão:

[...] elevação de escolaridade, qualificação profissional e cidadania; certificação do ensino fundamental e de capacitação inicial ao mundo do trabalho; pagamento de auxílio financeiro de R\$ 100,00/mês, pago durante 20 meses a jovens entre 18 e 29 anos que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental, membros de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo Modalidade; auxílio financeiro de R\$ 30,00 pago às famílias Jovens entre 15 e 17 anos pertencentes a famílias em condição de extrema pobreza e beneficiárias do Programa Bolsa Família, egressos ou que estejam cumprindo medidas socioeducativas, egressos do Peti e egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual Modalidade; pagamento de auxílio financeiro de R\$ 600,00 distribuídos em seis parcelas de R\$ 100,00 Jovens entre 18 e 29 anos, que já concluíram o ensino fundamental, em situação de desemprego, provenientes de famílias com renda familiar per capita de até um salário mínimo; qualificação profissional inicial em produção rural; pagamento de auxílio financeiro de R\$ 100,00 Jovens da agricultura familiar, entre 18 e 29 anos, que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental; educação profissional técnica de nível médio/ensino médio; Programa Universidade para Todos (ProUni) MEC – Ministério da Educação - concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para estudantes de baixa renda; Financiamento e crédito rural; Programa PRONAF Jovem; Programa Bolsa Atleta (SILVA; ANDRADE, 2009, p.56-64).

Percebe-se que essas agendas não se referem ao termo “nem-nem”, tampouco explicitamente à expressão “jovem em situação de vulnerabilidade ou risco social”, mas do conjunto das condicionantes chega-se a conclusão de que elas são direcionadas à subcategoria de juventude vulnerável ou em risco social.

A pesquisa identificou na família de Gabriela (15 anos, estudante do Ensino Médio) um caso de família monoparental em que a mãe é separada, e tem um filho de 18 anos que trabalha e contribui para renda doméstica. Esse jovem de 18 anos tem o Ensino médio completo e pretende ingressar em curso de Direito na Universidade Federal do Paraná. Gabriela é o membro mais jovem dessa família e é uma das entrevistadas durante a contagem manual realizada nas dependências da unidade Boqueirão do Portal do Futuro.

Ela relata conviver em família de renda de 2 a 3 salários mínimos e ser filha de colaboração (doação de esperma) de um amigo a um casal de lésbicas (suas mães) que se separou quando a filha tinha 3 anos. O pai biológico não paga pensão alimentícia por que a mãe o desobriga, em razão das circunstâncias em que a filha foi concebida, e também pelo de que ele não exerce o papel de pai da jovem. A ex-companheira também não contribui por não ter obrigação legal constituída. Ainda assim, a mãe trabalha e juntamente com o filho mais velho consegue renda suficiente para a manutenção do lar e dos filhos.

Gabriela é natural de Curitiba, está cursando o Ensino Médio, realiza tarefas domésticas, declara-se não-branca, cisgênero, homossexual, solteira, sem filhos, relata que a mãe se separou duas vezes nos últimos 10 anos e que a família mudou uma vez de endereço, mas que isso não afetou seus estudos. Pretende fazer curso de administração, mas gostaria de ser delegada (está em dúvida), afirma que nunca se sentiu discriminada, mas se sente excluída socialmente, no entanto refere se sentir incluída no Portal do Futuro, onde pratica jiu-jitsu e voleibol. Nunca participou de manifestações políticas, mas afirma que se tivesse oportunidade defenderia temáticas ligadas a gênero. Abaixo trechos da entrevista:

QUADRO 03 - ENTREVISTA COM JOVEM GABRIELA

Entrevistadora	Entrevistada
Dentro dessa temática que você apontou, que mensagem ou proposta você levaria para o debate?	Acho que as meninas precisam saber que não é errado uma mulher gostar da outra, elas acham que não é normal...mas é. E se eu fosse fazer manifestação eu iria dizer isso, que cada um pode gostar de quem quiser, homem ou mulher, é normal. Só...que... se você resolver ter filhos com uma menina ou com um menino, você não pode abandonar, só por que não é teu sangue... entende...
Sua outra mãe não te visita, ou contribui com suas despesas?	Não...ela foi embora, não sei onde está, disseram que ela casou com outra e engravidou, parece que ela tem um filho dela agora. Ela disse para minha mãe que não sou filha dela, que não tem que me dar nada.
E seu irmão?	Ele disse para mãe para largar mão daquela cachorra, que ele vai cuidar de nós.

FONTE: A Autora, 2016.

Outro exemplo de família monoparental na qual o modelo de análise “tradicional” poderia apontar a presença de um “nem-nem” é o da família de André Sanches. André prefere ser chamado pelo seu nome artístico, André Jackson, tem 22 anos, mora com a mãe, é cover do pop star Michael Jackson e dá aulas como voluntário no Portal do Futuro. No dia em que foi entrevistado e respondeu ao questionário referiu não estudar e não ter trabalho. Porém, ele tem Ensino Médio Completo e faz trabalho voluntário, além de fazer apresentações remuneradas em festas quando tem oportunidade. Na entrevista descrita abaixo, entre outras coisas André relata que se sente discriminado pelo trabalho artístico que faz: “Sim, me sinto discriminado. Por eu praticar a dança e pelo fato de eu representar o maior Rei do Pop do mundo, Michael Jackson, pelas falsas acusações Feitas contra ele de homossexualidade e abuso infantil, sendo todas as 8 acusações feitas contra ele todas absolvidas” (André).

André Jackson é instrutor voluntário e ensina pessoas de todas as idades a dançar e imitar o astro da música pop, na unidade Boqueirão do Portal do Futuro. Ele é oriundo do interior do Paraná, declara-se de cor branca, solteiro e heterossexual, os pais são separados, a mãe faz serviços gerais e o pai é vigilante. André tem o Ensino Médio completo, não tem emprego fixo, não estuda atualmente, mas pretende no futuro fazer um curso superior que envolva dança.

FIGURA 06 – ARTISTAS<sup>15</sup> DA UNIDADE BOQUEIRÃO DO PORTAL DO FUTURO

FONTE: André Jackson (2016).

Situações como as de André inflacionam os números de pesquisa da pseudocategoria “nem-nem” e dão uma falsa ideia de inatividade dos jovens. Percebe-se pela conversa desenvolvida com o jovem, via internet, que ele não perde uma oportunidade de divulgar seu trabalho artístico, divulgação de trabalho é um trabalho:

QUADRO 04 - ENTREVISTA COM ANDRÉ JACKSON (ANDRÉ SANCHES)

Entrevistadora	Entrevistado
Como você é contratado no Portal do Futuro? Você recebe alguma coisa ou é voluntário?	Eu tenho um contrato de Voluntário, apenas. Pode deixar o meu nome artístico na entrevista? Como sou conhecido no Portal?
Sim, sem problemas. Você dá aula com que periodicidade?	As minhas aulas são as terças e quintas às 20h.
Sei...tens quantos alunos? Sabes me dizer quantos homens, quantas mulheres ao certo?	Tenho 12 alunos, entre eles 2 meninos 1 rapaz 1 senhora 3 mulheres e 4 meninas, com a faixa etária de 10 à 62 anos.
Quantos jovens de 15 a 29 anos fazem aula com você?	Com esta faixa etária apenas 2... abaixo deixo o meu site que nele tem meu canal e todos os meus meios de redes sociais, e vou deixar algumas fotos tbm do meu trabalho, foi muito divertido estar respondendo a sua entrevista, fico lisonjeado por poder estar participando.

FONTE: A Autora, 2016.

<sup>15</sup> Na primeira imagem, canto superior esquerdo, Rodrigo Taser e André Jackson, no canto esquerdo inferior André Jackson, na imagem à direita, Rogério Cordoni fazendo cover de Elvis Presley, ao seu lado, o cover de Marilyn Monroe feito por Ana, ao lado dela, de vermelho, Fabiano, que faz cover do Homem-Aranha.

Além dos jovens da unidade Boqueirão do Portal do Futuro a pesquisa também ouviu jovens e funcionários da unidade Cajuru. Em observação nesta unidade Cajuru situada à rua Guilherme Walter Lowry, 1655 - Bairro Uberaba, Curitiba/PR, é realizada entrevistas com dois funcionários. Ambos relataram que as atividades naquela unidade se encerraram no final de novembro e que, ao contrário dos outros anos, neste ano não foram informadas da data de retorno das atividades - isso em razão da troca do governo municipal, após as eleições de 2016.

Questionados quanto aos jovens frequentadores daquela unidade que não trabalham e não estudam relataram que eles costumam fazer uso da quadra para jogar futsal, aleatoriamente, quando a unidade está fechada, mas que as atividades de rotina na quadra estão suspensas por falta de professor. Apontaram que todos os jovens que fazem atividades físicas de forma assídua estudam ou trabalham. Desde que foi implantado o Bolsa-família as famílias têm que manter o filho na escola, senão não recebem, disse o funcionário.

Então aqui... hoje, as crianças que estão fora da escola são aquelas que estão em famílias que não têm o bolsa família, por que não tem documentos, ou por que não podem aparecer (foragidos), ou por que os pais estão presos, fugidos da polícia e por aí vai... de alguma forma essa família está desestruturada, entende? Antes muitos eram filhos de mãe solteira e a mãe sozinha não dava conta, por isso eles tinham que largar a escola e trabalhar. Hoje não, também tem alguns casos assim, mas a maioria é filho da droga ou de famílias no crime. Esses jovens têm dificuldade em permanecer em atividades em que tenham que seguir regras e métodos, alguns querem fazer o curso de grafite, mas não querem ter aulas teóricas...querem sair pintando, ou só aparecem no final do curso e querem pintar, sem saber...você entende?... Querem fazer natação, mas não querem fazer o exame médico e se tiver que trazer um documento, não trazem. Querem receber tudo pronto e de graça, mas não dão nada em troca, não assumem compromissos. A gente vai até às casas convidar para os cursos e o que eles me perguntam é:se vai ter comida. Outros vem para o espaço mas tentam intimidar os jovens que são assíduos e educados...rasgaram o pneu da bicicleta de um dos garotos da natação para intimidar. Durante as férias quando não tem segurança eles quebram as grades da piscina e invadem, quebram portas e fazem xixi e defecam na água. A piscina aqui passa mais interdita que em uso.... A segurança aqui é fraca, durante o dia não tem guarda, só a noite, e muito jovem tem medo de vir fazer atividades por isso (funcionário).

Os funcionários informaram ainda que os jovens pedem cursos na unidade Cajuru, mas quando a gestora consegue trazer cursos, os jovens não se interessam, e a turma acaba cancelada. Entrevistados alguns jovens que estavam presentes na unidade no momento da incursão, as informações foram as mesmas dadas pelos funcionários.

“Os piás vêm para cá só para arrumar briga, não querem fazer atividade, nem aprender nada. Só tretar com quem está quieto” (Arielson, 16 anos).

Perguntado sobre sua situação educacional, Arielson informa que está estudando o Ensino Médio, que está procurando emprego, e que tem que ser trabalho em meio período por que se parar de estudar a família perde a bolsa. Perguntado sobre a que bolsa ele se refere responde “é do governo lá... bolsa-família, aqui todo mundo recebe, mas tem que por na escola o filho” (Arielson). Questionado se ele conhecia na unidade algum jovem que não estuda, nem trabalha informou “aqueles 4 ali... está vendo?...Conversando na frente do portão...são todos vadios (Arielson). Abordados, os rapazes apontados por Arielson, identificam-se como Anderson (16 anos de idade), Jailson (17 anos), Mário (16 anos de idade) e Beto (18 anos de idade). Anderson, não estuda, não tem emprego, não concluiu o Ensino Médio e realiza tarefas domésticas. Relata que seu pai era pedreiro e que foi morto pela polícia, que sua mãe está viajando, trabalhando em outra cidade. Neste momento da conversa o irmão menor que brincava perto intervém e diz “mentira dele tia, a mãe está em Piraquara”. Piraquara? Pergunta pesquisadora. “É, ela caiu” (Anderson) - referindo que a mãe está presa no presídio de Piraquara.

#### QUADRO 05 - ENTREVISTA COM ANDERSON

Entrevistadora	Entrevistado
E vocês moram com quem?	Moramos com a tia.
E a tia trabalha em que?	Faz uns bicos aí.
E vocês recebem o bolsa-família?	Não sei não, acho que não.
E quem ajuda a tia a cuidar da casa?	Eu ajudo a cuidar dos pequenos, quando a tia sai.
Ela sai com bastante frequência?	Sai, sim...muitas vezes demora a voltar.
Demora, tipo... quanto?	Dois ou três dias.
E nesse tempo é você quem toma conta da casa, Anderson?	É, sim, senhora.

FONTE: A Autora, 2016.

Ao lado de Anderson, com um skate nas mãos está Mário, perguntado se ele costumava utilizar a pista do Portal do Futuro para praticar o skate respondeu:

QUADRO 06 - ENTREVISTA COM MÁRIO

Entrevistadora	Entrevistado
Você faz uso da pista de skate?	Às vezes eu vou, quando não tem ninguém.
Quando tem alguém você não vai?	Não. O povinho ali é muito cheio de não-me-toque.
O que eles dizem?	Ah...que tem que tem que deixar os oto usá a pista tamém, ma nunca tem ninguém lá.
E além do skate o que mais você faz na unidade?	Jogo bola com os bichos.
E o que você acha que o Portal poderia ter que iria lhe ajudar a ter uma vida melhor?	Sei lá...acho que devia ter sala de aula como nas escolas e ter merenda, um lugar para o piá ficar se ele não puder estar na casa dele...e ensinar a fazer alguma coisa para ganhar dinheiro.
E a escola não oferece isso?	Não né... na escola eu não posso ir que meu documento meu outro padraсто levou, aí não entra sem documento, na unidade também não.

FONTE: A Autora, 2016.

Mário relata que mora com a mãe, que ela é diarista, que não conhece o pai, que já teve três padrastos e que um deles o obrigava a vender balas, que ele não gostava de vender balas por que era o dia todo, no sol e na chuva, e que o padraсто ficava com quase todo o dinheiro e não dava nada para a mãe dele.

QUADRO 07 - ENTREVISTA COM MÁRIO

Entrevistadora	Entrevistado
Sua família recebe bolsa-família?	Nós não recebemos nada de graça aqui, não, senhora. De graça aqui só tiro.
Você estudou até que série?	Até a 5ª, daí meu padraсто me tirou para vender as balaa...ele catou meu documento por que diz que os mega não deixa vender bala se não tiver os documentos da pessoa...maior caô, ele queria era dar a elza.
Ele não devolveu os documentos e por isso você não consegue se matricular na escola, nem participar de atividades no Portal, é isso?	É, sim senhora.
Você gostaria de voltar a estudar? Se pudesse fazer uma faculdade o que faria?	Eu queria estudar...sei lá podia ser professor... ter uma escolinha de futebol.
Você gostaria de ser professor de educação física e dar aulas de futebol, é isso?	É...é sim, senhora.
E o skate?	Skate para brincar, mas não dá nada né senhora, num é igual a um trabalho.
Você tem irmãos? Quantas pessoas moram na sua casa?	Em casa...eu, minha mãe...3 irmãos.

“continua”



“continuação”

QUADRO 07 - ENTREVISTA COM MÁRIO

Entrevistadora	Entrevistado Beto
Alguém trabalha?	Minha mãe só...eu estou procurando serviço, ninguém que sem documento.
Algum dos seus irmãos é menor de 12 anos?	Sim, senhora...os 2 menores.
Você ajuda a sua mãe?	Sim, senhora, eu que cuido dos piás para ela ir fazer faxina... melhor a tia sair porque estão vindo uns caras ali...

FONTE: A Autora, 2016.

Nesse momento três homens aparentando entre 25 e 30 anos se aproximam do grupo com ar intimidador. “Diga que sou da igreja...em que igreja vocês vão?” (entrevistadora). “Nós vamos na assembleia, às vezes, tia” (Mário). Um dos homens que se aproxima pergunta “tudo certinho aqui?” Anderson responde que está tudo bem e justifica “a tia está pregando a palavra para nós”. “A senhora é de que Igreja?” (homem de camisa preta). “Sou da Assembleia de Deus, a paz do senhor” (entrevistadora). “Paz do sinhô irmã...se precisar de alguma coisa irmã... se os muleque incomodar... é só chama” (homem de camisa preta). Nesse momento os três rapazes deixam o grupo e a entrevistadora propõe aos quatro jovens que se dirijam até a lanchonete na esquina para fazer um lanche. É pedido um lanche para cada um dos jovens e enquanto comiam conversavam com a entrevistadora. A entrevistadora inicia conversa com Jailson, o mais calado dos quatro.

QUADRO 08 - ENTREVISTA COM JAILSON

Entrevistadora	Entrevistado
Você gostaria de estudar? Se pudesse fazer uma faculdade, o que faria?	Quero estuda nada não.
E trabalho o que te interessa?	Quero se pastor.
Legal, você gosta de ler então?	Gosto de ler a palavra.
E o que é preciso para se tornar um Pastor?	Ah...tem que conhecê a palavra e pregá para as pessoas.
E você se sustentaria como?	Ah...a igreja paga.
Você estudou até que série Jailson?	Até o primeiro do segundo grau.
E para ser um Pastor é suficiente?	Sim, senhora, a sabedoria quem dá é Deus.

FONTE: A Autora, 2016.

Nesse momento intervém na conversa o quarto jovem que ainda não havia falado com a entrevistadora. “Mas cara, e se você não conseguir ser Pastor... vai viver de que mané?”

(Beto). “Deus provê todas as coisas” (Jailson). A segurança e a determinação de Jailson quanto ao seu futuro como pator é notável, porém ao ser questionado quanto a sua frequência a igreja e às programações propostas pela comunidade religiosa da qual faz parte, não fica evidenciado um vínculo forte com a mesma. Em alguns momentos ele demonstra bastante contrariedade quanto aos dogmas impostos pela sua religião e tem suas próprias interpretações da Bíblia. Sua principal crítica às doutrinas de sua igreja é quanto a santificação do sábado, que na interpretação dele deve ser guardado pelo cristão. Jailson tem um perfil mais conservador que o da sua comunidade religiosa e não concorda com a possibilidade de mulheres ministrarem cultos religiosos. Aproveitando a fala de Beto a entrevistadora pergunta:

#### QUADRO 09 - ENTREVISTA COM BETO

Entrevistadora	Entrevistado Beto
Beto, você já ouviu falar dos “nem-nem”?	Já sim, senhora...era de uma novela que tinha um concurso para moleques da perifa, né?
Algumas pessoas dizem que esses jovens que não estudam e não trabalham são vadios, não querem nada com a dureza...o que você acha disso?	Olha...acho que estão erradas...nós vamos trabalhar onde? Ninguém dá trabalho para nós. É só dizer que mora na comunidade que pronto...já era “mano...neguinho só dá trabalho para os pleba, saca?... A gente vai estudar, não tem nem professor, sempre falta, está em greve...sei lá... os capirotos sabem que a gente vai estar lá e cerca, não tem guarda... quando acabar a gente é vadio? É pra fuder, velho!
Se você pudesse escolher um trabalho, qualquer um, no que trabalharia?	Eu queria sê motorista de caminhão.
O é preciso para ser um motorista?	Pricisa saber dirigir caminhão né...gostar da estrada...não ter medo, saber carregar.
Você acredita que o Portal do Futuro poderia lhe ajudar de alguma forma a conseguir isso?	Ah...sei lá... só se eles ensinassem a dirigir né.
Você acredita que aulas de direção no do Portal do Futuro, ajudaria?	Ah...sim, senhora...aí formou né senhora...aí é nós...só que para isso eles iriam ter que ter segurança de verdade, para neguinho não robar os carros, né.
Você acha que alguém da comunidade roubaria um veículo utilizado para a própria comunidade?	Não, da comunidade, eu sei que não... ninguém nem é doido...mas os de fora...
Você estudou até que série Beto?	Eu estudei até a oitava série.
Atualmente, o que você faz do seu tempo?	A senhora fala...trabalho?
Tudo.	Ah eu ajudo em casa...faço uns bicos de servente quando aparece...ajudo a descarregar caminhão também...e gosto de andar de bicicleta...é, é isso.
Servente...você trabalha como servente de pedreiro, é isso?	É sim, senhora
E seus pais, fazem o que?	Meu pai é pedreiro e minha mãe é empregada doméstica.
Sua família recebe alguma ajuda do governo?	Recebe a bolsa para deixa os meninos na escola.

“continua”

“continuação”

## QUADRO - ENTREVISTA COM BETO

Entrevistadora	Entrevistado Beto
Bolsa-família?	É, sim.
E o fato de você estar fora da escola não prejudica?	Não senhora, a mulher lá falou que o negócio é os menores estudarem, eu já fiz 18...quando a mãe começou a receber eu já estava de maior.
Humm...entendi. E você conhece outros jovens daqui da comunidade que tenha deixado de estudar por medo de violência na escola?	Vixi! Um monte.

FONTE: A Autora, 2016.

Das entrevistas realizadas com os jovens na unidade Cajuru do Portal do Futuro, duas questões se destacam: o trabalho, o bolsa-família e a falta de segurança pública nas escolas e bairros. Tanto nas falas dos funcionários, quanto nas falas dos jovens essas questões são bastante pontuadas. A distância entre as necessidades dos jovens de baixa renda e as ofertas da unidade do Portal do Futuro que foram pesquisadas também são bastante relevantes - o que a unidade oferece não alcança a necessidade da maioria dos jovens da região onde está instalada a unidade. É um modelo que atende, na melhor das hipóteses, um bairro com jovens de classe média. Abaixo são colacionadas imagens das unidades pesquisadas, primeiro a Boqueirão e depois a Cajuru. A diferença na estrutura e na manutenção de uma e outra é perceptível. A unidade Cajuru que fica em bairro de baixa renda e encontra-se em situação precarizada, comparada a unidade Boqueirão.

Os resultados da pesquisa demonstram que a denominada “geração nem-nem” é uma fantasia, notadamente, por que a inatividade ou o desemprego não atinge da mesma forma toda uma geração. Ainda há que se considerar o conceito de geração a ser adotado para se chegar a uma sentença como a de uma “geração que não estuda nem trabalha”. Há desemprego e pessoas fora da escola em todas as idades, não é um fenômeno geracional, o desemprego juvenil é maior, porém há mais pessoas que não concluíram a formação básica em outras faixas etárias que na idade entre 15 e 29 anos. Logo, trata-se de uma questão de desemprego juvenil, o que é diferente de desocupação: desemprego significa estar fora do mercado de trabalho, desocupação é estar sem trabalho algum, inclusive trabalho não

remunerado. Como restou demonstrado os jovens desse estrato social não têm como sobreviver como “desocupados”, eles se ocupam pelo menos de afazeres domésticos para a sua própria manutenção.

Razão pela qual é impróprio tratar essa parcela da juventude como subcategoria de juventude “nem-nem”. Além do estigma que essa denominação impõe ao jovem, metodologicamente, ela é uma subcategoria inexistente, pois não se pode dizer que jovens que realizam tarefas não remuneradas são desocupados, que mães que cuidam de seus filhos são desocupadas, que quem concluiu o Ensino Fundamental, não estuda, uma vez que a obrigatoriedade do Ensino Médio só se inicia, de forma preclusiva, no início do ano letivo de 2017. Em que pese a realidade social de Curitiba ser a de oferta de Ensino Médio na maioria dos bairros, essa não se estende a todo o país. Logo as taxas “nem-nem” que consideram um jovem que concluiu o ensino Fundamental e se encontra desempregado como um alguém que não estuda e não trabalha são irrealistas. Esses jovens são para o mercado de trabalho, desempregados, e para a sociedade, pessoas ocupadas com trabalhos não remunerados. É evidente que o fato de não ter trabalho remunerado é uma situação que merece toda a atenção das agendas de políticas públicas, mas para isso não se pode inventar subcategorias analíticas, uma vez que essa parcela da juventude não é apenas sem trabalho remunerado e sem escola, também é sem moradia digna, sem alimentação adequada, sem acesso à cultura, ao lazer e ao desporto, sem meios de transporte acessíveis etc. De modo, ela é definida como juventude vulnerável ou em situação de risco social.

O exame da vulnerabilidade social diz respeito à densidade e intensidade de condições que portam pessoas e famílias para reagirem e enfrentarem um risco, ou mesmo, de sofrer menos danos face a um risco. Para alguns seria até a vivência às situações de quase risco. A vulnerabilidade como o risco também tem gradualidades, ao considerar os mais e os menos vulneráveis, isto é, os mais e os menos sujeitados a um risco; ou a serem mais, ou menos, afetados quando expostos a um risco. Portanto, podem-se identificar dois planos aqui: o das fragilidades e o da incapacidade em operar potencialidades. No caso atuar com vulnerabilidades significa reduzir fragilidades e capacitar potencialidades. Este é o sentido educativo da proteção social que faz parte das aquisições sociais dos serviços de proteção social (SPOSATI, 2015, p. 23,24).

Conforme explicita Sposati (2015) “O exame da vulnerabilidade social diz respeito à densidade e intensidade de condições que portam pessoas e famílias para reagirem e enfrentarem um risco, ou mesmo, de sofrer menos danos face a um risco” (SPOSATI, 2009, p. 23). Os maiores riscos a que essa parcela da juventude está exposta são os decorrentes da desigualdade social e da pobreza, além de:

[...] padrões de coesão e convivência familiar, comunitária e social. Os fenômenos de isolamento, desagregação, desfiliação, ausência de pertencimento, discriminação, apartação, exclusão são todos provocadores de seqüelas e danos ou de privações e fragilidades. As contingências de natureza como enchentes, desabamentos também são vitimizadoras. Aqui as populações que vivem em áreas ribeirinhas ou com moradores de regiões sujeitas a deslizamentos são destacadas. Há ainda um campo polêmico para alguns que é o da etnia, gênero, religião, opção sexual como fator de risco. Do ponto de vista da etnia e no caso brasileiro dos indígenas, afrodescendentes, quilombolas e ainda, os pomeranos têm recebido destaque como grupos populacionais mais sujeitados a risco pessoal e social. Deve-se também dizer que a população infanto-juvenil e adulta que vive nas ruas constitui um grupo de risco social a merecer atenção especial (SPOSATI, 2015, p. 24).

Tratamento epistemológicos que cria subcategorias que não condizem com a realidade - por mais boa intenção que tenha no sentido de promover o interesse da sociedade e das políticas públicas para a solução do problema - não contribuem positivamente, além de provocar um reducionismo da realidade social, focando um ou dois aspectos dela. O que leva a intervenções ineficientes, como oferecer curso profissionalizante ou preparatório para o ENEM, sem oferecer alimentação e segurança ao jovem em situação de vulnerabilidade social, por exemplo.

Os aspectos e características dessa subcategoria de juventude devem ser tratados de forma a contemplar todas as deficiências e necessidades que podem resultar em situação de desemprego e de baixa escolarização que irão refletir diretamente nas condições socioeconômicas do indivíduo adulto. Nesse sentido, em 2015, o IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - trabalha com o IVS (Índice de Vulnerabilidade Social) que

é definido a partir da análise de 3 dimensões: Infraestrutura urbana; Capital humano; trabalho e renda. Quanto ao aspecto de infraestrutura urbana aponta:

O subíndice que contempla a vulnerabilidade de infraestrutura urbana procura refletir as condições de acesso aos serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana, dois aspectos relacionados ao lugar de domicílio das pessoas e que impactam significativamente seu bem-estar. Tendo em vista as possibilidades e limites das informações coletadas pelos censos demográficos, foram escolhidos para compor este subíndice indicadores sobre a presença de redes de abastecimento de água, de serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo no território, bem como o indicador do tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho pela população ocupada de baixa renda - este último tomado como uma proxy das condições da mobilidade urbana daquele segmento da população (IPEA, 2015, p. 13).

Esses índices e subíndices são essenciais para se ter uma noção mais aprofundada do que é estar em situação de vulnerabilidade no Brasil, eles não dizem respeito exclusivamente à população jovem, mas esta é certamente uma das mais afetadas, especialmente no que diz respeito ao Capital Humano.

O subíndice referente a capital humano envolve dois aspectos (ou ativos e estruturas) que determinam as perspectivas (atuais e futuras) de inclusão social dos indivíduos: saúde e educação. Neste sentido, foram selecionados para compô-lo indicadores que retratam não só a presença atual destes ativos e recursos nas populações, mas também o potencial que suas gerações mais novas apresentam de ampliá-lo. Adotou-se, para isso, indicadores de mortalidade infantil; da presença, nos domicílios, de crianças e jovens que não frequentam a escola; da presença, nos domicílios, de mães precoces, e de mães chefes de família, com baixa escolaridade e filhos menores; da ocorrência de baixa escolaridade entre os adultos do domicílio; e da presença de jovens que não trabalham e não estudam. Nesta dimensão, mesclam-se indicadores tradicionalmente apontados como indicadores de exclusão social e indicadores de vulnerabilidade social que qualificam essas situações que informam tanto sobre a situação atual das pessoas, em seus diferentes grupos sociodemográficos, quanto sobre suas perspectivas (ativos, recursos, acesso a estruturas) para buscar a inclusão na dinâmica social e econômica do país (IPEA, 2015, p. 14).

Outro aspecto da vulnerabilidade que tem forte impacto na condição social dos mais jovens é o que analisa as condições de trabalho e renda, os jovens ocupam as vagas de trabalho mais precárias e recebem os menores salários.

A vulnerabilidade de renda e trabalho, medida por este subíndice, agrupa não só indicadores relativos à insuficiência de renda presente (percentual de domicílios com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo de 2010), mas incorpora outros fatores que, associados ao fluxo de renda, configuram um estado de insegurança de renda: a desocupação de adultos; a ocupação informal de adultos pouco escolarizados; a dependência com relação à renda de pessoas idosas; assim como a presença de trabalho infantil. Há, portanto, nesta dimensão, indicadores de exclusão e de vulnerabilidade social que retratam diferentes situações, com suas múltiplas determinações, ao mesmo tempo em que não se privilegia, diretamente, o nível dos rendimentos médios auferidos pelas pessoas, ainda que se considere o percentual de domicílios nos quais a renda domiciliar per capita é inferior a R\$ 255,00/mês (valores de agosto/2010) (IPEA,2015, p. 16).

A partir da análise do IVS é possível definir a condição de inclusão ou de vulnerabilidade de um jovem, de modo que destacar apenas um dos aspectos (trabalho/educação) de uma ou mais dimensões (Capital humano/trabalho e renda) de uma subcategoria “juventude vulnerável” não é metodologicamente razoável para se compor uma nova subcategoria, desprezando o aspecto principal, que caracteriza esses jovens enquanto um grupo social, a vulnerabilidade - quer pela condição social, quer pela própria condição juvenil.

Relativamente à inclusão dos jovens vulneráveis no Programa Portal do Futuro, em que pese o sentimento de inclusão referido pelos entrevistados, há que se ponderar tal situação. Pois uma coisa é a ocupação do espaço por esse jovem - limitada ao futebol e a algumas atividades livres, na condição de não-inscritos – outra é a contemplação dele na agenda do Programa. O que se observou é que o jovem vulnerável ocupa os espaços que sobram de atividades que foram pensadas para a comunidade em geral, sem um direcionamento à juventude, muito menos à juventude vulnerável ou em situação de risco social. Uma vez que o Programa não promove agendas de juventude, mas sim uma política de gestão juvenil dos recursos destinados ao esporte e ao lazer de todas as faixas etárias.

As ações do Programa Portal do Futuro, referentes à educação e preparação para o mercado de trabalho precisam ser mais bem investigadas. Não foram observadas em profundidade, por que na semana de referência da pesquisa na unidade Boqueirão, somente foi observada a realização de curso de corte e modelagem de lingerie/moda praia. O curso preparatório para o ENEM promovido pelo Portal do Futuro se encerra com a realização da prova e somente retorna nas proximidades da prova do ano seguinte, no segundo semestre. Além desse curso preparatório, o Programa conta com Cursos de inglês, redação, oficinas de fotografia, web design, recondicionamento de computadores e informática - realizações do Projeto PUC Comunitário. Esses cursos não são permanentes, são cursos rápidos de até 40 horas e acontecem no decorrer de cada semestre.

Além dessas intervenções, o Programa atua em escolas, integrando turmas da escola do bairro com atividades da unidade respectiva do Portal do Futuro. Essas intervenções podem ser com aulas de ginástica, zumba, circo, teatro entre outras que interessem aos estudantes e estejam disponíveis na unidade.

É perceptível que a via de inclusão social do jovem eleita pelo Programa Portal do Futuro é a via do esporte. Tanto que a secretaria que cuida dos assuntos de juventude no município de Curitiba é a mesma que cuida do esporte e do lazer. Norbert Elias e Eric Dunning (1992) teorizam acerca da relação entre comportamento social, divisão social do trabalho, esporte e lazer. E demonstram como o desporto consegue trabalhar forças opostas de forma a produzir um processo civilizador e disciplinador, fazendo uso da “busca da excitação no lazer” como uma forma de treinamento de corpos e mentes para as rotinas de trabalho e embates sociais. Sustentam ainda que o desenvolvimento do desporto, especialmente do futebol, configura uma reserva de espaço masculina frente ao declínio do patriarcado e o crescimento do espaço social feminino. Essa pode ser uma das explicações possíveis para a participação masculina em maior escala nas atividades esportivas destinadas ao público jovem no Portal do Futuro.

É impossível falar em análise sociológica de atividade esportiva, sem falar na teoria bourdiesiana, e para compreendê-la é necessário trabalhar alguns conceitos básicos como campo, habitus e capital social.



O campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvio de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos actos ou nos discursos que eles produzem, têm sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções (BOURDIEU, 2003, p. 179).

Os campos são formados pelos *habitus* “história feita natureza, isto é, negada enquanto tal porque realizada numa segunda natureza”. O processo de composição das estruturas objetivas produzidas e reproduzidas, estruturadas e estruturantes incorporadas nessa “quase natureza” do inconsciente (BOUDIEU, 1994, p. 65).

Habitus, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas e predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas, a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto d ação organizada de um regente (BOURDIEU, 1994, p. 60-61).

São as práticas reiteradas que produzem os campos e os distinguem um do outro. Elas constroem rotinas e fixam processos de produção e reprodução de um dado espaço social retroestruturante. Chegando a ser naturalizadas, incorporadas como uma segunda natureza, reproduzidas de forma automática, sem a necessidade de um pensar anterior ao ato. Assim o *habitus* constrói e distingue um campo social. O agente de um determinado campo é reconhecido pelos seus signos exteriores e interiores, seu capital simbólico e a valoração deste. O capital pode ser econômico, cultural ou social e demarca as posições dos agentes em um determinado campo. O capital social, um dos mais importantes no esporte, Bourdieu afirma ser:

[...] o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-relacionamento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998, p. 67).

Bourdieu (2003b) aponta que o esporte além de um instrumento de manipulação do corpo, é um marcador de classe social, comumente utilizado como pretexto para a

socialização e acúmulo de capital social pela burguesia. Enquanto as classes mais pobres praticam esportes que utilizam o corpo como um meio, um instrumento (lutas, futebol etc) as classes mais abastadas optam por modalidades cujo a finalidade é o próprio corpo - ginástica, marcha atlética ou natação, por exemplo. Enquanto nos esportes de classes baixas e médias o objeto de disputa são posições no campo social, nas classes altas são atributos estéticos e culturais (fazer abdominais para definir o abdômen, fazer caminhadas para beneficiar a saúde cardíaca).

O esporte pode ainda ser uma forma de violência simbólica- nos moldes da teoria de Bourdieu (2003a), na medida em que a cultura de uma classe de um determinado país é imposta a outra. O futebol que em sua origem era praticado por nobres ingleses, no Brasil ocupou o lugar de outras atividades praticadas por adultos e crianças, especialmente na área rural, como o jogo da queimada, ou das bandeirinhas. No entanto, como a prática esportiva dá origem a novos habitus, ele foi reformulado e transformado em patrimônio nacional, afeto especialmente às classes mais pobres brasileiras, porém, muito valorizado enquanto capital social (FRANCH, 2002).

Estudo realizado pela antropóloga Mônica Franch (2002) na periferia de Recife – Pernambuco constata que os passatempos principais dos jovens de baixa renda é “jogar conversa fora” e “bater bola”, esse último mais apontado pelos jovens do sexo masculino.

A pressão social também atua sobre os jovens do sexo masculino, não na direção de limitar seus movimentos, mas antes o contrário, forçando-os a ir às ruas e, sobretudo, a assumir o quanto antes o esperado papel do provedor. Em determinadas circunstâncias, como no caso dos jovens desempregados que jogavam futebol todas as tardes, as atividades de lazer podem aparecer como espaços para a recuperação de um valor que lhes é negado quando falham na satisfação das demandas sociais (FRANCH, 2002p.130).

Esse mesmo estudo aponta que a petição por área de lazer, onde os jovens possam jogar bola é também um anseio das famílias mais pobres, em razão dos conflitos da disputa de espaço na rua que essa atividade estabelece.

E se brincar, brinca na rua, né? O pessoal brigando porque quando os meninos vêm jogar bola aqui na frente de casa mesmo a gente não quer. Claro, porque nem toda hora a gente agüenta a zoada no ouvido da gente, que bate uma coisa, bate numa

telha e quebra. E tem as valas a céu aberto. Eles não têm área de lazer. (Cecília, mãe) (FRANCH, 2002, 126).

Por outro lado, as meninas recebem tratamento diferenciados, maior controle sobre tudo sobre a sexualidade e sua movimentação, a pressão social é exercida no sentido de mantê-las dentro de casa.

O medo principal é que as filhas “quebrem a cara”, engravidando prematuramente ou não conseguindo estabelecer casamento. Por isso, as jovens virgens (ou cuja atividade sexual não se tornou pública com uma gravidez) têm sua circulação mais controlada pelos pais do que as jovens mães solteiras e, certamente, muito menos do que a dos rapazes. Para essas filhas, os pais estimulam as atividades desenvolvidas ora na própria casa, onde é possível exercer a vigilância diretamente, ora nas ruas e casas próximas, onde as jovens continuam submetidas ao controle social de outras mulheres, sobretudo das chamadas “fofoqueiras”, cuja ação incide especialmente no contato das adolescentes com o sexo oposto (FRANCH, 2002, p. 124).

Percebe-se no comportamento das jovens que frequentam a unidade Boqueirão do Portal do Futuro que elas têm um pouco mais de liberdade que as da pesquisa realizada em Recife por Franch, especialmente por que boa parte delas tem pais que trabalham fora a maior parte do dia. No entanto, seria necessária uma pesquisa domiciliar para conhecer a realidade daquelas que não frequentam espaços como esse, e saber o por que não o fazem. É possível que as jovens desse bairro cujos pais (ou mães) estejam em casa, estejam sobe vigília destes e por isso não saiam de casa com tanta frequência quanto os rapazes, o que pode ser uma explicação possível para a maioria masculina no local.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi anotado neste estudo, o termo “nem-nem” vem da Europa, mais especificamente da Espanha onde se iniciaram manifestações juvenis contra a condição de precarização da escola e do trabalho. No Brasil, os jovens inclusos na pseudocategoria “nem-nem” não fazem parte de nenhum movimento político específico, são vítimas da desigualdade social, uma velha conhecida da juventude, que, à revelia dos interessados, foi transformada em uma nova subcategoria, sob a maquiagem das manifestações juvenis internacionais.

O presente estudo não se ocupou em problematizar o que leva um jovem a condição “nem-nem”, mas sim em discutir se essa subcategoria é válida para a análise das condições sociais dessa parcela da juventude. “Nem estuda, nem trabalha”, não é verdade. Esses jovens estão em condições de estudo e trabalho precárias, mas não inativos. Um jovem de baixa renda não sobrevive na inatividade, no mínimo tarefas domésticas para sua própria manutenção ele é obrigado a realizar. No Brasil, esse jovem estuda em média 8,6 anos, o que significa que ele tem o Ensino Fundamental, que era o nível máximo de escolaridade cuja oferta era obrigatória em todo o país, até o final de 2016. Logo, ele estuda sim, e trabalha sim. O que não significa que essa parcela da população não mereça a atenção das agendas de políticas públicas brasileiras, pois mais do que qualquer outra necessita do apoio do Estado. No entanto, não se trata de uma nova subcategoria analítica e sim de uma maquiagem de antigas subcategorias de exclusão social.

No decorrer da pesquisa foi possível constatar que as agendas de políticas públicas para juventude contemplam esse grupo na condição de juventude vulnerável ou em risco social, e que muitos programas a nível nacional poderiam ser aproveitados por essa parcela da juventude, no entanto, isso não acontece como deveria.

Em Curitiba, o Programa municipal de políticas públicas para juventude, Portal do Futuro, desenvolvido no ano de 2013, com foco no público jovem, porém atende pessoas de todas as idades, o que favorece a interação social dos jovens com a comunidade, mas o descaracteriza como política de juventude. A pesquisa traçou o perfil da política de juventude executada no Programa Portal do Futuro, os aspectos gerais dessa política, bem como as interações e percepções dos funcionários e usuários jovens que atuam na unidade Boqueirão. Concluiu que o jovem que frequenta aquele espaço se sente incluído pelo Programa, através

de suas atividades, principalmente as esportivas, apesar disso os dados da pesquisa mostram que é precária essa inclusão.

O estudo concluiu que as estruturas socioeconômicas com as quais contam os jovens usuários do Portal que declaram estudar e/ou trabalhar não são iguais às que os jovens “nem-nem” dispõem. O tempo livre do jovem “nem-nem” é preenchido por tarefas domésticas, televisão, internet e por atividades esportivas no Portal do Futuro, os demais jovens ocupam-se principalmente dos estudos. A hipótese que levou em conta a estrutura socioeconômica do jovem como fator de predisposição à condição “nem-nem”, notadamente a baixa renda e ausência de políticas públicas foi confirmada nas análises.

Os resultados da pesquisa demonstraram que o fato do Programa Portal do Futuro não contemplar políticas específicas de educação e preparação para o trabalho, que poderiam beneficiar diretamente jovens que não estudam e/ou não trabalham, não é tão relevante ante ao fato de que ele não oferece a estrutura necessária para que o jovem em situação de vulnerabilidade social possa acessar eventuais ofertas nesse sentido (alimentação, transporte e segurança). Considerando que esse tipo de atividade demanda mais tempo fora de casa e conseqüentemente, o jovem necessita ter condições para prover a alimentação e o transporte. E dependendo da localização e do horário em que for realizada a atividade, há a demanda por segurança para que o jovem possa realizar um curso preparatório ou profissionalizante, sem expor ao risco sua integridade física e psicológica.

A pergunta “como foi o seu dia”, levou ao conhecimento das rotinas dos jovens usuários pesquisados, mas, além disso, revelou a estrutura socioeconômica por detrás dessas rotinas. No que se refere aos jovens em situação de vulnerabilidade social, as necessidades são diversas. Mas, especificamente quanto à educação e ao trabalho, é a necessidade de garantir seu próprio sustento (tarefa que a família não consegue desempenhar) que o leva a adentrar ao mercado de trabalho e a abandonar os estudos. Por fim, ao perder o emprego fica sem trabalho e fora da escola, e com a desperiodização o jovem reluta em estudar em turmas que não são da sua idade, e posterga o retorno à escola. Ele deixa de estudar por necessitar trabalhar e acaba fora do mercado de trabalho por falta de qualificação. O indica uma interdependência entre esses setores (educação e mercado de trabalho), e ao mesmo tempo uma desarticulação, no que se refere à qualificação e à absorção da mão-de-obra da população jovem mais pobre. Quando um jovem em situação de vulnerabilidade social inicia em um

emprego, poucas são as empresas que lhe dão, no primeiro dia de trabalho, condições para se manter no emprego - uniforme, vale-refeição e vale-transporte, por exemplo. Isso dificulta sua aprovação no período de experiência e sua permanência no emprego. Esse é só um dos exemplos do descompromisso do mercado de trabalho para com a mão-de-obra jovem supostamente formada para ele. Isso sem falar na exigência de anos de experiência na função, que ante a proibição do trabalho para menor de 16 anos, torna-se absurda.

A principal conclusão à que a pesquisa chegou foi que a subcategoria “nem-nem”, mais que uma subcategoria analítica, é uma criação político-ideológica, com clara intenção de dar visibilidade aos jovens invisibilizados pelas desigualdades sociais, e atrair para eles agendas de políticas públicas. O que seria louvável do ponto de vista da política (caso trouxesse bons resultados), porém impróprio do ponto de vista científico e metodológico. Não ter emprego, nem qualificação para ser empregado - além de não ser um fenômeno recente e contribuir para a reprodução das desigualdades sociais, como aponta Adalberto Cardoso (2013) - não é a causa da condição de exclusão social desses jovens, mas parte das consequências da situação de vulnerabilidade e risco social a que eles estão expostos. Escola e trabalho, não resolvem a questão da vulnerabilidade, pois há outros fatores a serem considerados, e o que mais se destaca na fala dos jovens pesquisados é a segurança pública. Pensar que oferecer ensino médio, curso técnico e um emprego a nível de chão de fábrica vai resolver o problema da vulnerabilidade social desses jovens é desconhecer a realidade da juventude pobre e periférica do Brasil. Aqueles que com muita dificuldade conseguem terminar o Ensino Médio, concluir um curso técnico e se empregar precisam ajudar no sustento da família com seu parco salário, do qual lhe sobra muito pouco, e não raramente é abordado pela polícia ou por traficantes no ir e vir do trabalho ou da escola. Reduzir a situação de vulnerabilidade e risco social do jovem de baixa renda a uma questão de empregabilidade e permanência no emprego é muito questionável. A situação precisa ser analisada de forma mais ampla e com vistas a cobrar do Estado seu papel junto às populações de baixa renda da periferia brasileira. Considerando que de acordo com a legislação brasileira, quanto ao trabalho e a educação - considerado o novo conceito de trabalho da OIT - esses jovens estão em situação “regular”. A maioria concluiu o Ensino Fundamental e se não têm trabalho remunerado é por que o mercado de trabalho não absorve essa mão-de-obra, o que é uma questão de desemprego. Não há ganho em transformar desemprego em vadiagem ou

desinteresse profissional, como faz parecer o estigma criado pelo manuseio da subcategoria “nem-nem”, sem a devida crítica.

As análises concluem que a subcategoria “nem-nem” é fictícia e impõe ao jovem um estigma social de irresponsável e desinteressado em seu futuro educacional e profissional. Mascara, com isso a desigualdade social perpetuada, estruturada e estruturante da qual é vítima o jovem em situação de vulnerabilidade ou risco social. Além disso, vende a ilusão de que o problema desse jovem é apenas escola e trabalho, quando na verdade a questão é muito mais profunda, ele necessita de moradia digna, saúde, transporte, segurança, proteção contra as drogas e contra a violência doméstica, bem como faz jus ao atendimento por profissionais capacitados, especialmente nas escolas, para compreender sua realidade e intervir de forma eficiente.

Passar a ideia de que esse jovem só precisa de escola e emprego leva a criação de programas que oferecem vagas de ensino profissionalizante, mas não oferecem transporte, alimentação e segurança, o que resulta no abandono dessas vagas pelo jovem que mais precisa dela, o jovem vulnerável. Portanto, a ficção de uma subcategoria “nem-nem” além de impor um estigma, não cumpre a promessa de atrair políticas que possam beneficiar esses jovens.

A pesquisa concluiu ainda que o Portal do Futuro inclui de forma precária o jovem vulnerável, entre 15 e 17 anos - ele não é incluído, ele se inclui através do futebol, principalmente. As primeiras análises destacaram a baixa renda e a situação monoparental da família, além das situações de conflito com a lei, como as principais favorecedoras da condição de exclusão ou de vulnerabilidade social do jovem. Porém, após incursão na unidade Cajuru e a escuta da banca de qualificação da pesquisa restou evidenciado que não é apenas a condição da família (não ter documentos, pais foragidos da polícia etc.) que impossibilita o acesso às políticas existentes, são as políticas públicas que estabelecem critérios que dificultam o acesso dessas famílias aos seus benefícios, e por isso elas se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco social.

A análise dos dados foi realizada sob a perspectiva das políticas públicas para juventude, e pressupõe uma visão sistêmica e estruturada da sociedade, porém aberta ao diálogo social, moldável em certa medida pelas demandas vindas da população jovem. Interpreta a situação de exclusão dos jovens sem escola e sem emprego como resultante da

inoperância do Estado em produzir ações de inclusão social dos mesmos. Reconhece o modelo de política pública implantado no Portal do Futuro, não como uma política de juventude que vise ao atendimento de agendas de juventude, mas como uma política de gestão jovem voltada ao protagonismo juvenil. Uma política mais voltada para jovens de classe média, que resulta na precariedade da inclusão dos jovens em situação de vulnerabilidade social. É notória a falta de ações direcionadas para esse público que tem necessidades distintas dos demais jovens que frequentam aquele espaço, como a alimentação e o transporte, por exemplo. Pode-se afirmar que algumas políticas apontadas no Estatuto de Juventude são contempladas no Portal do Futuro, notadamente o direito ao esporte, ao lazer e o fomento ao protagonismo juvenil. No entanto, essas políticas de esporte e lazer geridas por jovens, não são para atendimento exclusivo da juventude, mas da população em geral. Na melhor das hipóteses se poderia dizer que se trata de uma política “de juventude”, mas não de uma política com agendas voltadas “para a juventude”. Uma política para ser reconhecida como verdadeira política de juventude necessita ser “de” e “para” juventude.

Ao final das análises foi possível afirmar que a condição “nem-nem” não é uma nova forma de exclusão social, é uma ficção criada sobre uma condição de vulnerabilidade ou risco social decorrente da desigualdade social estrutural e estruturada na sociedade brasileira. Não se trata de uma condição de inatividade do jovem, este cursou o ensino de oferta obrigatória e realiza trabalhos não remunerados, precários ou em confronto com a lei. Portanto, dizer que esse jovem “nem trabalha, nem estuda” é impróprio e inadequado, pois além de não refletir a sua real condição lhe impõem o estigma de vadio ou desinteressado em seu futuro educacional e profissional.



## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Lívia. Meritocracia e sociedade brasileira. São Paulo: rev. adm. empres., 2014.vol.54 no.1 . Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-759020140108>. Acessado em: 03 de fev de 2017.

BAUER, Martin W. e GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2003.

BAUMAN, Z. (2007). “Between us, the generations”, in J. Larrosa (ed), On generations. On coexistence between generations, Barcelona: Fundació Viure i Conviure, pp. 365-376.

BECK, Ulrich (2001). The Brave New World of Work. Cambridge, UK: Polite Press.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus 1994.

\_\_\_\_\_. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003(a).

\_\_\_\_\_. Questões de Sociologia. Lisboa: Fim de século Edições, 2003(b).

\_\_\_\_\_. (1983b) Sociologia. (Organizado por ORTIZ, Renato). São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. O capital social - notas provisórias. In: CATANI, A. & Nogueira, M. A. (orgs.). Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 20/1998. Brasília: 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm). Acessado em: 19 de out de 2016

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional nº 59/2009. Brasília: 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm) . Acessado em: 19 de out de 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.852/13 – Estatuto da Juventude. Planalto. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm) . Acessado em: 10 de ago. de 2014.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão e. Introdução. In: Camarano, Ana Amélia (org) Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?. Rio de Janeiro: Ipea, 2006, p.13-28.

\_\_\_\_\_; KANSO, Solange et al. Estão fazendo a transição os jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho? In: Camarano, Ana Amélia (org) Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? Rio de Janeiro: Ipea, 2006, p.259-289.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, Trabalho e Desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. Caderno CRH, Salvador, v. 26, nº 68, p. 293-314, 2013.

\_\_\_\_\_. Adalberto. Transições da escola para o trabalho no Brasil: persistência da desigualdade e frustração de expectativas. Rio de Janeiro: Dados, 2008, vol.51 nº 3.

CASTEL, Robert. A sociedade salarial - In: As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

COSTA, Joana S. de M.; ULYSSES, Gabriel. O fenômeno dos jovens nem-nem. In: CORSEUIL, Carlos H.; BOTELHO, Rosana U. Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Ipea, 2014, p.217-137.

CURITIBA. Câmara Municipal. Decreto municipal nº 452/2013. Institui o Portal do Futuro. Disponível em: <http://www.portaldofuturo.curitiba.pr.gov.br/>. Acessado em: 25 de out de 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Juventude. Programa PASE. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/programa-pase-smelj/157>. Acessado em: jun. de 2016.

CURITIBA. Juventude Curitibana. Portal Do Futuro. SMELJ: 2015. Disponível em: <http://www.portaldofuturo.curitiba.pr.gov.br/publico/conteudo/juventudecuritibana.aspx> Acessado em: 30 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. Curitiba terá mais duas unidades do Portal do Futuro. Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba, 2016. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/curitiba-tera-mais-duas-unidades-do-portal-do-futuro/40147>. Acessado em set de 2016.

DEMO, Pedro. Charme da Exclusão Social. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo n.61. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998.

\_\_\_\_\_. Exclusão Social – categorias novas para realidades velhas. Ser Social n.3, jul./dez. Brasília, DF: UnB, 1998.

DUMONT, 1970 Dumont, Louis, “Introducción” (1970), Homo Hierarchicus, Ensayo sobre el sistema de castas, Ediciones Aguilar, Madrid, 1970, pp. 2-26.

DUPAS, Gilberto. Economia Global e Exclusão Social. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. A busca da excitação. Lisboa: Memória e Sociedade, 1992.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas de Welfare State. Revista Lua Nova nº 24, Centro de Estudos Contemporâneos - Cedec, São Paulo, 1991.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude Revista Sociedade e Estado - Volume 25 Número 2 Maio / Agosto 2010.

FRANCH. Mónica. Nada para fazer? Um estudo sobre atividades no tempo livre entre jovens de periferia no Recife. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/ver\\_inf/vol19\\_n2\\_2002/vol19\\_n2\\_2002\\_8artigo\\_p117a134.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/ver_inf/vol19_n2_2002/vol19_n2_2002_8artigo_p117a134.pdf) . Acessado em: jan. de 2017.

GOFFMAN, Erving. Estigma -Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LCT, 2004.

HIRATA. Guilherme Issamu; MACHADO, Ana Flávia. Nota técnica conceito de informalidade/formalidade e uma proposta de tipologia. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/04Nota2.pdf> . Acessado em: dez de 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio: Síntese dos Indicadores Sociais, 2013. [online] Disponível em: <http://loja.ibge.gov.br/sintese-de-indicadores-sociais-uma-analise-das-condicoes-de-vida-da-populac-o-brasileira-2013.html> . Acessado em: 21 de jun de 2016.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilio: Síntese dos Indicadores Sociais, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf> . Acessado em: 03 de out de 2016.

\_\_\_\_\_. Síntese dos Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf> . Acessado em: 03 de out de 2016.

\_\_\_\_\_. Séries históricas e estatísticas: Pessoas desocupadas por grupos de idade, 2002/2015. Disponível em: [http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=0&v\\_codigo=FDT0959&t=pessoas-desocupadas-grupos-idade](http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=7&op=0&v_codigo=FDT0959&t=pessoas-desocupadas-grupos-idade) . Acessado em: 15 de out de 2016.

IPEA. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros, 2015. Disponível em: [http://ivs.ipea.gov.br/ivs/data/rawData/publicacao\\_atlas\\_ivs.pdf](http://ivs.ipea.gov.br/ivs/data/rawData/publicacao_atlas_ivs.pdf) . Acessado em: 28 de dez de 2016.

KLIKSBERG, Bernard. Desigualdade na América Latina: o debate adiado. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

MADEIRA, Felícia Reicher. Educação e desigualdade em tempo de juventude. In: CAMARANO, Ana Amélia (org) Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição? Rio de Janeiro: Ipea, 2006.

MANNHEIM, Karl (1964). "Das Problem der Generationen", in idem, *Wissenssoziologie*[introdução e organização: Kurt H. Wolff], Neuwied: Luchterhand, pp. 509-565. Karl Mannheim.

MARTINS, José de S.A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 4ªed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. Mills, Charles Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

OECD. *The Partial Renaissance of Self-Employment*. \_\_In: OCDE. *Employment*. Paris, 2000, cap. V, p. 155-199.

OIT. 19ª CIET – Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, 2013. Disponível em:[http://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/meetings-and-events/international-conference-of-labour-statisticians/19/WCMS\\_234036/lang--es/index.htm](http://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/meetings-and-events/international-conference-of-labour-statisticians/19/WCMS_234036/lang--es/index.htm). Acessado em: 25 set de 2016.

ONU. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: UNIC, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acessado em: dez de 2016.

PAIS, José M.. *A esperança em gerações de futuro sombrio*. \_in: PAIS, José M.; FERREIRA, Vitor Sérgio (orgs) *Tempos e transições de vida: Portugal ao espelho da Europa*. Lisboa: ICS, 2012.

PORTO, Gabriella. *Diferença entre Problema Social e Problema Sociológico*. Disponível em: <http://www.infoescola.com/sociologia/diferenca-entre-problema-social-e-problema-sociologico/> . Acessado em: 10 de abr. de 2015.

QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1988.

RODRÍGUEZ, Ernesto *et. al.* *Políticas Públicas de/para/com as juventudes*. Brasília: Unesco, 2004.

RUA, Maria das G. ROMANINI, Roberta. *Para aprender políticas públicas, Unidade IV, Tipologias e tipos de políticas públicas*. Brasília: IGEPP, 2013. Disponível em: [http://igepp.com.br/uploads/ebook/para\\_aprender\\_politicas\\_publicas\\_-\\_unidade\\_04.pdf](http://igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_04.pdf). Acessado em: 15 de outubro de 2016.

SILVA, Enid R. A. da; ANDRADE, Carla C. de. *A Política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades*. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni M. C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.

SOUZA SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1996.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva: concepções fundantes, 2015. Disponível em: <http://www.ceprosom.sp.gov.br/portal/wp-content/uploads/2015/05/TEXT0-ALDAIZA-1.pdf> . Acessado em: dez de 2015.

\_\_\_\_\_. Educação para inclusão. In: ensinar e aprender, reflexão e criação. v.2, versão preliminar. SEED - Paraná, 1997.

XIBERRAS, Martine. As Teorias da Exclusão. Epistemologia e Sociedade, n.41. Lisboa: Instituto PIAGET, 1993.

ANEXO A - FOTOGRAFIAS DAS UNIDADES BOQUEIRÃO E  
CAJURU/PORTAL DO FUTURO/CURITIBA/PR/2016

FIGURA 07 - ENTRADA DA UNIDADE PORTAL DO FUTURO BOQUEIRÃO



FONTE: A autora (2016).

FIGURA 08 - SALA DE DANÇADA UNIDADE PORTAL DO FUTURO BOQUEIRÃO



FONTE: A autora (2016).

FIGURA 09 - TEATRO EXTERNO DA UNIDADE PORTAL DO FUTURO BOQUEIRÃO



FONTE: A autora (2016).

FIGURA 10 – ÁGORA DA UNIDADE PORTAL DO FUTURO BOQUEIRÃO



FONTE: A autora (2016).

FIGURA 11 - PISTA DE SKATE DA UNIDADE PORTAL DO FUTURO BOQUEIRÃO



FONTE: A autora (2016).

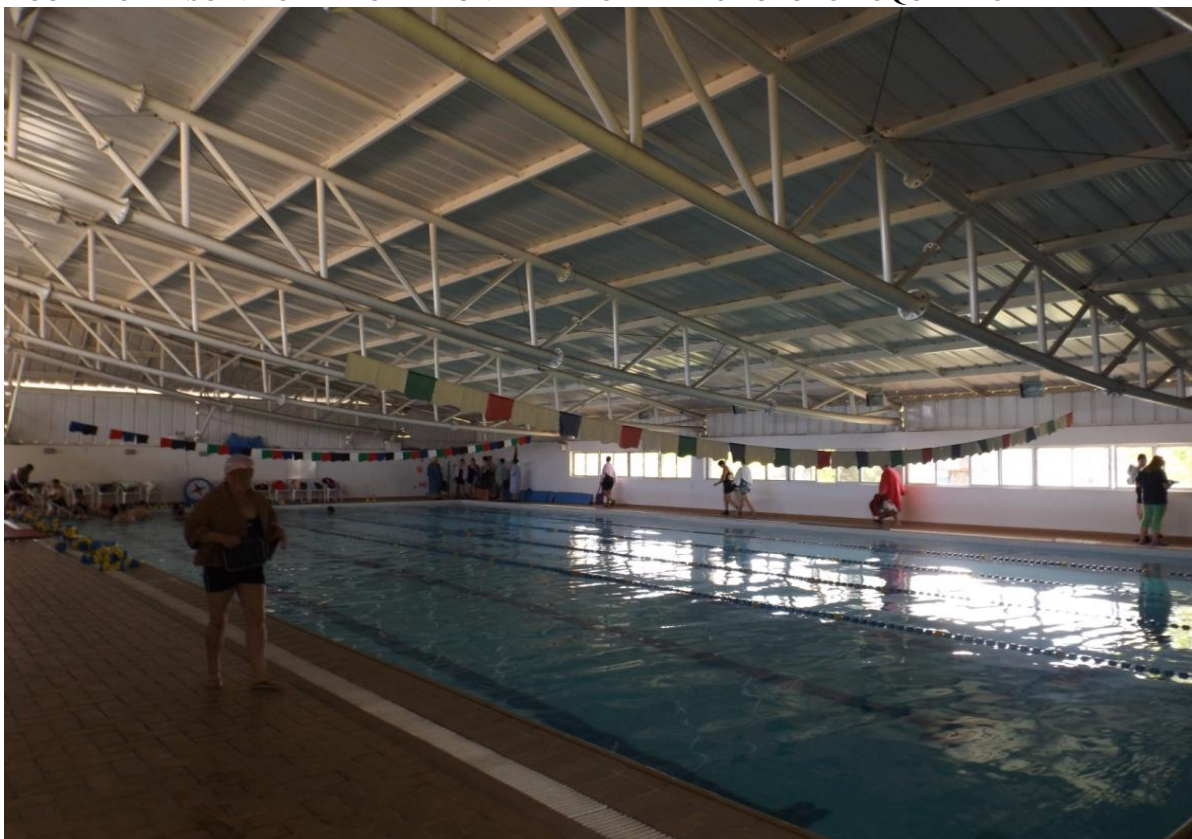
FIGURA 12 - CAMPO DE FUTEBOL DA UNIDADE PORTAL DO FUTURO BOQUEIRÃO



FONTE: A autora (2016).



FIGURA 13 - PISCINA OLÍMPICA DA UNIDADE PORTAL DO FUTURO BOQUEIRÃO



FONTE: A autora (2016).

FIGURA 14 - QUADRA POLIESPORTIVA DO PORTAL DO FUTURO BOQUEIRÃO



FONTE: A autora (2016).

FIGURA 15 – FACHADA DA UNIDADE PORTAL DO FUTURO CAJURU



FONTE: A autora (2016).

FIGURA 16 – PISTA DE SKATE DA UNIDADE PORTAL DO FUTURO



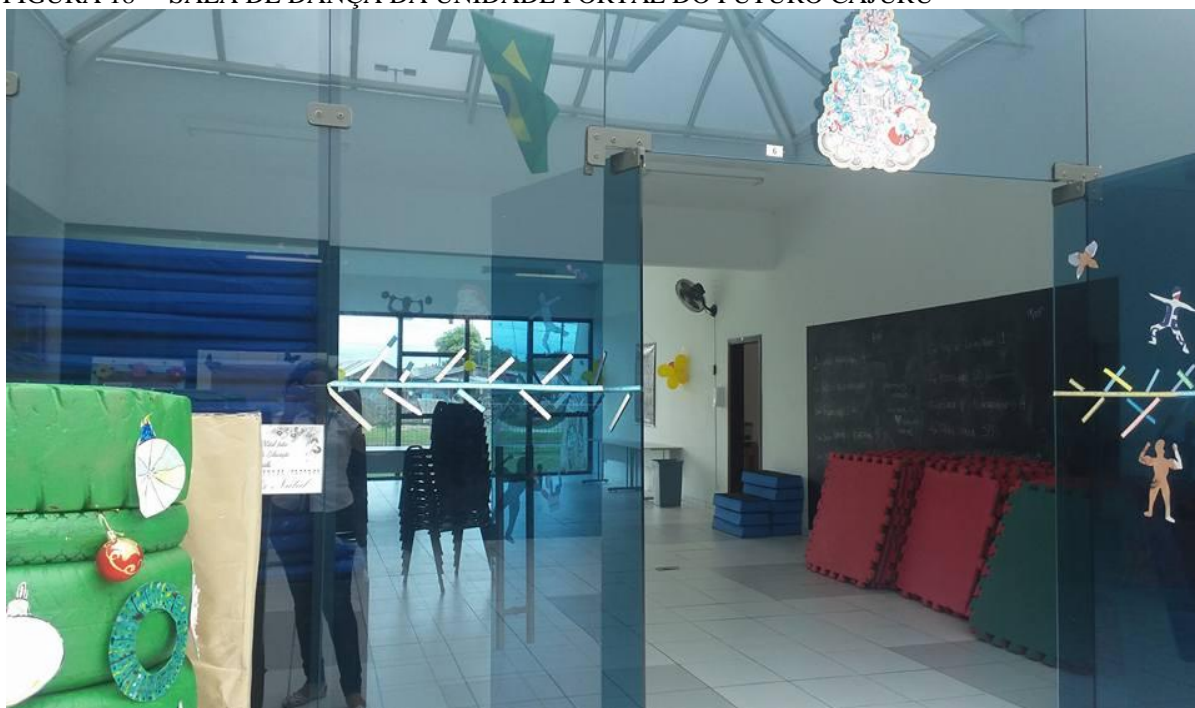
FONTE: A autora (2016).

FIGURA 17 – BIBLIOTECA DA UNIDADE PORTAL DO FUTURO CAJURU



FONTE: A autora (2016).

FIGURA 18 – SALA DE DANÇA DA UNIDADE PORTAL DO FUTURO CAJURU



FONTE: A autora (2016).

FIGURA 19 - AULA DE GRAFITE NA UNIDADE PORTAL DO FUTURO CAJURU



FONTE: A autora (2016).

FIGURA 20 – GRAFITTE REALIZADO POR JOVENS NA UNIDADE PORTAL DO FUTURO CAJURU



FONTE: A autora (2016).

FIGURA 21 – FIGURA ÁGORA DA UNIDADE PORTAL DO FUTURO CAJURU



FONTE: A autora (2016).

FIGURA 22- ÁGORA DO PORTAL DO FUTURO CAJURU



FONTE: A autora (2016).

FIGURA 23 – QUADRA DE ESPORTES DA UNIDADE PORTAL DO FUTURO CAJURU



FONTE: A autora (2016).

FIGURA 24 – QUADRA DE ESPORTES DA UNIDADE PORTAL FUTURO CAJURU



FONTE: A autora (2016).

FIGURA 25 - ENTRADA DA PSICINA DA UNIDADE PORTAL DO FUTURO CAJURU



FONTE: A autora (2016).

## ANEXO B– INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Mestrado-Sociologia/UFPR  
Políticas Públicas/Juventude  
Modelo – Intrumento de Coleta de Dados

Questionário/Jovens de 15 A 29 anos frequentadores do Portal do Futuro Boqueirão

1. Nome: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2. Data de nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

3. Nacionalidade: \_\_\_\_\_

4. Naturalidade: \_\_\_\_\_

5. Qual a sua cor de pele?

- Branca  
 Não-branca

6. Sexo:

- masculino  
 feminino

6.1 Orientação de gênero (você se sente como?):

- Homem  
 Mulher

6.2 Orientação sexual

- Heterossexual  
 Homossexual  
 Bissexual  
 Outra

6.3 Estado Civil:

- Solteiro  
 Casado  
 Separado  
 Em União Estável  
 Mora junto

7. Você ESTUDA?

- Sim  
 Não



7.1 Se NÃO, gostaria de estudar?

- Sim
- Não
- Talvez

7.2 Você realiza tarefas domésticas?

- Sim
- Não
- Eventualmente

7.3 Você trabalha?

- Sim
- Não

7.4 Qual a renda total da sua família?

- Até 1 salário mínimo
- De 2 a 3 salários mínimos
- De 3 a 5 salários mínimos
- Mais de 5 salários mínimos

8. Você tem filhos ou enteados?

- Sim /quantos? ( ) 1 ( ) de 2 a 3 ( ) mais de 3
- Não

8.1 Se SIM, seu filho ou enteado:

- é cuidado pessoalmente exclusivamente por você e/ ou seu cônjuge
- vai à creche
- vai à escola
- fica sob os cuidados de um familiar
- vai à escola meio período e fica sob os cuidados de um familiar no restante do tempo em que você está fora.

8.2 Se SIM, você paga pensão alimentícia?

- Sim
- Não

9 Você está estudando?

- Sim
- Não

9.1 Qual a sua escolaridade?

- Fundamental incompleto

- Fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio incompleto
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino superior completo ou acima

9.2 Se você NÃO está estudando, qual foi o momento em que você desistiu de estudar:

- quando começou a trabalhar
- quando sua família mudou de bairro
- quando houve greve na escola
- quando engravidou
- quando teve problemas com saúde/drogas/acidente/outros
- quando seus pais se separaram
- quando você se casou/começou a namorar/foi morar junto com namorado(a)

9.2.1 Ao que você atribui o seu afastamento da escola?

9.2 Você considera que a escolarização vai determinar o seu futuro de alguma forma?

- Sim
- Não

9.2.1 Se você NÃO está estudando, pretende voltar a estudar?

- Sim
- Não
- Talvez

9.3 A escola em que você estuda ou estudava é próxima da sua casa?

- Sim
- Não

9.3.1 Se a escola NÃO é perto da sua casa, por que motivo você escolheu uma escola longe?

- Qualidade do ensino
- Relações pessoais
- Falta de vaga próxima à residência
- Mudança de endereço da família

9.3.2 Você encontra ou encontrou dificuldade em ingressar ou se manter na escola?

- Sim

Não

9.3.2.1 Se SIM, seu afastamento da escola esta relacionado:

à falta de vagas

à distância da escola

à diferença de idade entre você e os colegas de turma

ao cansaço

falta de recursos financeiros

à incompatibilidade com o horário de trabalho

à falta de condições financeiras para acompanhar o padrão de consumo dos colegas

à discriminação racial

à discriminação sexual

a(os) filho(s)

à falta de apoio de marido/mulher ou familiares

à possibilidade de aprender mais na internet que na escola.

ao fato de que muitos estudaram e não conseguem emprego

se outra motivação, qual? \_\_\_\_\_

10. Qual a profissão de sua mãe?

---

10.1 Ela trabalha?

Sim

Não

10.2 Qual a escolaridade da sua mãe?

Fundamental incompleto

Fundamental completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Ensino Superior Incompleto

Ensino superior completo ou acima

10.2.1 Sua mãe estuda atualmente?

Sim

Não

10.3 Qual a cor da sua mãe?

Branca

Não-branca

11 Qual a profissão do seu pai?

---

11.1 Ele trabalha?

Sim

Não

11.2 Qual a escolaridade do seu pai:

Fundamental incompleto

Fundamental completo

Ensino médio incompleto

Ensino médio completo

Ensino Superior Incompleto

Ensino superior completo ou acima

11.2.1 Ele estuda atualmente?

Sim

Não

11.3 Qual a cor da pele de seu pai?

Branca

Não-branca

12 Você mora com:

- seus pais
- sua mãe
- seu pai
- seus avós
- sozinho
- seu marido/sua mulher
- filho(s) e/ou filha(s)
- outros

12.1 Quantas vezes o chefe da sua casa se separou (de novos ou do mesmo cônjuge) nos últimos 10 anos? Se você é ou foi casado(o), quantas vezes você se separou nos últimos 10 anos?

- 1 vez
- De 2 a 4 vezes
- Mais de 4 vezes

12.2 Sua família paga aluguel ou mora em casa emprestada?

- Sim
- Não

12.3 Quantas vezes você e/ou sua família mudaram de endereço nos últimos 5 anos?

- 1 vez
- De 2 a 4 vezes
- Mais de 4 vezes

12.4 Você sentiu que isso afetou de alguma forma suas oportunidades de trabalho e escolarização?

- Sim
- Não

13 Quantos irmãos você tem?

- 1
- De 2 a 4
- Mais de 4

13.1 Qual a idade deles?

- 15 a 18 anos
- 19 a 25 anos
- De 25 a 29 anos
- Mais de 29 anos

13.2 Quantos irmãos moram com você?

- 1

- De 2 a 4
- Mais de 4

13.2.1 Qual a idade deles?

- 15 a 18 anos
- 19 a 25 anos
- De 25 a 29 anos
- Mais de 29 anos

13.3 Entre seus irmãos que moram com você quantos não trabalham?

- 1
- De 2 a 4
- Mais de 4

13.3.1 Qual a idade dele(s)?

- 15 a 18 anos
- 19 a 25 anos
- De 25 a 29 anos
- Mais de 29 anos

13.4 Entre seus irmãos que moram com você quantos não estudam?

- 1
- De 2 a 4
- Mais de 4

13.4.1 Qual a idade deles?

- 15 a 18 anos
- 19 a 25 anos
- De 25 a 29 anos
- Mais de 29 anos

14 Você acredita que participar de eventos políticos como passeatas, conferências, fóruns, ocupações, movimentos estudantis etc. pode melhorar o seu futuro e/ou o futuro do seu país?

- Sim
- Não
- Talvez

15 Você tem acesso à internet?

Sim

Não

15.1 Quanto você consome em dados móveis por dia?

até 50 MB

de 50 a 100 MB

de 100 a 300 MB

Mais de 300 MB

## ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1 Você já participou de alguma Conferência, Conselho, fórum, grupo de defesa de direitos, partido político, ocupação de escola ou manifestação de rua?

Sim

Não

1.1 Se respondeu sim:

1.1.1 Qual o evento? \_\_\_\_\_

1.1.2 Como ficou sabendo do evento? \_\_\_\_\_

1.1.3 Por que achou importante participar? \_\_\_\_\_

1.1.4 Qual a temática lhe chamou atenção no evento?

Apoio ao empreendedorismo juvenil

Defesa de direitos raciais

Defesa de direitos de gênero

Educação

Transportes

Comunicação

Trabalho

Saúde

Se outra qual? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

1.2 Se nunca participou o que lhe impediu?

Desinformação acerca dos eventos

Falta de convite

Falta de interesse nas causas ou desconhecimento

Descrença na participação política



2 Se você Não tem curso superior e tivesse oportunidade de fazer uma faculdade qual curso faria e por quê?

3 Se você pudesse escolher um trabalho, em que tipo de trabalho atuaria?

4 Você se sentiu discriminado em alguma situação da sua vida?

Sim  Não

Se SIM, acredita que a discriminação se deu em razão de que?

Cor da pele

Sexo ou orientação sexual/gênero

Aparência

Prática esportiva ou cultural – esqueite, funk ou grafite.

Práticas religiosas

Se outra motivação, qual?

5 Você se sente excluído socialmente?

Sim

Não

5.1 Se NÃO, em que meios sociais você se sente incluído?

Família

Escola

Trabalho

Igreja

Esporte

Lazer

Atividades culturais - música, dança, passeios, viagens etc.

Se outros, quais?

6 Você acredita que o Portal do Futuro contribui para a sua inclusão social?

Sim

Não

Talvez

6.1 De que maneira?

6.1.2 Que atividades você costuma fazer no Portal do Futuro?

7 Em uma situação hipotética onde você tenha sido convidado a participar de uma Conferência, Fórum ou Conselho de Juventude. Qual a temática lhe chamaria a atenção?

Apoio ao empreendedorismo juvenil

Defesa de direitos raciais

Defesa de direitos de gênero

Educação

Transportes

Comunicação

Trabalho

Saúde

Se outra, qual? \_\_\_\_\_

7.1 Dentro da temática escolhida elabore uma proposta aos governantes, sugerindo medidas que você considere importante para a melhoria das condições sociais dos jovens.

8 Como foi o seu dia? Descreva passo-a-passo a sua rotina, o que você fez durante o dia de hoje desde o despertar até o momento.

8.1 Como você deseja que esteja a sua vida daqui a 5 anos?

8.2 Que estratégias pretende adotar para chegar a essas realizações?

8.3 Você recebe apoio de alguém em relação aos seus planos de futuro? De quem e como?

8.4 Você acredita que as atividades que realiza no Portal do Futuro podem lhe ajudar de alguma forma a alcançar esses objetivos? Como?

9. Como e quando você conheceu o Portal do Futuro?

10. Você acredita que frequentar o Portal do Futuro melhorou sua qualidade de vida?

10.1 Se SIM, em que aspectos?

Fez novos amigos

Melhorou a saúde

aprendeu novas formas de diversão

- aprendeu uma técnica de trabalho
- melhorou sua percepção de si e do meio social
- melhorou sua consciência política
- Se obteve outros avanços, quais?

11. O que você gostaria de encontrar no Portal do Futuro que ainda não encontra? Ou que já encontra, mas gostaria que fosse melhorado ou modificado?

Curitiba, \_\_\_\_\_ de novembro de 2016.

---

Participante

---

Pesquisadora

## ANEXO C – AUTORIZAÇÕES

Autorização deferida pelo CEP/SMELJ para realização de pesquisa sociológica com jovens nas dependências das unidades do Portal do Futuro, em Curitiba/PR.



**De: Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude**  
**Para: ROSELI BRAGANTIN BARBOSA**

### FOLHA DE INFORMAÇÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude (CEP da SMELJ) é uma instância colegiada com abrangência Municipal, vinculada à SMELJ, de natureza consultiva, deliberativa e educativa no âmbito da emissão de pareceres sobre protocolos de pesquisas. Por sua competência, ao CEP da SMELJ cabe revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, participantes e usuários das atividades e equipamentos SMELJ, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos usuários (voluntários participantes) nas referidas pesquisas.

Dada a entrada de processo para solicitação de pesquisa aplicada a partir da intervenção junto à idosos praticantes de musculação nos equipamentos da Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude da Prefeitura de Curitiba, levou-se à comissão de análise o projeto de pesquisa intitulado **COMO FOI O SEU DIA?**, proposto pela acadêmica **ROSELI BRAGANTIN BARBOSA**, da UFPR, enquadrando na categoria: **APROVADO**.

Para a realização da pesquisa, salientamos alguns pontos a serem cumpridos pela proponente:

- início da pesquisa em novembro de 2016, em consideração a organização e ações já desenvolvidas nas unidades do Portal do Futuro;
- as entrevistas com a coordenação, gestores, vice gestores, professores e jovens devem ser previamente agendada, para que não prejudique a organização, o planejamento ou cause desconforto aos envolvidos
- A contrapartida sugerida pela pesquisadora é o repasse de uma versão impressa do trabalho realizado, porém o CEP da SMELJ considerou a necessidade de uma explanação do trabalho em forma de palestra aos professores, gestores e coordenadores envolvidos.
- A necessidade da aplicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelo(s) envolvidos na pesquisa ou seus responsáveis.
- As etapas de oficinas bem como as entrevistas devem ser agendadas e organizadas junto aos Gestores de cada unidade de Portal do Futuro, com comunicado a este Comitê em Pesquisa da SMELJ que acompanhará as agendas.

Coloco-me a disposição para maiores esclarecimentos.

Curitiba, 26 de agosto de 2016.

**ROSELI  
BREGANTIN  
BARBOSA**

Digitally signed by ROSELI BREGANTIN BARBOSA  
 DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Autenticado por AR Sescap PR, ou=Assinatura Tipo A3, ou=0007836420, ou=ADVOGADO, ou=7450447, cn=ROSELI BREGANTIN BARBOSA, email=roseli.bregantin@hotmail.com  
 Date: 2016.08.30 17:28:28 -03'00'

**ROSELI BRAGANTIN BARBOSA**

**Simone Cristina Iubel**  
(Matrícula 74902)

**Simone Cristina Iubel**  
Centro de Referência Qualidade  
de Vida e Movimento  
Matrícula 74.902

**MODELO TECLE – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Pesquisadora Responsável: ROSELI BREGANTIN BARBOSA  
Endereço: rua General Carneiro, 466, Centro, Curitiba/PR/CEP80060-150  
Email: [roseli.bregantin@hotmail.com](mailto:roseli.bregantin@hotmail.com)  
Fone: (41) 9717-8893

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

EU ROSELI BREGANTIN BARBOSA aluna de pós-graduação em nível de mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, estou convidando o(a) Senhor(a), na qualidade de usuário do Programa de Políticas Públicas para Juventude “Portal do Futuro”, a participar de um estudo sociológico sobre juventude. Pesquisa esta que visa conhecer as rotinas, interesses e perspectivas de jovens que não trabalham, não estão inscritos no sistema de ensino formal e são atendidos pelo referido serviço público.

a) O objetivo desta pesquisa é saber se, e de que forma a política pública pode ajudar o jovem que estão fora da escola e do mercado de trabalho.

b) Caso você participe da pesquisa, será necessário responder a um questionário com perguntas objetivas e descritivas, acerca de sua condição socioeducacional, suas rotinas, participações em atividades no Portal do Futuro, e/ou em debate acerca dos direitos dos jovens, bem como sobre suas aspirações de futuro. Também poderá ser solicitado a participar de oficina de cartazes versando sobre o mesmo tema.

c) Para tanto você deverá comparecer na unidade do Portal do Futuro que você frequenta, em Curitiba/PR, para responder às questões e/ou participar de oficina de cartazes, o que tomará aproximadamente uma hora do seu tempo.

d) O senhor(a) não estará exposto a nenhum desconforto, cansaço, dor, risco, ou constrangimento. Podendo deixar a pesquisa a qualquer momento, se assim o desejar.

e) Os benefícios esperados com essa pesquisa são os de conhecer melhor a realidade desses jovens, para facilitar a compreensão - por parte dos cientistas e gestores de política para juventude - das necessidades desse público específico. Nem sempre você será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir para o avanço dos estudos sociológicos acerca do tema e das políticas públicas para jovens.

f) A pesquisadora ROSELI BREGANTIN BARBOSA responsável por este estudo pode ser localizada à rua General Carneiro, 466, Centro, Curitiba/PR, ou por e-mail no endereço [roseli.bregantin@hotmail.com](mailto:roseli.bregantin@hotmail.com), ainda por telefone 4191261531, no horário comercial, para esclarecer eventuais dúvidas que o(a) senhor(a) possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois do encerrado o estudo.

g) A sua participação neste estudo é voluntária e se o(a) senhor(a) não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado. Sem nenhuma perda ou prejuízo quanto ao seu atendimento e rotinas no serviço público utilizado.

h) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas. Como a orientadora da Pesquisa, Dra Maria Tarcisa Silva Bega, e membros da banca de qualificação e defesa da pesquisa (a definir). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que **a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade.**

i) O material obtido (dados e informações) será utilizado unicamente para essa pesquisa.

j) As despesas necessárias para a realização da pesquisa (formulários, cartolinas, papel, tinta, canetas, lápis, pincéis) não são de sua responsabilidade e o(a) senhor(a) não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

k) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, sem a sua autorização prévia.

l) Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/SMELJ) da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba/PR. Rua Augusto de Mari, 2150, Vila Guaíra, Curitiba/PR. Telefone: 41 3333-2274.

Eu, \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona o potencial de risco e os benefícios da pesquisa. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Curitiba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
Participante de Pesquisa

\_\_\_\_\_  
Pais ou Responsável Legal pelo Participante

\_\_\_\_\_  
Pesquisadora Responsável

\_\_\_\_\_  
Orientadora